

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

## "BUSCANDO OS NOSSOS DIREITOS..."

TRABALHADORES E ORGANIZAÇÃO SINDICAL  
NA PORTO ALEGRE DE 1933 A 1937

Alexandre Fortes

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de mestre ao Programa de Pós Graduação em História Social do Trabalho do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas em Novembro de 1994.

Orientador: Prof. Michael McDonald Hall

*Michael M. Hall*

*Este exemplar corresponde  
à avaliação final da dissertação  
definitiva e aprovada pela  
Comissão julgadora em 23/12/94*

CAMPINAS

1994

UNIDADE	BC
NUMERO	
DATA	
VALOR	24129
VALOR	433195
VALOR	0   X
VALOR	R\$ 11,00
VALOR	14104,95
VALOR	CPD

CM-00070093-0

À memória da professora  
Elizabeth Lobo, cujos  
questionamentos e sugestões  
estiveram presentes em toda a  
produção deste trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Seria impossível realizar uma lista completa dos que contribuíram para a viabilização deste trabalho, e haveria o risco de se cometer alguma injustiça esquecendo alguém. Esses agradecimentos portanto pretendem, destacando um pequeno conjunto de pessoas e entidades, se estender a todos aqueles que direta ou indiretamente me ajudaram nesta longa empreitada.

Começo por meu pai e minha mãe, cujo empenho em garantir a efetivação dos meus estudos e o apoio no sentido da opção por uma carreira que me realizasse pessoalmente foram e ainda são fundamentais.

Do mesmo modo, Helena e Maia (minha auxiliar de pesquisa-mirim) embarcaram comigo na aventura que significou vir para Campinas e produzir esta dissertação.

Este trabalho deve muito aos desafios intelectuais propostos pelo prof. Marco Aurélio Garcia e à objetividade e às "dicas" do prof. Michael Hall. Sou agradecido também aos prof. Cláudio Batalha e Evelina Dagnino pela sua participação na composição da banca e à prof<sup>a</sup> Isabel Marson, que mesmo não sendo especializada na temática deu uma grande contribuição metodológica nas primeiras discussões do projeto.

Os amigos da Central única dos Historiadores, Antônio Luigi "Gino" Negro, Hélio da Costa, Paulo Fontes e Fernando Teixeira da Silva são provavelmente co-autores das melhores idéias aqui registradas e devem ter contribuído para a retirada das piores, tamanha foi a intensidade e a frequência com que debatemos os temas que são objeto desta dissertação e mesmo muitas de suas partes.

Todo o desenvolvimento da elaboração deste trabalho partiu de questões presentes colocadas para os movimentos sociais brasileiros, e a convivência com alunos, parceiros e colegas no Instituto Cajamar manteve um processo de atualização permanente desta relação entre formação e pesquisa onde destaco a contribuição de Socorro Rangel.

Os "camaradas" Elóy Martins e João Flores (o "Machadinho") contribuíram não apenas com seus depoimentos mas também com a motivação que os seus mais de 80 anos de juventude transmitem a quem tenta resgatar a energia da luta operária dos anos 30.

CAPES, CNPq e FAPESP propiciaram as bolsas de estudo que possibilitaram minha dedicação à realização dos créditos necessários e ao trabalho de pesquisa e redação.

Por fim, sou especialmente grato às diretorias dos Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico e dos Trabalhadores na Indústria da Panificação de Porto Alegre, assim como da

Federação dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação do Rio Grande do Sul pela cessão dos livros de Atas pesquisados e inclusive pelo apoio através da realização de cópias pelas próprias entidades.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende contribuir na análise do processo de implantação da estrutura sindical corporativa no Brasil através de um estudo regional centrado em Porto Alegre entre 1933 e 1937.

Nele analisamos aspectos do conjunto do movimento operário gaúcho no período, sua relação com o Estado, o empresariado e as diversas correntes políticas atuantes no seu interior.

Concentramos porém o foco em duas entidades específicas: os sindicatos dos padeiros e metalúrgicos. Reconstruindo elementos sobre o seu funcionamento cotidiano buscamos compreender o papel das organizações sindicais na construção de valores e formas de luta constitutivos da identidade operária no estado.

Trabalhamos com a hipótese de que a expectativa de mudanças gerada pela Revolução de 30 e pela produção de uma legislação social colocada como centro da ação política do governo provisório de Vargas intensificaram e potencializaram processos já em desenvolvimento no interior do próprio movimento.

Se de um lado a questão institucional e o problema da relação com a lei já se colocavam de um modo progressivo para o sindicalismo ao menos desde a greve geral de 1917, a

criação de sindicatos oficiais e o reconhecimento pelo Estado de reivindicações históricas dos trabalhadores colocavam estas questões em outro patamar.

Pesquisamos os sindicatos como palco dos impasses, consensos, divergências, projetos, expectativas, ceticismos e desilusões vivenciados pelos trabalhadores num momento em que a promessa do acesso a direitos garantidos pelo Estado enfrentava sua primeira crise, trazendo o conflito para o interior da pretensa "harmonia social" instalada por aquela que era apresentada como a "legislação social mais avançada do mundo".

Pois o contexto colocado no pós-30 foi ativamente reelaborado pelos trabalhadores com base na sua experiência e nas suas tradições, e a nosso juízo a capacidade por eles demonstrada de inserir sua ação neste processo influenciou profundamente as conquistas sociais e o papel político do sindicalismo brasileiro nas décadas seguintes.

### **O Novo Sindicalismo em balanço rupturas e continuidades**

O projeto de pesquisa que deu origem à presente dissertação foi elaborado sob o impacto dos balanços relativos à primeira década do novo sindicalismo.

Este movimento de renovação da prática sindical se colocara como objetivo romper com a estrutura corporativa

herdada do governo Vargas, e ao longo da década de 80 assistimos ao processo de desmontagem desta estrutura em duas frentes diversas, porém interligadas.

No plano da ação sindical a retomada do papel reivindicatório das entidades e a articulação entre categorias (expressa na criação das centrais sindicais) questionavam o assistencialismo e o verticalismo estabelecidos na CLT.

Já no plano político-institucional conquista-se o abandono das prerrogativas de intervenção do Ministério do Trabalho (desgastadas pela resistência dos sindicalistas "autênticos" quando foram utilizadas) e, posteriormente, o fim da proibição às centrais sindicais.

Por outro lado, no final da década, o impulso original que colocara o corporativismo atrelado ao Estado em questão parecia esgotar-se com um saldo sem dúvida parcial.

Ao lado dos avanços já apontados pudemos constatar, na constituição de 1988 a manutenção da unicidade imposta por lei e do imposto sindical.

Paralelamente, o sindicalismo mostrava-se incapaz de avançar em dois elementos que fundamentaram a proposta de uma nova estrutura sindical: a organização no local de trabalho e a auto-sustentação voluntária das entidades pelos associados.

Sob um outro ponto de vista, a própria identidade que se construía para a "novidade" histórica deste ciclo de

lutas começa a se confrontar com desafios e problemas profundamente diferenciados dos que se colocavam dez anos antes.

Este movimento, que se constituía basicamente fora do espaço tido como "institucional" (seja o Estado, os partidos de esquerda tradicionais ou mesmo os sindicatos, já que a maior base do que veio a ser a CUT se era composta de oposições sindicais) passa, em ritmo acelerado, a se confrontar com "velhas" questões às quais muitos sindicalistas se consideravam imunes.

O fato é que em algum momento de meados da década de 80 dois elementos começaram a ficar claros simultaneamente.

De um lado estabeleceu-se que, ao contrário dos vaticínios da grande maioria dos sindicalistas tradicionais, este sindicalismo autônomo viera para ficar, conseguira construir a maior central sindical do país e passara a ser aceito como interlocutor pelo Estado e pelo empresariado.

De outro, que a idéia de um cerco do Estado a partir de uma progressiva organização da sociedade em movimentos fora uma ilusão de época marcada pela conjuntura de renovação e avanço do começo da década. Portanto a convivência com estruturas que tinham sido moldadas para cumprir objetivos opostos àqueles para as quais se pretendia agora utilizá-las e a atuação no seu interior, longe de se constituir num

instante passageiro, tornara-se um dos aspectos centrais do novo momento histórico dos movimentos sociais no Brasil.<sup>1</sup>

Por estes dois ângulos, a questão institucional colocava-se no centro do debate para o "novo sindicalismo".

Tanto ele "instituíra-se" no interior da sociedade brasileira, quanto passara a controlar e ter sob sua gestão uma estrutura institucional de grandes dimensões e a encarar este fato como parte da sua prática política.

Nesse contexto, assumem o primeiro plano a vivência e o debate de problemas que grande parte da nova militância sindical acreditava ser derivado de "velhas concepções" e que portanto, estaria superado de antemão pelo imediatismo de suas opções, propostas e experiências.

Algumas das maiores tensões deste tipo surgiram no conflito entre prática sindical e o partido que se estruturara com base neste "novo sindicalismo"; no enfrentamento das contradições entre movimento e setores a ele ligados no exercício de parcelas do poder de Estado; no deslocamento acelerado de dirigentes de base para instâncias de cúpula sem uma reposição de quadros que evitasse as descontinuidades nas relações de discussão e deliberação.

---

<sup>1</sup> A este respeito ver Garcia, Marco Aurélio, transcrição de palestra no Instituto Cajamar, abril de 1992

Desde então, não tardaram a surgir os novos profetas que, realizando uma temerária incursão pela astrologia<sup>2</sup>, prevêem a reedição de opções políticas e modelos clássicos por este movimento, condenado à impossibilidade de criar alternativas históricas próprias seja por tendências universais seja pela orientação adotada pela sua direção.<sup>3</sup>

### **Cultura política dos trabalhadores e estrutura sindical**

A emergência dos trabalhadores como sujeitos no cenário público, que instaurou o fenômeno do "novo sindicalismo", fora acompanhada por uma historiografia que buscava contribuir no resgate da sua experiência autônoma à luz do que a prática contemporânea de lutas desvendava sobre as relações entre discurso acadêmico, estratégias de dominação e movimento social.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Cfe a revista "Trabalhadores" nº 2, publicada pelo Arquivo Edgar Leuenroth e pela Secretaria Municipal de Cultura de Campinas, 1988, ao ser perguntado se o PT estaria condenado a tornar-se social-democrata ou stalinista, o professor Eric Hobsbawa teria respondido "felizmente sou historiador e não astrólogo".

<sup>3</sup> Ver por exemplo a este respeito o artigo de Rodrigues, Leôncio Martins "A CUT e seus dois destinos", Caderno Idéias/Ensaios, Jornal do Brasil, 7/10/1990.

<sup>4</sup> Ver entre outros Paoli, Maria Célia "O Trabalhador urbano na fala dos outros"; Sader, Éder "Quando os novos personagens entraram em cena"; Munakata, Kazumi "A legislação trabalhista no Brasil" e "O lugar do movimento operário"; Garcia, Marco Aurélio "São Bernardo: a (auto) construção de um movimento operário"; Maroni, Anéris "A estratégia da recusa".

Para uma análise historiográfica que se situasse na continuidade do desenvolvimento desta problemática, tratava-se portanto de repensar o problema da autonomia no momento que se abria e diante dos problemas que se colocavam o que implicava ver com outros olhos o papel da ação operária mesmo no interior de estruturas tradicionalmente associadas ao seu enquadramento e cooptação, como o sindicato oficial.

No contato direto com o movimento sindical, constatávamos que, embora os mecanismos legais de controle e repressão à ação sindical se atenuassem, a busca por resgatar o papel de instrumento de luta dos sindicatos esbarrava em muitos problemas. Eles advinham tanto de hábitos e concepções sedimentados nas rotinas internas quanto, especialmente, da compreensão sobre o papel do sindicato pelas próprias categorias e das expectativas por estas formuladas em relação a ele que, ao final, determinam em grande medida o caráter efetivo da prática sindical cotidiana.

Foi destes limites e impasses na superação desta estrutura, assim como da identificação do seu enraizamento na cultura política dos trabalhadores, que partimos na busca de elementos para uma análise do processo de sua implantação.

Assim, buscamos identificar a visão dos trabalhadores sobre o sindicato no período em que este processo se iniciou analisando o modo como estes expressavam, através das demandas remetidas ao âmbito da organização

sindical e da ação concreta, uma compreensão acerca do papel das entidades.

Através destas demandas, pudemos decompor a imagem do papel/função do sindicato para as categorias analisadas em quatro aspectos referentes a: reivindicação de direitos, beneficência, controle e acesso ao mercado de trabalho e expressão de uma identidade coletiva.

O primeiro aspecto está ligado à organização e luta em torno do resgate, criação, execução e generalização de direitos e concomitantemente do exercício e alargamento dos limites da cidadania operária.

No segundo, situamos a criação de mecanismos coletivos de amparo frente à doença, à velhice, ao desemprego e à própria morte.

O terceiro liga-se às várias formas de organização dos trabalhadores no mercado de trabalho através do sindicato, que oscilam em Porto Alegre desde o controle total (como no "closed shop" dos estivadores) até uma mera bolsa de colocação reconhecida por parcela do empresariado (como no caso dos metalúrgicos).

Por fim, no último aspecto buscaremos identificar o papel do sindicato na expressão e desenvolvimento de valores

constitutivos de uma identidade coletiva (unidade, classismo, busca de "intelectualização do proletariado"<sup>5</sup>, etc...).

Outro elemento de destaque na análise desenvolvida é a interpenetração da reelaboração da tradição de lutas e valores construídos coletivamente, da relação com o Estado e da ação das correntes políticas atuantes no movimento na construção de um imaginário político sobre o sindicato oficial.

### **Características da questão sindical em Porto Alegre e das categorias estudadas**

A opção pela análise da relação entre o movimento operário e a questão institucional em Porto Alegre foi reforçada por vários elementos que, embora isoladamente não se constituam em exclusividade local, articularam-se numa configuração que salientou o peso da problemática ligada à institucionalização do movimento operário desde muito antes do período estudado.

A adoção do positivismo como ideologia de Estado durante a primeira república contribuiu para a difusão de idéias como a necessidade de "incorporação do proletariado" na sociedade moderna. Levou também a diferenciações

---

<sup>5</sup> Expressão utilizada no programa da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), lançado em Agosto de 1933 in "A Voz do Trabalhador" nº 1, Porto Alegre, 14/10/1933.

relevantes em relação à ortodoxia liberal, como o reconhecimento do direito de greve e de diversos direitos sociais do trabalho no programa oficial do Partido Republicano Rio -Grandense.<sup>6</sup>

Com base nesse discurso paternalista, desenvolveu-se já na Primeira República uma longa experiência de intermediação do Estado no conflito capital e trabalho centrada no chefe do Executivo estadual como pode ser exemplificado pela atuação de Borges de Medeiros na greve geral de 1917<sup>7</sup>, concedendo aumentos aos "proletários a serviço do Estado", reconhecendo a legitimidade do movimento e decretando o controle da exportação de alimentos básicos. Assim também no mesmo ano durante a greve dos ferroviários o presidente do Estado apóia ativamente as reivindicações dos grevistas e aproveita a oportunidade para reforçar a tese da encampação das ferrovias pelo Estado, efetivada três anos depois.

Contribuiu também nesse sentido a forte implantação da corrente social-democrata no movimento operário, que mesmo perdendo o papel de força hegemônica para os anarquistas a

---

<sup>6</sup> Cfo Boeira, Nelson "O Rio Grande de Augusto Conte". e Pesavento, Sandra "A Burguesia Gaúcha", pg. 145.

<sup>7</sup> Ver a este respeito Bodea, Miguel "A greve geral de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho" e Petersen, Sílvia "As greves no Rio Grande do Sul (1890-1920)". pgs 280-281.

partir de 1910 manteve bases e lideranças expressivas, em geral articulando alternativas de sustentação operária ao partido detentor do poder político no estado (PRR)<sup>8</sup>.

Outros aspectos interessantes para a problemática da implantação da estrutura sindical também se apresentavam no plano local.

Mais especificamente no período que constitui objeto de nosso estudo, desenvolve-se uma disputa complexa de correntes no interior do movimento operário gaúcho, cuja análise permite constatar uma diversidade de posições frente ao sindicalismo oficial e à legislação trabalhista e também parâmetros comuns de ação sindical.

último reduto da hegemonia anarquista no sindicalismo brasileiro em fins da década de 20, o Rio Grande do Sul possuía porém uma base sindical getulista bastante ativa, em parte herdada da relação entre lideranças social-democratas e Partido Republicano.

Por outro lado, o estado foi também nesse período o palco do surgimento dos Círculos Operários, (sendo o primeiro o de Pelotas, fundado em 1932) que Werneck Vianna<sup>9</sup> considera

---

<sup>8</sup> Cfe Marçal, João Batista "Primeiras Lutas Operárias no Rio Grande do Sul" e Petersen, op. cit.

<sup>9</sup> Werneck Vianna, Luís "Liberalismo e Sindicato no Brasil", pgs 155-172.

como uma alternativa de construção de um sindicalismo corporativo não-estatal ao menos até a constituinte de 1934.

Já o PCB, que em 1930 ainda não consolidara uma base operária significativa ao menos em Porto Alegre (é possível que isto tenha ocorrido em alguns municípios do interior) perpassa estes anos construindo sua hegemonia até ser atingido pelos efeitos da repressão.

Por fim, um elemento que atribui grande repercussão às lutas sindicais do estado nesta conjuntura são os interesses políticos locais de figuras de destaque na questão trabalhista a nível nacional, como o próprio Presidente da República e os dois primeiros Ministros do Trabalho <sup>10</sup>.

As duas entidades que pesquisamos foram selecionadas em função de características específicas ligadas a aspectos relevantes para a análise da problemática colocada.

Uma delas, o sindicato dos padeiros, destaca-se por ter protagonizado uma greve que se constituiu em ponto de inflexão na relação entre movimento operário e Estado.

Já o sindicato dos Metalúrgicos tornou-se no período um reduto dos comunistas, força política que se consolida, a partir de 1934, como hegemônica no sindicalismo gaúcho.

---

<sup>10</sup> Respectivamente Getúlio Vargas, Lindolfo Collor e Salgado Filho.

### De objeto a sujeito

A primeira dificuldade enfrentada pelo pesquisador que se propõe a estudar a classe operária brasileira na década de 30 é afirmar a existência do seu objeto.

O senso-comum que identifica este período como "aquele em que o Estado criou leis e controlou completamente o movimento" foi durante muito tempo (e em certa medida continua a sê-lo) alimentado pela produção acadêmica.

A consolidação e persistência da estrutura sindical corporativa e seus efeitos sobre o sindicalismo e, de modo mais geral, sobre a sociedade brasileira ensejaram e continuam a ensejar uma grande produção científica.

A vertente crítica desta produção acentuou o entrave representado pela estrutura sindical corporativa à plena democratização do país. Porém, muitas vezes, buscando as raízes de sua persistência, as pesquisas sobre o período de sua implantação tomaram esta estrutura, entendida como obra do Estado, como um objeto autônomo, deslocado da experiência de classe e mesmo do movimento operário como um todo.

Assim, se já na década de 50 Evaristo de Moraes Filho<sup>11</sup> (ele próprio ex-funcionário do Ministério do Trabalho e filho de um de seus fundadores) realizou a primeira crítica

---

<sup>11</sup> Vide Moraes Filho, Evaristo "O problema do sindicato único no Brasil".

sistemática sobre o caráter desta estrutura, inaugurou também uma longa linhagem de análises de caráter fortemente normativo sobre a questão.

Nelas, o julgamento dos autores sobre as intenções políticas do governo Vargas ao adotar esta estrutura (seja ele positivo ou negativo) e o encadeamento das normas legais adotadas nesse sentido toma o primeiro plano e o processo concreto de sua implantação, assim como os trabalhadores que nele participaram, desaparecem.

Reconhecendo a importância da luta autônoma do sindicalismo anterior a 1930 para as conquistas posteriores e defendendo a doutrina de colaboração de classes da primeira fase do governo Vargas, Evaristo identificará no Estado Novo um momento de deturpação do papel dos sindicatos á medida que, a partir de 1937, o reconhecimento e a regulamentação da atividade sindical teriam sido substituídos pela sua oficialização, com a criação do imposto sindical e a passagem da ação reivindicatória para a assistencial.

Porém, se de um lado sua análise da estrutura sindical brasileira se pauta nesta crítica à oficialização<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> No mesmo sentido, José Albertino Rodrigues aponta três consequências para o distanciamento que a oficialização causou entre os sindicatos e o cotidiano dos trabalhadores: 1) um desvio de seu campo de atividade peculiar (o reivindicatório), 2) uma deformação institucional e 3) o prejuízo concreto das categorias representadas. Vide Rodrigues, José Albertino "Sindicato e Desenvolvimento no Brasil".

, de outro baseia-se na defesa de um modelo para a relação Estado/movimento sindical que seria (no juízo do autor) vigente nos países da Europa Ocidental. Neles, ao trazer-se o movimento sindical para junto da gestão pública preservando porém sua autonomia caracterizar-se-ia o fenômeno da divisão de soberania com a representação classista, visto pelo autor como um grande avanço político.

Dentro dessa perspectiva do papel que os sindicatos podem assumir em sociedades desenvolvidas, Evaristo se posiciona a favor da unicidade sindical (que garantiria uma representação econômica abrangente e legítima) defendendo porém a inexistência do poder de dissolução das entidades pelo Estado e a liberdade dos sindicatos em relação à sua organização, gestão do patrimônio, elaboração de estatutos e filiação a centrais.

O posicionamento de Evaristo com relação ao mérito da estrutura sindical e sua análise sobre as intenções políticas do Estado antes e depois de 1937, assim como a explicitação de uma aposta política no papel de um sindicato autônomo dentro de uma perspectiva de desenvolvimento para a sociedade brasileira (embora com distintas compreensões sobre o caráter desta autonomia) estabelecem vários eixos de debate que viriam a marcar a produção acadêmica posterior sobre este tema e seus principais impasses.

Já aí podemos localizar a forte marca do debate político contemporâneo à produção dos textos nas análises. Ele pode ser creditado, entre outros fatores, ao papel do sindicalismo em todas as crises políticas relevantes pós-45, mantendo a atualidade da polêmica sobre sua relação com o Estado.

Este deslocamento da interpretação pelo julgamento, mesmo em trabalhos mais recentes, colocará uma tensão para aqueles que estudam o período buscando através da pesquisa lançar novas luzes que contribuam para o enfrentamento de desafios ainda atuais para a luta dos trabalhadores.

Partindo do estabelecimento do corporativismo estatal e dos entraves que este significou para o desenvolvimento posterior da luta sindical, muitos estudos tenderam a tomar a estrutura consolidada como um resultado inexorável do projeto de enquadramento do Estado varguista.

A partir deste pressuposto, as análises sobre as ações das diversas forças políticas atuantes no movimento na época da implantação desta estrutura é realizada tendo esta forma final, cristalizada na CLT, como parâmetro. Trata-se muitas vezes, portanto, de interpretar se estes setores contribuíram ou não para a viabilização ou a resistência a esta estrutura, ou até que ponto o movimento tinha consciência do seu significado.

Nesta transposição, recoloca-se um dos principais elementos de negação da atuação histórica dos trabalhadores, ao julga-la com base em um resultado (CLT) que tanto não se colocava como objeto de conflito no seu presente quanto não estava de modo algum pré-determinado nas opções políticas dos diversos atores.

Pois se o Decreto 19.770 de 1931 e a CLT comungam da mesma doutrina corporativa e as medidas legais do primeiro foram ratificadas pela segunda, somos da opinião de que a construção das condições de existência da estrutura sindical oficial como fenômeno concreto não podem ser entendidas como uma evolução linear entre um e outro.

Como demonstra José Albertino Rodrigues, esta implantação deu-se em um processo de experimentação pelo poder público e adaptação por parte dos sindicatos, sendo garantida menos em função da definição legal do que da ação governamental.<sup>13</sup> .

De outro lado, como analisa Werneck Vianna, existiam vários projetos corporativos e mesmo outros de inspiração

---

13 Cfe Rodrigues. José Albertino op. cit. . Rodrigues exemplifica a astúcia que norteou esta estratégia com a manutenção da liberdade de sindicalização enquanto se ofereciam vantagens aos sindicalizados. A análise destes mecanismos será retomada em Munakata "A legislação trabalhista no Brasil".

liberal no interior das classes dominantes, que apenas circunstancialmente unificaram-se em torno do Estado<sup>14</sup>.

Na nossa perspectiva, cumpre destacar que um debate sobre as opções políticas dos trabalhadores que pretenda resgatar seu papel ativo nesse processo deve primeiro buscar situar como estes formulavam, no próprio período, a relação entre o movimento e a legalidade que se instituiu. Este resgate deve remeter-se não apenas ao plano das intenções políticas governamentais subjacentes e sua avaliação pelas lideranças sindicais de diversos matizes mas, especialmente, à experiência de confronto com a questão institucional e à luta tradicional por direitos que se constituíam em patrimônio coletivo dos trabalhadores.

A tendência à substituição da análise histórica pelo julgamento da intencionalidade política das diversas correntes atuantes no movimento operário liga-se diretamente à relação existente no caso brasileiro entre heteronomia e institucionalização.

Nesse sentido, muitas vezes identificando-se esta institucionalização como fruto da vitória de um projeto de enquadramento e tutela estatal, turva-se a compreensão do problema institucional como algo vivido pelo conjunto da classe operária a partir do próprio desenvolvimento de suas

---

<sup>14</sup> Cfe Verneck Vianna, op. cit. caps. 4 e 5.

lutas e mesmo desconsidera-se a possibilidade de que pudesse ter jogado um papel neste processo a busca de exercício da autonomia no espaço institucional.<sup>15</sup>

Assim interligadas, tanto heteronomia quanto institucionalização passam a ser analisados como elementos externos ao próprio movimento, e o seu predomínio durante a década de 30 caracterizaria este período como uma época de não-movimento.

Podemos localizar uma das raízes deste tipo de formulação na obra pioneira de Azis Simão<sup>16</sup>. Em "Sindicato e Estado", Azis analisa a trajetória do movimento sindical em São Paulo, salientando que nas suas origens este adotava o tipo de organização que estivesse mais de acordo com as características da categoria ou setor representado. Por outro lado, tanto o avanço da industrialização quanto a experiência dos sindicalistas teriam levado a uma tendência natural à passagem das uniões de ofícios vários e sindicatos por ofício para os sindicatos por indústria.

---

<sup>15</sup> Uma posição extremada esse respeito é a de Boito, Armando, para quem "o sindicato de Estado, é sempre, ao contrário do que se passa com outros tipos de sindicalismo, uma instituição que amortece o conflito de classes", não existindo espaço para o exercício da autonomia e não ser através da destruição total da estrutura sindical corporativa. Cfe "O sindicalismo de Estado no Brasil".

<sup>16</sup> Simão, Azis "Sindicato e Estado".

Na visão do autor, tudo isto é alterado pelo Estado a partir de 30, quando este intenta uniformizar o tipo de organização tanto para o conjunto dos trabalhadores quanto também para empregadores e autônomos. A uniformização estabelecida em lei, assim como a unicidade, definiriam a heteronomia do sindicato frente ao Estado.

Azis destaca que a autonomia sindical era tida como um valor supremo pelos anarco-sindicalistas e aponta para a semelhança entre a intervenção estatal e a orientação comunista, que defendia a unidade, centralização e atrelamento, embora em relação ao partido. Como se vê, o argumento aponta no sentido de um processo de imposição da heteronomia vindo de fora da classe operária a partir de duas vertentes: partido político e Estado.

Num primeiro momento as análises, fortemente marcadas por um determinismo sociológico amplamente difundido na década de 60 irão salientar o Estado como agente desta heteronomia. O exemplo mais cabal deste tipo de leitura pode ser identificado na obra de Leôncio Martins Rodrigues<sup>17</sup>. Se de um lado, Leôncio recusa explicitamente a tese de que as características do sindicalismo pós-30 sejam determinadas

---

<sup>17</sup> Rodrigues, Leôncio Martins, "Conflito industrial e sindicalismo no Brasil".

pela ação do Estado, suas interpretações acabam por colocá-lo como o único agente político deste processo .

O elemento preponderante para a definição do caráter da estrutura sindical brasileira seria, para o autor, a passagem de um operariado imigrante, qualificado e semi-artesanal para outro de migração rural (em geral vindo do Nordeste) passivo frente à exploração, carente de uma cultura política de esquerda e para o qual a própria migração significaria ascensão social e, portanto, satisfação pessoal.

Esta mudança na composição do operariado teria facilitado a intervenção estatal e formado a base para o populismo através : 1) da incorporação burocrática dos trabalhadores ao processo político; 2) do isolamento dos "extremistas" e 3) do apoio ao que o autor denomina sindicalistas amarelos. Já no pós-45, a estrutura sindical corporativa teria permanecido por possibilitar a diminuição do impacto político do crescimento do proletariado urbano. Este processo seria influenciado pelas características peculiares de estruturação da sociedade industrial no Brasil, com suas heranças escravistas e sua inserção dependente na economia mundial.

Assim, a classe operária brasileira estaria tolhida em seu desenvolvimento sindical pela repressão, enquadramento e por sua própria configuração. Seria, além do mais, carente de partidos de massa próprios. Logo, a única razão para a

obtenção de conquistas sociais se encontraria no interesse do Estado em "suprir com sua iniciativa e visão global, as deficiências do setor privado... por em consecução um conjunto de leis e de medidas de proteção ao trabalho" e criar as "condições para a expansão industrial e para a modernização da sociedade...". Tudo isso explicaria a adesão do operariado ao populismo e sua recusa à "abstração das idéias anarquistas e marxistas".<sup>18</sup>

Como se vê, num processo "sem sujeito", rigidamente determinado por mudanças estruturais, subsiste apenas a ação demiúrgica do Estado.

O golpe de 64 parecia confirmar esta sina de passividade da classe operária brasileira, prisioneira de um triste ciclo em que sua debilidade estrutural teria levado-a às garras do Estado e a partir daí consagrado sua incapacidade congênita para uma existência autônoma.

Novas abordagens entretanto irão surgir quando os trabalhadores começam a destoar do roteiro previsto pelo determinismo sociológico e trazer à tona a capacidade de formular orientações e opções em cada conjuntura concreta. Sob a aparente tranqüilidade posterior ao esmagamento do sindicalismo efetuado pela ditadura militar, as resistências sempre presentes ao nível do dia-a-dia da luta dentro das

---

<sup>18</sup> *Idea*, *ibidem* pg. 173

fábricas articulam-se aos poucos em processos de maior envergadura, como as greves de Contagem e Osasco em 1968.

Fatos como estes contribuíram para uma revisão nas interpretações até então predominantes sobre as relações entre a classe operária brasileira e a estrutura sindical corporativa. Trabalhos como os de Weffort<sup>19</sup>, passam então a salientar a análise de conjunturas específicas consideradas decisivas para a consolidação desta estrutura sindical, como a da redemocratização de 1945.

Destacando a existência de uma ação operária para além das organizações que se propõe a representá-la (como partido e sindicato), e identificando a hegemonia de um projeto heterônomo de estrutura sindical, a tendência predominante em uma nova linhagem de pesquisas será o resgate da autonomia operária focalizando os processos de resistência à exploração e de luta espontânea contraposta às orientações de partidos e sindicatos oficiais.

Estes estudos serão estimulados por trabalhos como os de Castoriadis<sup>20</sup> e Marglin<sup>21</sup>, entre outros, que demonstrarão

---

<sup>19</sup> Ver por exemplo Weffort, Francisco "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil"

<sup>20</sup> Castoriadis, Cornelius "Sobre o conteúdo do socialismo III : a luta dos operários contra a organização da empresa capitalista"

<sup>21</sup> Marglin, Stephen "Origem e funções do parcelamento das tarefas (-Para que serve os patrões ?)"

a profundidade das implicações políticas das lutas dos trabalhadores nos locais de trabalho e darão novo vigor à crítica da ortodoxia de esquerda, que reduzia a história da classe ao estudo das organizações que pretendiam representá-la ou portar a sua "consciência histórica".<sup>22</sup>

O desenvolvimento da conjuntura e dos processos de luta dos trabalhadores também irá contribuir neste sentido. O final da década de 70 e o início da de 80 foram marcados no Brasil por um intenso processo de rearticulação das práticas de resistência contra uma infinidade de formas de dominação das quais a ditadura militar aparecia como síntese. As múltiplas lutas fragmentárias apontaram para um eixo de convergência através do qual adquiriram visibilidade e adentraram o cenário público : as greves do ABC.<sup>23</sup>

Ao mesmo tempo que os trabalhadores afirmavam-se como sujeitos políticos, importantes mudanças começavam a ocorrer no universo acadêmico, onde sempre foram (em vários sentidos) objeto. Também aqui, a resistência crítica à afirmação do caráter passivo e integrado do operariado toma corpo em um discurso alternativo.

---

<sup>22</sup> Para a crítica do "substitucionismo", ver Hobsbawa, Eric. "História Operária e Ideologia".

<sup>23</sup> Para a análise deste processo ver Sader, Eder, op. cit.

Paoli<sup>24</sup> por exemplo, irá criticar os deslocamentos operados pela historiografia na localização da presença do movimento operário em diferentes períodos. Assim, se na Primeira República a experiência operária era retratada apenas no que diz respeito à submissão fabril e à doutrina anarquista, no pós-30 a cena era tomada exclusivamente pela ação do Estado. A autora argumenta que este tipo de análise não pode sustentar-se diante das várias "lições" dos movimentos sociais contemporâneos, como por exemplo: 1) de que as instituições não cobrem toda a sociedade, 2) que esta última é fundamentalmente heterogênea e 3) que a dominação social não é absoluta, sendo os próprios discursos ideológicos reinterpretados e redefinidos pelos dominados.

Empreendendo uma releitura da relação entre experiência operária e intervenção estatal, Paoli resgata os elementos de continuidade das "pequenas lutas" do cotidiano fabril entre a década de 20 e o pós-30. Estas lutas, pela generalização das reivindicações, apontavam ao menos desde a greve geral de 1917 em São Paulo para a necessidade do Estado como interlocutor <sup>25</sup>. A partir da intervenção estatal na fábrica, via legislação, abre-se um novo cenário onde a

---

<sup>24</sup> Paoli, op. cit.

<sup>25</sup> Esta análise foi originalmente desenvolvida em Munakata "A legislação trabalhista no Brasil"

questão do acesso aos direitos e às formas de participação social torna-se central.

A resistência patronal ao cumprimento da legislação trabalhista levará a um novo ciclo de lutas que aponta para a articulação das bandeiras gerais com questões específicas. Desta forma, estrutura-se um discurso de interpretação da condição proletária a partir da experiência fabril cujo desenvolvimento é cortado pelo Estado Novo.

A reemergência pública deste discurso proletário nas greves de 1945 e a contradição entre ele e a orientação do PCB no sentido de que os trabalhadores "apertassem os cintos" demonstraria o conflito entre a experiência de classe e o sentido atribuído pelos comunistas ao período. A principal causa disto seria o distanciamento da questão da submissão fabril.

Este tipo de abordagem desloca necessariamente a discussão sobre o processo de implantação da estrutura sindical e da legislação trabalhista. Desvenda-se todo um novo universo de luta operária que não se restringe às doutrinas e à organização, e as novas abordagens demonstrarão a partir daí um processo de desenvolvimento autônomo da classe que abre espaço para pensar-se efetivamente seu papel ativo na história.

Por outro lado ganha novo peso a avaliação, já apontada nos trabalhos de Simão e Weffort de que a esquerda ,

pela adoção de uma lógica política institucional, chega ao ponto de chocar-se com as formas de luta espontânea.

Desta forma, o processo de criação do sindicalismo corporativo deixa progressivamente de ser visto como uma questão apenas de conflito entre movimento e Estado (ou projetos burgueses, como no trabalho de Werneck Vianna), e passa a ser também o desenvolvimento de contradições internas do movimento e entre este e os que são ou pretendem ser sua direção. Para De Decca e Munakata<sup>26</sup>, por exemplo, o próprio processo de constituição da hegemonia comunista na segunda metade da década de 20 procedendo à centralização e à institucionalização da representação parlamentar operária seria decisivo para a construção das bases sobre as quais se ergueria o corporativismo estatal.

Esta produção historiográfica da década de 80 , analisando os processos de resistência fabril e luta pelo controle do mercado de trabalho possibilitou reler de ângulos bastante inovadores o problema das relações entre classe operária e estrutura sindical. Localizando uma experiência operária para além das organizações e tendências políticas e

---

<sup>26</sup> Munakata "A legislação trabalhista no Brasil" e De Decca, Edgar "1930: O silêncio dos vencidos". A complementariedade das duas análises a este respeito é destacada em Lenharo, Alcir "A sacralização da política" e Tronca, Ítalo "1930: A dominação oculta".

analisando o seu desenvolvimento rompeu-se o véu da sua aparente passividade.

Entretanto chegamos a um paradoxo à medida que muitos destes estudos demonstram o locus central do exercício da dominação capitalista (a fábrica) como espaço de desenvolvimento da autonomia operária, mas implícita ou explicitamente sustentam a idéia de que o espaço institucional a esta seria refratário.

Além do mais, se é verdade que o estudo da classe não pode ser substituído pelo de suas organizações, poderíamos questionar as limitações da análise de formas de organização como partido e sindicato como algo completamente externo à experiência dos trabalhadores, muitas vezes substituindo o Estado no papel de agentes da heteronomia.

O desdobramento da investigação sobre a estrutura sindical brasileira assim como os desafios atualmente enfrentados pelo sindicalismo colocam no centro do debate o problema da relação entre classe operária, organização e instituição.

### **Movimento e Instituição**

O problema da institucionalização é provavelmente tão antigo quanto o próprio movimento operário, e as diferentes correntes de interpretação sobre sua história oferecem análises e juízos bastante diversos a este respeito.

Analisando a implantação da estrutura sindical corporativa no Brasil, encontraremos quem a identifique como expressão de uma tendência universal à institucionalização do movimento operário. É o caso de Simão, que considera a transição do período de hegemonia anarquista no pré-30 (sindicato de minorias militantes) para o corporativismo estatal (sindicato burocrático de massas), como componente da racionalização da sociedade, ligado à ampliação das esferas de planejamento sócio-econômico e à adoção de sistemas normativos universais. Daria-se assim a institucionalização das formas de dissídio e resolução de conflitos: ao mesmo tempo que garantem-se determinados direitos a ação sindical fica restrita aos limites estabelecidos por estas regras e valores.<sup>27</sup>

Já a crítica historiográfica da década de 80, resgatando o papel ativo da classe operária brasileira em sua própria história e aprofundando a análise do projeto de enquadramento e tutela subjacente à estrutura sindical corporativa, salientou a existência de uma luta operária autônoma no pós-30 tendo como espaços privilegiados a fábrica

---

<sup>27</sup> Cfe Simão, op. cit.. No mesmo sentido, Leôncio Martins Rodrigues salienta a relação entre este processo e uma suposta tendência universal à "institucionalização do conflito, a atenuação dos aspectos mais exacerbados e violentos da luta de classes, a burocratização das grandes organizações sindicais... no contexto atual das relações entre o capital e o trabalho..." Op. cit., pg. 167

ou os sindicatos não-oficializados que ainda tentaram durante alguns anos subsistir.

O objetivo central desta produção foi a demonstração de que a experiência de classe não se resumia então aos elementos institucionais representados pelo sindicato oficial e mesmo pelo partido que passa a ser hegemônico no movimento operário brasileiro, o PCB. Pelo contrário, a tendência predominante será salientar as contradições entre movimento e instituição que permearam o período.

Relacionando-se o contexto da produção desta revisão bibliográfica e o seu conteúdo, podemos perceber que o resgate de uma experiência operária autônoma e não-institucionalizada realçava de um lado a "novidade histórica" do "novo sindicalismo" frente à estrutura sindical corporativa e de outro sua condição de herdeiro de uma longa trajetória de lutas derrotadas e ocultadas pelas classes dominantes, pelas concepções predominantes na esquerda e pela ortodoxia acadêmica.

A articulação entre o "novo sindicalismo" e "novos movimentos sociais"<sup>28</sup> como os verificados nas periferias urbanas das metrópoles brasileiras no mesmo período contribuiu para que a não-institucionalização fosse postulada como uma de suas características peculiares.

---

<sup>28</sup> Para esta relação ver Sader, Éder op. cit.

Na Europa a institucionalização foi muitas vezes considerada intrínseca ao movimento operário e sua não ocorrência atributo distintivo dos "novos movimentos". Estes seriam "novos" à medida que, ao contrário do sindicalismo, sua base social não estaria interessada na "... manutenção do crescimento do capital como a base para o compromisso do Welfare State...", ligada ao "...padrão de institucionalização dos conflitos sobre distribuição...".<sup>29</sup> O movimento sindical seria expressão destes conflitos institucionalizados e de um estrato social que, pela sua inserção na produção direta permaneceria embasando "velhas políticas" canalizadas por via institucional e parlamentar.

Entretanto, experiências como a do obreirismo italiano dos anos 60 e seus desdobramentos posteriores na década de 70, com suas profundas semelhanças em vários aspectos aos novos "movimentos sociais" podem ser elencadas como questionamento à idéia de que a institucionalização dos

---

<sup>29</sup> Cfe Habermas, Jürgen "New Social Movements", pgs 33 e 34. Considerando os "novos movimentos" europeus uma reação à "colonização do mundo vital", sua base social seria: "grupos altamente renovados do 'núcleo produtivista de performance' nas sociedades do capitalismo tardio, aqueles que são mais sensíveis às consequências auto-destrutivas do crescimento em complexidade ou quea é mais seriamente afetado por elas".

Já Touraine considera os "novos movimentos" fruto da perda de centralidade dos conflitos ligados ao trabalho e de sua institucionalização. Cfe Touraine, Alain "Os novos movimentos sociais : para evitar mal-entendidos", pg. 11.

sindicatos tenha encerrado o potencial de luta e renovação do movimento operário<sup>30</sup>.

Aí apareciam também o caráter extra-parlamentar e não institucionalizado da condução das lutas, a rejeição e busca de alternativas aos mecanismos representativos tradicionais, a politização imediata de questões des-politizadas (como a tecnologia e o salário)<sup>31</sup> tudo isso desembocando na constituição de organizações políticas comuns com alguns dos atores centrais dos novos movimentos.

O fato de que o conflito distributivo tenha se institucionalizado e que organismos de representação operária como os sindicatos tenham nele um papel fundamental não eliminou a capacidade do movimento operário originar novas conflitualidades.

Afinal, como sustenta E. P. Thompson em seu debate com Perry Anderson sobre o pretenso caráter "corporativo" da classe trabalhadora inglesa, a institucionalização das

---

<sup>30</sup> Uma visão geral sobre o obreirismo italiano pode ser obtida através da entrevista dada por Massimo Canevacci à revista *Desvios* (nºs 4 e 5).

<sup>31</sup> Clauss Offe em "New Social Movements: challenging the boundaries of institutional politics" salienta na caracterização dos novos movimentos sociais a ampliação dos limites da esfera política. Já Ernesto Laclau em "Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social" destaca o caráter direto desta politização em contraposição à busca de representação de interesses numa esfera política pré-constituída que segundo ele teria caracterizado os movimentos do século XIX.

organizações operárias foi parte de uma guinada estratégica dos trabalhadores rumo a um novo patamar de disputa de hegemonia.

Para Thompson entre o declínio do movimento cartista e o surgimento do Trabalhismo se localizariam as raízes sociológicas do reformismo inglês a partir de mudanças de longo alcance no interior da classe operária, a principal das quais seria a adaptação psicológica ao regime fabril. Este fato somado ao temor do desemprego teria levado os operários a temerem mais a perda das máquinas que as próprias máquinas.

É nesse período que surgem as principais instituições do trabalhismo britânico, como o TUC (Trade Union Congress) e os primeiros embriões do Labour Party, cuja construção é tomada pelo autor como uma guinada no sentido do "povoamento" do sistema capitalista, já que a sua derrubada estava fora do horizonte imediato e as tentativas feitas até então haviam redundado em fracasso. A partir daí, cada avanço em termos de espaços conquistados implicou um envolvimento maior com o status quo. Isso é compreensível, segundo o autor, pelo fato de que a perspectiva para certo tipo de revolução estava descartada e a pressão por reformas começava a trazer retornos evidentes, não apenas em termos econômicos, mas na conquista de posições defensivas, poder de barganha e manutenção da Inglaterra como uma sociedade "... comparativamente humana; certos valores democráticos tem sido

consolidados que estão longe de evidentes no mundo socialista."<sup>32</sup>

Para Castoriadis, o problema enfrentado pelo movimento operário europeu não seria sua institucionalização, mas a burocratização de suas instituições. Definindo a instituição como "...uma rede simbólica, socialmente sancionada onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário", a alienação se caracterizaria como "... a autonomização e a dominância do momento imaginário na instituição que propicia a autonomização e a dominância da instituição relativamente à sociedade"<sup>33</sup>. O papel exercido por esta alienação seria o de encobrir a característica de auto-alteração perpétua da sociedade, levando ao predomínio do instituído sobre o instituinte .

Assim, nos termos propostos por Castoriadis, é possível afirmar que as "instituições" do movimento operário (melhor dizendo: o próprio movimento enquanto instituído) teriam passado de um momento de predomínio da funcionalidade, como desvendamento do seu próprio fazer-se social, a um momento alienado caracterizado pelo predomínio de um elemento

---

<sup>32</sup> Thompson, E. P. "As Peculiaridades dos Ingleses", pg. 76.

<sup>33</sup> Castoriadis, Cornelius "A instituição imaginária da sociedade", pg. 159.

imaginário particularmente característico do capitalismo desenvolvido: o imaginário burocrático.<sup>34</sup>

Porém, como frisa Castoriadis, a burocratização não é o destino inexorável de toda luta contra a alienação da sociedade, mas é necessário, a partir da própria reflexão sobre a história do movimento operário deslocar esta luta da simples substituição de velhas por novas instituições para a busca:

**"...de um novo modo de instituir-se e de uma nova relação da sociedade e dos homens com a instituição."**<sup>35</sup>

Falar, por exemplo em institucionalização dos conflitos ligados à distribuição ou ao trabalho pode ser válido, desde que não se confunda com isso a burocratização ocorrida nas instituições históricas do movimento operário. Como demonstra a experiência do obreirismo italiano, essa burocratização não levou a um processo de perda da capacidade instituinte destes conflitos.

Talvez seja mais correto afirmar, isto sim, que a definição (ou instituição) do papel das entidades sindicais como essencialmente distributivo é momento constitutivo da burocratização do movimento. Outras possibilidades de definição do caráter do sindicalismo estavam presentes já no

---

<sup>34</sup> O imaginário burocrático é discutido em *idea*, *ibidem*, pg. 190.

<sup>35</sup> *Idea*, *ibidem*, pg. 418.

final do século passado na Europa, por exemplo, como demonstra a análise de Pino Ferraris<sup>36</sup> sobre as bolsas de trabalho na França que comentaremos no item relativo à questão do assistencialismo.

E, em processos mais recentes e mais próximos, ao estruturar um discurso centrado na noção de dignidade e romper com a política da oposição consentida no processo de redemocratização brasileira, o sindicalismo pode constituir-se e ser reconhecido como elemento de aglutinação de um conjunto de atores sociais emergentes e centro de elaboração de uma concepção alternativa de democracia e cidadania mais além de qualquer papel distributivo ou corporativo.<sup>37</sup>

Nesse sentido, caracterizar os novos movimentos sociais em contraste com uma natureza pretensamente essencial do movimento operário pode nos tornar cúmplices do ocultamento da luta histórica pela definição deste caráter, da luta contemporânea pela sua redefinição (da qual a novo sindicalismo brasileiro é parte) e dos elementos comuns entre estas lutas e os novos movimentos. Do mesmo modo, desconsiderar o enfrentamento da questão institucional pelo "velho sindicalismo" pós-30 como parte da experiência

---

<sup>36</sup> Ferraris, Pino de "Apunti lezioni Università de Caapinas".

<sup>37</sup> A esse respeito ver Sader, Éder, op. cit. e Abramo, Laís "O resgate da dignidade ( a greve de 1978 em São Bernardo)".

operária com certeza limita nossa compreensão sobre a natureza da estrutura sindical corporativa e as razões da sua longa existência.

Assim, se considerarmos o novo não como inédito, mas como resultado da contínua reelaboração da experiência, poderemos aceitar que sua emergência se dê não apenas em locais determinados a gerá-lo, mas em processos de luta aos quais a própria determinação não está imune.

No caso do nosso objeto de estudo, o novo era a situação, vivida pela classe operária, de confrontar-se com um Estado que pretendia enquadrá-la e transformá-la em principal fonte de sua sustentação política enquanto estruturava um arcabouço jurídico que legitimava um conjunto de direitos básicos pelos quais o movimento sindical vinha a anos se batendo.

Este contexto colocava novos problemas ligados à ação institucional, à relação com o Estado e a lei que abalavam fortemente as práticas e tradições sindicais consolidadas desde o início do século, ao mesmo tempo que abriam novas esperanças e possibilidades para a efetivação de conquistas pelas quais muitos já haviam lutado.

O valor desta experiência pode ser facilmente descartado. Em primeiro lugar pelo seu arcaísmo, se reduzirmos as lutas do período a reivindicações econômicas ("políticas de velho tipo"). Em segundo pela sua falta de

enfrentamento político aberto ao projeto corporativo. Por fim, pelo veredicto implacável da "história de resultados" diante da consolidação da estrutura sindical atrelada e sua longevidade posterior.

Afinal, teriam os herdeiros do "novo sindicalismo" algo a aprender com a análise de lutas em grande medida específicas, emaranhadas no discurso legalista largamente difundido pelo Estado e que, afinal de contas nos legaram apenas a CLT?

No primeiro capítulo analisaremos como a luta pela apropriação e efetivação dos direitos estabelecidos em lei tensionou já em 1933/1934 as relações entre sindicato oficial e Estado.

No segundo, veremos aspectos da constituição do sindicato oficial como instituição (perpassada pela disputa entre diferentes forças políticas sobre aspectos do cotidiano organizacional) e sua relação com as demandas remetidas pelos trabalhadores ao âmbito da organização sindical.

## CAPÍTULO I

### COMO ERA GOSTOSO O MEU PÃO FRANCÊS: A GREVE DOS PADEIROS DE PORTO ALEGRE (1933/1934);

#### AÇÃO

Em Agosto de 1933, durante a gestão de Salgado Filho no Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC), o governo Vargas baixa o decreto número 23.140 sobre as condições de trabalho na indústria da panificação, que estabelecia entre outros itens a semana de trabalho de 48 horas semanais, a jornada de 8 horas e o repouso dominical, salvo convenção coletiva em contrário.<sup>38</sup>

Imediatamente, o sindicato dos padeiros de Porto Alegre passa a pressionar a Inspetoria Regional do Trabalho (IRT) no sentido de que esta garanta o cumprimento da nova lei, entendendo por isso que aos Domingos o trabalho não reiniciaria antes das 24 horas. Por seu turno, os empresários do setor realizam a contraproposta de uma convenção

---

<sup>38</sup> As informações fundamentais da primeira parte deste capítulo baseiam-se na imprensa diária do período e podem ser encontradas em Lucas, Maria Elizabeth da S. "A Federação Operária do Rio Grande do Sul e o movimento operário gaúcho de 1931 a 1935" e Machado, Carmem Lúcia B. "O Movimento Operário Sindical no Rio Grande do Sul de 1930 a 1937".

estabelecendo o reinício do trabalho aos Domingos às 20 horas no verão e às 18 no inverno.

Não havendo acordo, ambas as partes passam a debater através da imprensa sobre a viabilidade de oferecer pão novo à população na manhã de segunda-feira com o gozo integral do repouso dominical. Segundo os patrões, este último implicaria em que o fornecimento do produto só se regularizasse às 16 horas daquele dia. Os padeiros, por outro lado, sustentavam que o mesmo já estaria assegurado às 8 da manhã.

Criado o impasse, os trabalhadores não comparecem ao trabalho no Domingo, 30/12/1933, sem deixar de destacar que não se encontram em greve ( o que a lei não permitia ) e que quem inviabilizava a continuidade dos trabalhos eram os patrões, ao desrespeitarem a legislação.

Paralelamente, a IRT recusa-se a aceitar a intervenção da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) no caso, em função do não reconhecimento desta entidade pelo Ministério do Trabalho. A FORGS convoca uma assembléia da qual participam 25 sindicatos que decidem, todos juntos, devolver as suas cartas sindicais e partir para a livre sindicalização.

Argumentam os sindicalistas que após três anos de legislação social "revolucionária" os trabalhadores ainda não haviam sentido os seus benefícios, e que 108 reclamatórias trabalhistas encaminhadas à IRT haviam tido solução favorável

aos empregadores, mostrando que aquele organismo não estava cumprindo a sua função.

A decisão de rejeitar a oficialização das entidades segundo o decreto 19.770, que regulamentava a sindicalização, é comunicada ao Ministro do Trabalho através de um telegrama, onde se exige o afastamento do Inspetor Regional do Trabalho Ernani de Oliveira .

Seguem-se diversas tentativas de mediação do conflito, destacando-se uma reunião das duas partes com a Comissão Mista de Conciliação e Julgamento e outra com o chefe de polícia (representando o governo do estado) ambas infrutíferas.

A tensão se acentua e os proprietários de padarias reagem ao aumento da pressão sindical com a demissão de ativistas ao longo do mês de novembro.

Com este acirramento, o confronto extrapola definitivamente o seu caráter setorial e passa a ganhar dimensões mais amplas, com as negociações envolvendo de um lado o Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul (CINFA) e do outro lado a Federação Operária .

A entidade patronal busca destacar a disponibilidade de realizar concessões por parte do empresariado (que estaria expressa, por exemplo, na proposta de restringir o trabalho nas padarias aos sindicalizados) e critica o que considera demonstrações de intransigência dos trabalhadores, que não

aceitam realizar uma convenção regulamentando (e restringindo) a aplicação da lei.

Já a FORGS radicaliza sua posição, e a partir da edição de 09 de Dezembro de seu jornal "A Voz do Trabalhador" passa a exigir o direito de greve.

Seis dias depois, o sindicato dos padeiros delibera pela "retirada do trabalho para aguardar a solução do problema" dos seus 350 associados.

O lado patronal reage com a demissão dos grevistas (que no dia 18 já chegam a 400) e com o início de novas contratações).

Diariamente reúnem-se os operários na sede da sua Federação e passam a aguardar a visita do Ministro do Trabalho à capital gaúcha (programada para breve) para exigir o cumprimento da lei.

A greve (o termo é cautelosamente evitado) prossegue, como destaca o sindicato:

"... graças à solidariedade material do operariado em geral, distribuimos, no decorrer da semana, mais de 2.500.\$000 entre os nossos companheiros, além de mantermos dois companheiros hospitalizados e outros que se encontram enfermos em suas residências. A atitude assumida pelo proletariado Rio-grandense nos conforta e nos dá ânimo... acrescento ainda que contamos também com a solidariedade do proletariado de outros estados, que já nos enviaram auxílios, podendo-se

**dizer, com isso, que o proletariado brasileiro vem acompanhando com carinho a nossa questão.**"<sup>39</sup>

No começo de Janeiro entra em cena um par de novos agentes aumentando a complexidade do debate sobre a legitimidade das aspirações dos padeiros: o fiscal e o sub-fiscal da Inspetoria Regional do Trabalho (respectivamente Israel Rangel e João Lattuada). Os dois passam a autuar padarias que não cumprem o decreto 23.104, sendo acusados pelos patrões de dois erros : desvirtuarem o seu papel de mediadores, ao assumirem a defesa dos trabalhadores e contradizerem a máxima de Salgado Filho "esclarecer antes de punir".

A resposta de Rangel virá na forma de um parecer de 15 laudas dirigido ao Inspetor Ernani de Oliveira e publicado pela imprensa.

Nele, Rangel acusa o advogado patronal de petulante, por pedir um **menor rigor** no cumprimento da lei. Deduz daí a negação da própria legislação e do caráter da IRT. Passa em seguida a defender o princípio do descanso dominical como "assente nas nações cultas" e referendado desde os primórdios da civilização (além de condição para o cumprimento dos deveres religiosos dos trabalhadores). Sustenta ainda que

---

<sup>39</sup> Machado, op. cit., pg. 273.

este direito estaria **garantido** a não ser que houvesse acordo (aceito pelas duas partes) em contrário:

**"Pois se o decreto 23.104 garantia o descanso no Domingo, o que somente por convenção coletiva de trabalho poderia ser substituído por outro dia, deveria o assumpto ter sido terminado neste ponto. Os proprietários assim não entenderam"**<sup>40</sup>

O fiscal considera a postura patronal ao afastar os operários sindicalizados uma afronta à idéia do Ministro do Trabalho de que "o progresso só ocorre com harmonia social".

Para concluir, ataca pessoalmente seu "colega" e opositor e conclama o Inspetor do Trabalho a não ficar alheio à fome dos filhos dos padeiros e vir a ser o "sol que ilumine a escura existência" da categoria, garantindo o "prestígio do cargo e a confiança dos operários".

Quatorze de Janeiro. A greve prossegue, os demitidos já são 426. A assembléia da FORGS decide enviar ao Rio de Janeiro seu presidente, o barbeiro Policarpo Hibernon Machado, para tratar do "caso padeiral", incluindo a busca do cumprimento das normas referentes às condições de higiene das padarias (que estariam sendo desrespeitadas devido ao alto custo das mesas de mármore, fermentos selecionados e outros materiais necessários à sua observância). Além disso, Hibernon aproveitaria a oportunidade para encaminhar

---

<sup>40</sup> Machado, op. cit., pg. 385.

reclamações contra os "direitos conferidos e sonegados" dos operários dos municípios de Novo Hamburgo, Montenegro, Triunfo e das minas de Arroio dos Ratos e São Jerônimo. Na oportunidade, o dirigente sindical reafirma que a Federação exigiria o afastamento do Inspetor Regional do Trabalho.

Ao retornar, Policarpo vem acompanhado do "alto funcionário" do Ministério do Trabalho Waldir Niemeyer, encarregado de "preparar" a vinda do Ministro à capital gaúcha.

O risco de um desfecho favorável aos operários no episódio leva o sindicato patronal a alertar o CINFA, tentando evitar o que seria um "precedente perigosíssimo". As duas entidades reúnem-se com a IRT e deixam clara a sua posição de não abrir mão de três pontos: a **impossibilidade de readmitir os grevistas** (o que implicaria a demissão dos novos contratados); a **legalidade da sua proposta de convenção coletiva** e a **necessidade tanto do trabalho aos domingos quanto da jornada superior a 8 horas**.

Niemeyer, por sua vez, conversa com os dois lados envolvidos no conflito e articula um acordo conciliatório envolvendo o retorno ao trabalho e a readmissão dos grevistas, que trabalhariam em regime de rotatividade de turnos com os novos contratados. O acordo ainda previa a assinatura de uma convenção coletiva de acordo com a lei.

Com a aprovação de ambas as partes para esta base de entendimento, a situação parece encaminhar-se para uma conclusão. Entretanto, na hora de assinar o acordo os patrões buscam alterá-lo, levando o "alto funcionário" a se retirar do processo. Em declarações à imprensa sobre este episódio, Niemeyer salientou a colaboração dos operários e criticou a intransigência patronal, que inviabilizou o acordo.

57 dias de greve. A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Panificação renuncia coletivamente, enviando telegrama ao Ministro do Trabalho em que ressalva o esforço de Niemeyer na busca de uma solução para o impasse.

Grevistas começam a voltar ao trabalho e tanto o Interventor Federal no estado quanto o CINFA passam a agir e dar declarações como se a questão estivesse solucionada.

Reage a FORGS em nota pública. Salienta a entidade que o dissídio não foi resolvido, tendo entretanto o sindicato dos padeiros decidido pela liberdade de retorno ao trabalho e delegado à Federação a condução da negociação.

Em 20 de Fevereiro, Salgado Filho finalmente chega à cidade. No dia seguinte, participa de sessão na FORGS onde destaca a importância do cumprimento da lei, defendendo entretanto o Inspetor do Trabalho das críticas dos sindicalistas com a frase evasiva "ninguém acusa este funcionário de improbidade ou malversações". No mesmo ato, o

Ministro entrega pessoalmente a carta de reconhecimento oficial da Federação Operária do Rio Grande do Sul.

Posteriormente, após reunião fechada com a diretoria do CINFA, o Ministro preside o estabelecimento de um acordo definitivo que inclui a volta dos padeiros grevistas ao trabalho, estabelece o repouso dominical com reinício do trabalho às 22 horas e o encaminhamento das divergências entre patrões e empregados à Comissão Mista de Conciliação e Julgamento.

## ILUSÃO E REVOLTA

Diversos trabalhos tem analisado o chamado "caso padeiral", e há consenso de que este movimento marca uma inflexão na relação entre o sindicalismo gaúcho e o Estado na década de 30.<sup>41</sup>

Para os autores destes estudos, aí estaria a passagem de um momento marcado pela colaboração de classes para outro caracterizado pela radicalização.

Iludidos com a legislação social varguista, os trabalhadores teriam levado alguns anos até descobrirem a ineficácia do Estado para garantir o cumprimento da lei. Revoltados, teriam partido para o confronto mas permaneceriam impotentes para deter o projeto corporativo que se consolidaria no Estado-Novo.

Este tipo de raciocínio traz como pressuposto a idéia de que o Estado possuía, no período, um projeto definido e preciso de enquadramento do sindicalismo, imposto pela via da força ou da cooptação (ou da combinação de ambas).

---

<sup>41</sup> Em ordem cronológica estes trabalhos são Lucas, op. cit., Munakata, Kazumi "A Legislação Trabalhista no Brasil", Machado, op. cit. e Pesavento, Sandra e Fonseca, Pedro C. Dutra "Relatório final da pesquisa :Industrialização no Rio Grande do Sul, 1930-1940".

Entre os autores clássicos que estudaram a estrutura sindical brasileira encontraremos aqueles para quem este projeto já teria seu caráter definido no decreto 19.770 de 1931, como Azis Simão.<sup>42</sup> Há também aqueles para quem o caráter pára-estatal, e portanto o desvio do sindicato do seu papel reivindicativo e autônomo só se daria após 1937, com medidas como o imposto sindical, tese defendida por exemplo por Evaristo de Moraes Filho.<sup>43</sup>

De qualquer forma, todos estes autores atribuem um peso determinante na definição do caráter da estrutura sindical à lei e às intenções políticas presentes no aparelho de Estado, portanto, a fatores externos ao movimento.

As opções reservadas aos trabalhadores nesse contexto se limitariam a consentir na sua "domesticação" ou resistir, e neste caso a luta pareceria fadada ao fracasso, diante do poderio do adversário. A prova deste misto de derrota e capitulação estariam na força demonstrada pela estrutura sindical brasileira e na incapacidade do sindicalismo em romper com seus limites por décadas a fio.

---

<sup>42</sup> Simão, Azis. "Sindicato e Estado".

<sup>43</sup> Moraes Filho, Evaristo de. "O problema do sindicato único no Brasil".

Um avanço na análise deste tipo de problema se dá com Luís Werneck Vianna<sup>44</sup>, que considera as redefinições legais da relação do Estado com a "questão social" dentro de cada conjuntura concreta. Para isto, o autor busca situar em cada uma destas conjunturas o embate entre diferentes projetos das classes dominantes e a resistência do movimento operário.

Mesmo assim, analisando o momento histórico que nos interessa especificamente, Werneck Vianna considera determinante a existência de uma fissura na ordem legal para a ocorrência de uma onda de greves que se estende até 1935.

Ocorre que a constituinte de 1934 aprovou um texto baseado na idéia de autonomia e liberdade sindicais mas, não sendo definida a legislação ordinária correspondente, o Executivo baixou novo decreto mantendo o atrelamento legal dos sindicatos ao Estado.

Para o autor esta brecha permitiria o crescimento das lutas, que entretanto logo seriam abafadas pela coesão das classes dominantes em torno do corporativismo estatal, especialmente após o levante da ANL em novembro de 1935.<sup>45</sup>

Assim, se de um lado se supera a idéia do Estado como centro único da elaboração de um projeto demiúrgico, de outro

---

<sup>44</sup> Werneck Vianna, Luís, "Liberalismo e Sindicato no Brasil".

<sup>45</sup> *Idea, ibidem.*

lado a possibilidade de resistência do movimento aparece como algo determinado a nível jurídico.

A própria ocorrência da greve dos padeiros, iniciada em 1933 , portanto antes da constituinte , contesta este tipo de relação causal.

Além do mais, como teria a classe operária brasileira, que demonstrara tanta autonomia e combatividade na Primeira República se tornado tão impotente e submissa?

Kazumi Munakata vai buscar para esta questão uma abordagem que abre novas perspectivas.<sup>46</sup>

Para ele, o problema da relação com o Estado e a lei já se colocaria para o movimento ao menos desde a greve geral de 1917, com a crescente generalização das reivindicações.

Paralelamente, efetuam-se deslocamentos na ordem liberal, com o Estado passando a criar uma estrutura técnica na busca por formular um "discurso competente" que neutralize politicamente a questão social. A partir da reforma constitucional de 1926, esta mudança começa a se refletir na elaboração de várias leis (em relação a acidentes de trabalho, aposentadoria , férias e outras) cuja regulamentação e cumprimento raramente chega a ocorrer.

Entretanto, a mera existência desta legislação coloca em novo patamar a questão da relação entre movimento e

---

<sup>46</sup> Munakata, op. cit.

Estado. Trata-se agora de definir se deve-se ou não lutar pelo respeito a esses direitos. Segundo Munakata, a negativa em fazê-lo por parte dos anarquistas e a aceitação por parte do PCB explicam a ascensão do segundo e a perda de terreno pelos primeiros.

Nesse processo de crescimento, os comunistas teriam buscado criar uma nova estrutura sindical centralizada com controle da central sindical sobre os sindicatos e destes sobre as lutas espontâneas dos trabalhadores constituindo um "bloco de ferro" do proletariado adequado aos objetivos maiores da luta política.

Essa estrutura, retirando o poder de decisão dos trabalhadores e convertendo-o em privilégio dos militantes seria um passo rumo à burocratização do sindicato. Assim, estaria preparado o terreno para o corporativismo estatal.

O trabalho de Munakata revela a origem do problema da relação com a lei e o Estado como consequência do próprio desenvolvimento da luta operária, e não como mero artifício imposta de fora para dentro ao sindicalismo.

Entretanto, no momento seguinte, confere ao PCB o mesmo poder de enquadramento e deturpação das tendências autônomas do movimento que as análises clássicas reservavam ao Estado.

Situada como caso exemplar do processo em curso, para ele a greve dos padeiros surge como resultado da política

colaboracionista que teria caracterizado a FORGS após sua reorganização em 1933 e ponto de partida para a ascensão do PCB à posição de força hegemônica no sindicalismo gaúcho.

Diante dos ardis varguistas e de uma força política burocratizante em ascensão, o operariado estaria adentrando o território da legalidade totalmente desarmado, e se tornaria presa fácil do corporativismo.

Para Munakata, a resistência ao projeto de atrelamento dos sindicatos ao Estado passava, neste período, pela recusa à oficialização das entidades, como ocorreu com a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) de São Paulo até 1935.<sup>47</sup>

Conforme relata o autor, a reação ao corporativismo estatal é imediata por parte de anarquistas, comunistas e trotskistas. Todos recusam-se a buscar o reconhecimento legal dos sindicatos. Essa resistência somada à ineficácia do MTIC para cumprir a escassa legislação trabalhista já criada explicaria o baixo índice de sindicalização dos sindicatos oficiais num primeiro momento.

---

<sup>47</sup> É importante ressaltar que mesmo recusando a oficialização pelo Decreto 19.770, a UTG não menosprezava o problema da sua institucionalização, como demonstra o debate travado com a União dos Trabalhadores em Livros e Jornais do Rio de Janeiro, onde a entidade de São Paulo argumenta que "a quebra de relações com o Ministério do Trabalho não jogaria o vosso sindicato na ilegalidade como afirmais, pois este continuaria com a sua personalidade jurídica garantida pelo Código Civil" cfe O Trabalhador Gráfico, nº 11, citado em Antunes, Ricardo "Classe operária, sindicatos e partido no Brasil", pg. 123.

Porém, com a regulamentação da lei de férias, em 1935, o Estado dá uma cartada decisiva para reverter esta tendência. O gozo deste direito é vinculado à sindicalização em uma entidade reconhecida. Como instrumento desta vinculação cria-se a carteira profissional, servindo tanto para o registro da sindicalização quanto do tempo de serviço e das próprias férias.

Esta iniciativa do Estado acaba jogando o movimento numa situação contraditória, que pode ser percebida nos dilemas vividos pela UTG . Este sindicato, sob direção trotskista, sustenta longamente a luta contra a carteira profissional e o registro oficial do sindicato e pelo cumprimento da lei de férias, mas como levar essa luta adiante se, como destaca Kazumi:

**"Do modo como as duas questões estão vinculadas entre si, a luta por férias aparece como luta pelo reconhecimento ministerial e a luta contra a sindicalização oficial aparece como luta contra o cumprimento das férias"<sup>48</sup>.**

Por fim, derrotada, a entidade acaba por encaminhar o pedido de seu registro oficial, que só é concedido quando os pelegos substituem os trotskistas na sua direção.

Dentro desta linha de raciocínio, o autor pressupõe que, estando os sindicatos ligados à FORGS na sua

---

<sup>48</sup> Munakata, "A Legislação Trabalhista no Brasil" pg. 93.

reorganização (em 1933) oficializados, a Federação seria "ministerialista". Do mesmo modo, a devolução das cartas sindicais em meio ao "caso padeiral" marcaria a emergência de uma nova linha política:

**"...o ministério (...) perde, assim, de um golpe, quase toda a sua base naquele Estado. E não apenas isso: a partir de então, a presença dos comunistas nos sindicatos gaúchos faz-se sentir cada vez mais, a começar pela própria FORGS."**<sup>49</sup>

Se é verdade que o processo de enfrentamento com a IRT e a greve dos padeiros estão ligados ao crescimento da influência dos comunistas no sindicalismo gaúcho, a sugestão de que isto tenha representado uma guinada de 180 graus na orientação da FORGS não possui a mesma solidez.

A realidade política do movimento operário gaúcho era mais complexa do que a análise do conteúdo discursivo dos jornais poderia indicar isoladamente.

Comentando a linha do órgão oficial da federação, o autor escreve :

**"...quando, em Outubro de 1933, surge o primeiro número do novo jornal da FORGS -A Voz do Trabalhador-, a orientação desta entidade aparece já totalmente marcada pelo oficialismo ministerialista".**<sup>50</sup>

---

49 Iden, ibidem. pgs 89-90.

50 Iden, ibidem. pg. 89.

Ocorre que, na edição de 14/10/1933, a que se refere o comentário acima, o redator responsável pel'"A Voz" era o secretário-geral da FORGS, o barbeiro comunista Policarpo Hibernon Machado, e seu secretário de redação o gráfico anarquista Theodor Johansson.

A identificação do sindicato dos gráficos com esta última tendência foi confirmada em entrevista concedida ao autor por Elóy Martins, veterano dirigente metalúrgico e, àquela época, encarregado sindical do PCB no estado:

"(Elóy) -Tu vê, a diferença da democracia daquela época (no movimento sindical- obs. do autor) e a democracia de hoje. A democracia daquela época era uma democracia de baixo para cima. O movimento sindical reunia, fazia grandes assembléias, era possível ter uma federação que reunia com o elemento operário anarquista, trabalhista, os anarquistas ainda tinham grande influência.

-Em que sindicatos?

-A grande influência era nos gráficos, inclusive meu irmão era anarquista, nós discutíamos muito (...)tinham uma boa base e tinha uma coisa, os anarquistas eles eram mais instruídos, pela própria profissão, um tipógrafo ele tinha que saber lidar com letras, e eles tinham uma certa hegemonia nas assembléias prá certos cargos, prá secretário da federação era um outro gráfico na época, o Johansson."<sup>51</sup>

Já Policarpo, que assume papel de destaque na greve dos padeiros , por dirigir a FORGS no período, além de possuir trânsito no MTIC (demonstrado pelo fato de voltar do

---

<sup>51</sup> Martins, Elóy, entrevista concedida em Janeiro de 1992.

Rio de Janeiro trazendo o representante do Ministério para mediar o confronto), foi muitas vezes identificado na bibliografia como "ministerialista".

Ao começarmos ao pesquisar o período, entretanto, começamos a nos defrontar com indícios de que esta identificação não coincidia com a realidade.

Num primeiro momento, analisando as atas das assembleias do sindicato dos metalúrgicos nos deparamos com o nome de Policarpo sublinhado com o lápis vermelho que a repressão pós-37, ao intervir na entidade e lacrar o seu livro de atas, reservou aos líderes ou atos considerados subversivos. Nestas mesmas atas, encontramos Hibernon em Junho e Julho de 1934 proferindo palestras sobre os títulos suspeitos de "a função econômico-política do sindicato e a luta dos trabalhadores pela sua auto-emancipação" e "as contradições do regime atual".<sup>52</sup>

Além disso, o dirigente em questão permanece na direção da FORGS no seu período mais radicalizado, em 1935, e concorre à constituinte estadual pela Liga Eleitoral Proletária.

Estes elementos nos levaram a perguntar a um seu contemporâneo sobre a relação entre Policarpo e o PCB:

---

<sup>52</sup> Atas número 46 e 48, respectivamente de 8/6 e 20/07/1934.

"- Ele tinha um predicado especial, era destas pessoas que tem aquele dom de comunicação. Era ligado ao PCB, Mas era desses companheiros que em toda reunião do partido tinha o problema Hibernon Machado. Por ele ter esse privilégio, essa capacidade... Ele foi sargento do Exército, essa era a instrução dele (...).Então as resoluções que o Partido tirava, Hibernon sempre ajeitava lá por fora alguma coisa, né? (...) a mulher dele tinha ateliê, de troço de modas, naquela época, hoje é comum né ?, de beleza, mas naquela época toucador na (Rua da) Praia era um negócio que só pra grã-fina, só para mulheres ricas. Então ele vivia como barbeiro e também com o dinheiro da mulher dele, que ganhava muito dinheiro, e as reuniões que ele fazia com aqueles elementos sindicais que iam se destacando ele levava para lá, ali na Rua da Praia, para discutir . E quando ele não podia vencer os elementos do partido, de base (...), os caras tavam firmes numa resolução, ele dizia, -Bem, o Partido aqui pode tá certo, mas eu recebo ordens direto de Moscou, do PCUS. Aí ele ganhava. Naquela época era difícil os meios de comunicação. E a Federação Operária conseguiu uma grande mobilização do movimento sindical do Rio Grande do Sul sob a liderança de Hibernon Machado"<sup>53</sup>

Este tipo de relato nos alerta para o fato de que entre linha sindical das diversas forças políticas do movimento e a ação sindical efetivamente desenvolvida muitos fatores se interpunham, inclusive a personalidade e o estilo de direção de lideranças carismáticas (e em certa medida caudilhescas).

Numa entrevista anterior, o mesmo depoente destacava que apenas comprovou a ligação de muitos companheiros

---

<sup>53</sup> Martins, Elóy, entrevista concedida em janeiro de 1992.

sindicalistas ao Partido em 1945, com a legalização, pois até então só conhecia os membros de sua célula e do Comitê Regional, além de outras figuras públicas. Nessa situação, Martins relembra que nas assembléias "os comunas ficavam de orelha em pé"<sup>54</sup>, e conforme o tom da intervenção anterior saíam em sua defesa ou ataque.

Portanto, ao analisarmos o discurso dos sindicalistas do período temos que levar em conta que estes não refletem apenas suas convicções pessoais ou partidárias, mas elementos de tática dentro do debate político colocado e o respeito ao caráter plural que a Federação Operária ainda conseguia manter.

A gestão então vigente na FORGS fora eleita em Julho de 1933, e o lançamento do "Manifesto ao Proletariado Rio-Grandense", em Agosto do mesmo ano marca sua primeira intervenção pública de destaque.<sup>55</sup> O elemento que aglutinara as diversas forças políticas que dela participavam era a

---

<sup>54</sup> *Idea*, entrevista concedida em janeiro de 1991.

<sup>55</sup> A Diretoria eleita na abertura do Congresso a partir da votação individual dos membros era composta por: Arlindo B. Sertório (Presidente); Leopoldo Machado (Secretário Geral); João Cantelli (Secretário); Francisco Sá Pereira (Tesoureiro Geral); Benedito S. Pires (Tesoureiro); Laudelino Seipa (1º Delegado); Athanagildo dos Santos (2º Delegado); Júlio de Assis Araújo (3º Delegado); José de Menezes (4º Delegado). Já a que assina o "Manifesto ..." era a seguinte: Roman Martirena, Policarpo Hibernon Machado, Bernardino Caetano Fraga, Leopoldo Machado, Cfe Petersen, Sílvia e Lucas, Maria Elizabeth "Antologia do Movimento Operário Gaúcho - 1870/1937", pgs. 342-361.

recusa ao atrelamento da Federação ao governo, que já fora derrotado no Congresso Operário quando do debate sobre a criação da Ação Trabalhista .

O processo seria assim lembrado por Policarpo na abertura do Congresso Operário de 1934:

"Fundada (a FORGS) em 3 de fevereiro de 1933, num congresso a soldo da burguesia e da politicagem, por elementos que eram verdadeiras aves de arribação nos meios proletários e que portanto não podiam ter feito obra boa. As três figuras que bem podemos classificar de oportunistas e ambiciosos vulgares, pensavam na sua insânia de poderes por muito tempo ludibriar os trabalhadores. Mas, enganaram-se, o que fizeram, foi desprestigiar uma obra que desde o seu início devia ser grande e honesta.

Os primeiros meses de nossa administração, foram todos dedicados ao reerguimento moral desta entidade, bem podeis compreender que para readquirir confiança do proletariado à uma organização que ele já havia condenado, representa um esforço quase superior às nossas forças; sabeis mais que, as administrações passadas cometeram toda sorte de iniquidades e traições aos trabalhadores, e como rearguer uma Federação assim desmoralizada? Lutando e lutando com sinceridade e com vontade de acertar, e é o que temos feito.

Inprimimos uma linha eminentemente proletária na direção desta entidade. Expurgamos os maus elementos e impedimos a intromissão de outros e, se realizamos pouco, esse pouco é o nosso esforço sincero e acima de tudo genuinamente nosso."<sup>56</sup>

Ingressaram nesta direção tanto sindicalistas ligadas ao PCB como socialistas ( a exemplo do pelotense João Vitaca,

---

<sup>56</sup> Anais do Congresso Operário de Maio de 1934. In Petersen e Lucas, op. cit., pg. 379.

que organizou posteriormente um partido denominado PSPB ) e mesmo getulistas que seguiam a opinião expressa pelo Sr. Eurypedes Pereira:

"... era fundamentalmente contrário à intromissão da política na Ação Trabalhista, por isso que se devia deixar o cidadão operário agir livremente, de acordo com a suas opiniões, nos pleitos eleitorais, que não interessavam diretamente ao proletariado.

É isso dizia com bastante autoridade, porque, tendo sido soldado da revolução de 1930, quando combateu em Itararé, e agora eleitor arregimentado no Partido Republicano Liberal, se externava imparcialmente, despido de paixões, visando simples e puramente defender a sua classe de competições prejudiciais à sua união. E, aduzindo argumentos, o orador vaticinou que uma vez formada para interessar os seus agremiados na política, teria os seus dias contados pelos dissídios que haviam de surgir irremediavelmente."<sup>57</sup>

No mesmo sentido, embora com argumentos diferentes ia a fala do comunista Murilo Machado, da Legião Proletária da cidade de Santa Maria:

"...Não podemos é certo, fugir à política, mas não é menos certo que constituiria erro

---

<sup>57</sup> In *Idea*. *Ibidea*, pg. 350. O mesmo delegado destacava em entrevista ao final do congresso que "Se em determinado momento fui obrigado a liderar a corrente anti-política, fi-lo tão somente em obediência ao Decreto 19.770 de 19 de Março de 1931, que veda às corporações operárias o direito de discussões sectárias, religiosas ou políticas." Esta fala vai provavelmente no sentido de diferenciar-se do a-politicismo anarquista, ainda então com forte presença no movimento operário gaúcho. É interessante observar que aqueles que defendiam o caráter "político" da Ação Trabalhista, (desrespeitando segundo esta visão a lei) eram ligados à Inspetoria Regional do Trabalho.

gravíssimo acompanharmos ou solidarizarmos com partidos ou governos. Partidos outros que não aquele representado pelo eleitorado trabalhista não nos importam (...) Proceda o governo com justiça e não seremos nós que iremos lhe fazer oposição, mas solidariedade, explicitamente implica compromisso e o proletariado tem o dever de assumir compromissos apenas consigo mesmo. Logicamente não vamos contrariar medidas governamentais que constituam o reconhecimento de direitos nossos postergados, mas teremos de combater aquelas que venham ferir nossos interesses, e em que posição ficaríamos se o fizéssemos depois de havermos hipotecado solidariedade a este governo?"<sup>58</sup>

A categoria "ministerialista" revela portanto suas limitações para explicar a disputa política que se travava no interior do sindicalismo gaúcho no período, pois como percebemos a polarização poderia se dar não sobre o conjunto da ação governamental, mas sobre aspectos desta. Encontramos tanto getulistas que, apoiando a legislação social e a legalização dos sindicatos defenderão e exercerão a autonomia da ação sindical reivindicatória quanto aqueles que pretenderão transformar as entidades em organismos de sustentação direta da ação governamental. Fenômenos como estes irão influenciar também sobre as alianças e a atuação dos setores de esquerda do movimento.

É sintomático que mesmo em Maio de 1934, já consolidada a hegemonia comunista na Federação, a data de

---

<sup>58</sup> Correio do Povo, 04/02/1933, citado in Lucas, op. cit., pg. 25

Julho do ano anterior (portanto antes do "Manifesto" e do lançamento da "Voz do Trabalhador" com sua linguagem legalista) seja apontada como referência da retomada da entidade por representantes legítimos dos trabalhadores. Reforçava-se assim os elementos de continuidade desde a ruptura com as "aves de arribação", mesmo que o discurso tenha já então uma inflexão muito diferenciada no que diz respeito à análise da legislação trabalhista:

**"O patrimônio intelectual produzido pelos trabalhadores, pertencente aos trabalhadores. Vivemos indiscutivelmente os últimos dias da apodrecida civilização burguesa. Cabe portanto a nós o papel histórico de construtores da nossa civilização, grande é a nossa responsabilidade e grande será a nossa obra.**

**Os governos burgueses de todo mundo, nestes últimos tempos tentam iludir os trabalhadores com paliativos batizados pomposamente de leis sociais ou leis de amparo aos trabalhadores. Mas, o proletariado já compreendeu que essas leis longe de ampará-los, ampara e defende a única e exclusivamente a burguesia. (...)**

**(Policarpo Hibernon Machado-Presidente da FORGS e do Congresso)"<sup>59</sup>**

Insistindo na tese do ministerialismo, Munakata identificará no "Manifesto ao Proletariado Rio-Grandense" , com suas referências a "elementos indesejáveis e estranhos à

---

<sup>59</sup> Anais do Congresso Operário de Maio de 1934. In Petersen e Lucas, op. cit., pg. 380.

classe", "mediadores improvisados entre capital e trabalho" e "proveitadores oportunistas" que teriam conduzido os trabalhadores a "lutas inglórias" o ideário propagado pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio segundo o qual o conflito capital X trabalho seria originário do vácuo causado pela ausência de mediação estatal e seu aproveitamento por elemento com interesses escusos<sup>60</sup>.

Em verdade, sabemos que a crítica das "intermediações" na relação capital X trabalho pode ser feita em pelo menos dois sentidos: ou denunciando a artificialidade da luta de classes (como as posições "ministerialista") ou defendendo-se a livre negociação e a necessidade de que a condução das organizações sindicais permaneça nas mãos de "autênticos" trabalhadores.<sup>61</sup>

Uma análise do contexto imediato da redação do manifesto pode auxiliar na compreensão de a que

---

<sup>60</sup> Cfe Munakata, Kazumi "Pistas Falsas", pgs. 5 e 6. Ao postular que o "Manifesto..." e um texto do Ministro Salgado Filho estão "...imersos no mesmo universo de idéias e valores..." o autor apenas aponta a hegemonia no pós-30 da concepção que defende a necessidade de mediações legais entre capital e trabalho, que não parece jamais ter sido contestada.

<sup>61</sup> Para um exemplo da utilização deste duplo sentido, ver no Capítulo II a respeito da greve dos tecelões, quando a direção da FORGS argumenta que não aceita a mediação da IRT seguindo conselho dos patrões, que sempre questionaram a presença de "terceiros" nas negociações. Vale também destacar que o próprio Munakata ressalta como característica do sindicalismo anarquista esta ausência de intermediários, cfe "A Legislação Trabalhista no Brasil", pg. 15.

"aproveitadores oportunistas" o texto se referia. Após a refundação da FORGS, em Fevereiro, setores derrotados ligados à União dos Trabalhadores na Construção Civil buscam constituir uma federação no seu ramo de produção por fora da Federação Operária<sup>62</sup>. Em nome da unidade, a diretoria eleita da FORGS propõe uma composição que inclui Francisco da Silva Duarte, da UTCC na presidência da entidade. Entretanto, quando este tenta impor como representantes classistas do Rio Grande do Sul um engenheiro e um alto funcionário do Banco do Brasil, é imediatamente deposto e tachado de "elemento oportunista e indesejável" (os termos usados no manifesto).<sup>63</sup>

O "Manifesto..." constituiu-se numa reação a esta situação e na busca da nova diretoria em demonstrar a ruptura definitiva com aqueles que buscavam atuar na FORGS com outra finalidade que a defesa dos interesses dos trabalhadores. Compreende-se assim também a afirmação no sentido de que "só autênticos trabalhadores podem sentir e bem traduzir as aspirações e necessidades de sua classe junto às autoridades

---

62 Um dos principais articuladores desta Federação da Construção Civil era Reinésio Barbosa, líder da Liga dos Operários Republicanos ligada ao PRR.

63 Cfe Lucas, op. cit. pgs. 28 a 30.

competentes."<sup>64</sup> Esta defesa da autenticidade da nova direção implicava também o reconhecimento recíproco da condição de lideranças legítimas dos trabalhadores entre getulistas e comunistas<sup>65</sup>.

Por outro lado, por mais legalista que fosse o discurso da FORGS, não poderíamos deixar de considerar que a ação sindical do período comportava elementos como combatividade reivindicatória, organização nos locais de trabalho e democracia interna nas entidades, que se confrontavam com a doutrina corporativista do MTIC.

Finalmente, "ministerialista" é uma categoria limitada porque não dá conta das contradições entre por exemplo a representação local do Ministério (Inspetoria

<sup>64</sup> "Manifesto ao Proletariado Rio-Grandense", in Petersen e Lucas, op. cit., pg. 360. A lei orgânica do Congresso operário, por outro lado denomina de um modo mais amplo os "intermediários" rechaçados:

"Art. 3º - As organizações signatárias da presente Lei Orgânica, repelirão a intromissão em seu seio de todos e quaisquer elementos estranhos às classes trabalhadoras, quais sejam políticos, clérigos e falsos orientadores.

Art. 4º - As organizações filiadas à Federação Operária do Rio Grande do Sul é vedado permitirem no seio de suas assembleias ou mesmo nas reuniões de diretoria a intromissão de consultores jurídicos". Anais do Congresso Operário de Maio de 1934 In Idea, Ibidea, pg. 389

<sup>65</sup> De modo semelhante, o discurso da autenticidade presente no novo sindicalismo do ABC buscava diferenciá-lo tanto dos pelegos como dos militantes de organizações de esquerda "baixados" no movimento sindical.

Regional do Trabalho) vinculada organicamente aos interesses imediatos dos empresários e a representação nacional, cujos interesses políticos em demonstrar a existência real da legislação social passavam por levar estes mesmos empresários a concessões. Estas contradições refletem-se também no interior do movimento operário e encontraremos quem se alinhe automaticamente a um ou outro setor do aparelho de Estado e quem trabalhe com elas de modo a ampliar a possibilidade de viabilizar as conquistas de direitos para os trabalhadores.

Se a moderação no tom editorial d'"A Voz do Trabalhador" ligava-se à oficialização dos sindicatos pertencentes à FORGS (e mais tarde, à oficialização da própria federação), refletia também o caráter de frente ampla da entidade, que a equilibrada composição de forças no interior da diretoria reforçava neste momento.

Sem uma análise das origens deste caráter supra-partidário e supra-ideológico, que credenciou a FORGS a conduzir a luta pela apropriação efetiva de direitos prescritos em lei, seria difícil compreender sua força e sua especificidade enquanto organização sindical.

## PELA GRANDEZA DA NOSSA ORGANIZAÇÃO

" (...) no governo, o eminente moço que enobrece a pasta ministerial a que se acham afetos os interesses do proletariado, o grande operário do bem, que é o Dr. Lindolfo Collor, desbrava a estrada para a solução de magnos problemas da questão social. Aproveitemos o seu benemérito esforço, tomemos o caminho aberto que por este iremos à terra da promessa de que falava Karl Marx, a emancipação da classe operária".<sup>66</sup>

Falas como esta, em que o Ministro do Trabalho aparece quase como membro de uma vanguarda marxista refletem um pouco o clima da época na Porto Alegre do começo da década de 30, especialmente se o assunto em pauta fosse a legislação social que começava a ser adaptada pelo "Ministério da Revolução".

Seu autor, o gráfico e jornalista Francisco Xavier da Costa, expressa na sua própria trajetória pessoal as complexas relações entre o movimento operário gaúcho e a elite política regional desde a Primeira República.

---

<sup>66</sup> Trecho do discurso de Francisco Xavier da Costa na recepção oferecida a Lindolfo Collor quando de sua primeira vinda como ministro a Porto Alegre, 13 de Setembro de 1931.

Considerado o "introdutor das idéias marxistas entre os operários Porto-Alegrenses"<sup>67</sup>, Costa foi fundador e dirigente de vários sindicatos, liderou uma greve geral em 1906 (da qual resultou a jornada de trabalho de 9 horas na cidade) e dirigiu a Federação Operária que emergiu deste movimento.

Posteriormente, elegeu-se vereador, tornou-se secretário do governo municipal pelo Partido Republicano Rio-Grandense e recebeu o título de Major da Guarda Nacional.

Tratar-se-ia de um caso isolado, uma mera adesão às classes dominantes?

Aparentemente não. O fluxo de idéias, posições políticas e líderes entre socialistas e republicanos de matriz positivista foi facilitado pelas condições específicas de recepção do marxismo no Brasil<sup>68</sup> além de elementos compartilhados pelos dois setores na crítica comum ao liberalismo hegemônico no país até 30.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> Cfe Marçal, João B. "Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul" e Petersen, Sílvia "As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)" in "RS: Economia e Política"

<sup>68</sup> A este respeito ver Konder, Leandro "A derrota da dialética" e Dulles, John W. F. "Anarquistas e comunistas no Brasil".

<sup>69</sup> Gomes, Ângela C. "Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)" comenta a este respeito a peculiaridade das posições da bancada gaúcha na Câmara Federal na primeira república, que não se posicionava contrária à legislação social desde que esta fosse adotada a nível estadual.

Nelson Boeira salienta por outro lado a difusão popular de ideias e imagens positivistas que tornavam esta corrente filosófica um caldo de cultura no qual não apenas o debate político, mas o próprio cotidiano gaúcho estavam imersos:

"Assim, além dos prédios e monumentos existem outros sinais igualmente significativos da extensão da presença do positivismo, todos submetidos a ritmos de tempo dificilmente catalogáveis. Como classificar a publicação do calendário positivista ao lado do calendário gregoriano nos almanaques do começo do século? O que dizer da "Farmácia da Humanidade" e da "Lavanderia Ordem e Progresso"? E das referências ao positivismo nos versos de poetas diletantes do interior e nas charges humorísticas?..."<sup>70</sup>

Esta ampla difusão cultural levava a que grande parte dos debates no interior do próprio movimento operário gaúcho fossem travados em termos oriundos do positivismo, que era muitas vezes identificado como uma variante de socialismo.

Vejamos um exemplo: o grande escritor e psiquiatra Dyonélio Machado, presidente estadual da ANL em 1935 e constituinte estadual pelo PCB em 1946, ao ser preso organizando uma greve de gráficos da Livraria do Globo em

---

<sup>70</sup> Boeira, Nelson. "O Rio Grande de Augusto Coate", pg. 54. O autor destaca também a importância da ideia de "incorporação do proletariado à sociedade moderna" na condução da intervenção política do PRR no movimento operário.

1937, recebeu na cadeia a visita do antigo líder republicano Paim Filho:

"Amigo como era, tomou a bem recebida liberdade de lamentar que me fosse encontrar naquela situação. Situação que não era nova para nós: também no Rio, após a chamada Revolução de 30, eu fora visitá-lo numa prisão: somente que não se tratava dum quartel, mas dum navio.

É claro que não me cabia relembrar isso a quem, movido pela afeição, enfrentava a barreira da polícia política pra levar seu abraço ao amigo e antigo correligionário caído. Limitei-me a uma observação, que traduzia um fato tão relevante na minha vida. E ela saiu na maneira paradoxal, que é talvez o meu fraco mais condenável. Retorquiu-me:

-Devo isto aos senhores.

Os senhores eram Borges de Medeiros, Protásio Alves, Paim Filho.

-Como?...

-Os senhores me iniciaram, claro que indiretamente, no socialismo. Socialismo de estado, positivista. Progredi: fui até o socialismo propriamente dito: o socialismo marxista."<sup>71</sup>

Assim como as idéias predominantes em um determinado contexto servem de idioma comum<sup>72</sup> ao desenrolar do debate político, este encontra-se também relacionado ao processo mais amplo de formação de valores políticos a partir da experiência social. Embora possibilitem leituras e posições

---

<sup>71</sup> Machado, Dyonélio. "Memórias de um pobre homem". pgs 81-82

<sup>72</sup> Ver a esse respeito a análise de Thompson sobre a importância do "idioma empírico" para o sindicalismo inglês e a dificuldade do enfrentamento desta questão pela esquerda britânica em "As peculiaridades dos ingleses".

diferenciadas, esses valores condicionam o desenvolvimento da luta política, servindo de referência comum e fonte de legitimação para as diversas posições.<sup>73</sup>

Às vésperas da Revolução de 1930, um desses valores presentes na consciência de classe dos trabalhadores gaúchos era a idéia de unidade. Em determinado momento isto cria dificuldades, por exemplo, para a execução da linha política exclusivista que o PCB adotava a nível nacional:

"No Rio Grande do Sul havia uma enorme contradição, as massas eram getulistas e prestistas, somente os comunistas tinham posições firmes contra Vargas, os elementos fracos politicamente, como eu, achavam que o movimento de 30 favorecia os trabalhadores. Getúlio reagia aos ataques dos comunistas perseguindo-os por todos os meios possíveis.

No dia primeiro de Maio de 1929 enfrentei o meu batismo de fogo. (...) Quando descíamos a rua da Praia fomos atingidos por uma enorme provocação, não sei se partiu de policiais ou de comunistas ultra-sectários, pois nenhuma faixa ou cartaz tratava o assunto de tal forma. Fomos surpreendidos aos gritos de : 'Abaixo Getúlio', 'Morra Getúlio'. (...)

Quando chegamos na praça 15 de Novembro a Brigada Militar começou a nos cercar. Na travessia para a praça Parobé fomos violentamente atacados, foi uma luta impressionante, a massa não recuou, com

---

<sup>73</sup> Sobre este tipo de questão, ver Thompson "A formação da classe operária inglesa", que analisa entre outras coisas o processo pelo qual líderes metodistas superaram a doutrina de subordinação da sua igreja e tornaram-se figuras chave no desenvolvimento das lutas populares inglesas do fim do século XVIII e começo do século XIX. No mesmo livro, é estudada a forma como valores políticos tradicionais, como a idéia do "Inglês livre de nascimento" foram apropriados e redefinidos pelo movimento, aumentando sua capacidade de intervenção política na sociedade.

os paus dos estandartes, que não eram poucos, procuramos enfrentar os brigadianos. (...) Para mim foi uma grande experiência, do valor da unidade e do instinto de classe. Por cima da brutalidade da polícia de Getúlio, nós colocávamos a unidade dos trabalhadores getulistas e prestistas na luta pelas nossas reivindicações".<sup>74</sup>

Esta valorização da unidade estava assentada na avaliação de experiências de divisão orgânica do movimento, sendo a principal delas a que gerou, entre 1916 e 1918 duas centrais sindicais rivais: a União Geral dos Trabalhadores (anarco-sindicalista) e a Federação Operária do Rio Grande do Sul (socialista, ligada à social-democracia alemã). Com este racha, a direção do sindicalismo gaúcho se viu fragilizada para enfrentar a greve geral de 1917, e na negociação para o encerramento desta luta o Comitê de Defesa Popular (hegemonizado pelos anarco-sindicalistas) acabou assinando um acordo considerado desfavorável aos trabalhadores.<sup>75</sup>

Ainda em 1918, a divisão foi superada:

"Dentro de mais ou menos dois meses de negociações, a fusão se concretizou. Foi mantido o nome Federação Operária e adotados os os

---

<sup>74</sup> Martins, Elóy "Um depoimento político", pgs 35-36. Sobre a idéia da ligação entre todos os "revolucionários" do pré-30 sob a liderança geral de Prestes e a adesão popular a esta perspectiva ver também De Decca, Edgar "O silêncio dos vencidos".

<sup>75</sup> Cfe Kniestedt, Friedrich "Memórias de um imigrante anarquista".

**estatutos da UGT. Com isso a Federação se transformou numa entidade anarco-sindicalista."**<sup>76</sup>

A partir de então, a unidade dos operários gaúchos passou a ser encarnada por uma única entidade geral, que resistiu à ascensão de uma nova força dirigente (os comunistas) e à metamorfose dos antigos socialistas (que em geral passaram a ser ligados ao Ministério do Trabalho após 1930) sem perder o seu caráter plural.

As manifestações deste valor político entretanto ocorrem em situações complexas, permeadas por diferentes interesses e concepções, cuja interpretação posterior exige muita cautela.

Numa destas situações, o gráfico Moaré Martins, secretário da Federação em 1934 e um dos remanescentes do anarco-sindicalismo na diretoria, foi criticado pela publicação de um artigo n' "A Voz do Trabalhador" intitulado "Deus não existe". A censura, que no sindicato dos metalúrgicos de Porto Alegre foi referendada por assembléia geral, não se refere às posições do autor sobre o tema, mas ao fato de que este tipo de discussão não interessa aos trabalhadores por causar divisão no seio da classe.<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> Kniestedt, op. cit. pg. 126

<sup>77</sup> Ata da Assembléia Geral Extraordinária do sindicato dos metalúrgicos de Porto Alegre. número 50 . 17/08/1934 .

É verdade que para os oficialistas a crítica a um tal debate poderia ser sustentada pela estrita observância do Decreto 19.1770. Por outro lado os comunistas, já então hegemônicos na FORGS, utilizarão o episódio para em nome da estratégia de "frente única pela base" proceder à destituição do membro da corrente adversária da redação do órgão da Federação Operária.<sup>78</sup>

Entretanto, mesmo a utilização política e os diversos interesses que permeiam um fato como este não devem ocultar que as posições assumidas logram legitimar-se com referência à idéia de unidade, para o enraizamento da qual o próprio anarco-sindicalismo desempenhou papel fundamental.<sup>79</sup>

Podemos questionar a intencionalidade ou a ética da conduta da direção comunista da FORGS neste momento e sua utilização do valor que a unidade representava para os trabalhadores gaúchos. O que dificilmente será colocado em questão é o fato de que sobre a linha desta unidade construída arduamente nos enfrentamentos internos e externos

---

<sup>78</sup> Agradeço a Kazumi Munakata a crítica a uma versão anterior deste capítulo em que as implicações da luta política presentes neste episódio não eram apontadas. Cfe "Pistas falsas".

<sup>79</sup> Conforme o próprio Munakata destaca o Congresso Operário de 1906 aconselhou o proletariado a "... pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam na adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral". in "A Legislação Trabalhista no Brasil", pg. 16.

a Federação Operária como entidade, e não este ou aquele setor político circunstancialmente majoritário na sua direção, conseguiu cumprir efetivamente o papel de direção da luta dos trabalhadores gaúchos neste conturbado período.

## COM O PÉ ATRÁS

A importância dada à unidade e a existência de um setor getulista na FORGS ajudam a compreender melhor a moderação do seu discurso em 1933. Apesar de tudo, entretanto, poderíamos imaginar que isto caracterizaria uma concessão ao corporativismo getulista, um envolvimento mesmo dos setores mais à esquerda no ufanismo sobre a legislação social pós-30.

Esta idéia de passividade e falta de crítica, porém, logo se desfaz à medida que analisamos as posições dos sindicalistas do período sobre a questão.

Assim, embora se apresente como instrumento de "combate dentro da ordem e do direito", a análise d'"A Voz do Trabalhador" sobre a nova legislação se caracteriza pela cautela e pelo chamamento à luta:

**"Lamentavelmente o operariado nacional viveu, até bem pouco, no mais completo abandono por parte dos poderes públicos sem leis que o amparasse. Pouco, bem pouco podemos dizer da legislação revolucionária que, por muito nova, ainda se ressentia de falhas, que aos poucos irão sendo sanadas, não sem grande resistência da maioria dos capitalistas que ainda não compreenderam, ou o que é pior, não quiseram consignar as conquistas da legislação social moderna, universalmente aceitas."**<sup>80</sup>

---

<sup>80</sup> "A Voz do Trabalhador" número 01, 14/10/1933.

Em contraste com o ufanismo reinante em relação àquela que era apresentada como "a legislação social mais avançada do mundo", as reticências expressas na idéia de que "bem pouco podemos dizer" e a indicação da resistência patronal como principal adversário a ser enfrentado indicam o esgotamento da "moratória" da ação sindical que durante três anos aguardará a transformação da lei em direitos efetivos e prenunciam a passagem para o conflito aberto em que os trabalhadores tomarão a si esta tarefa.

Por outro lado, a própria defesa do direito de greve, que marca o período de confronto com a IRT é feita em termos menos incendiários do que se poderia imaginar:

**"Queremos leis que venham realmente beneficiar o trabalhador, sem muita literatura mas com eficácia, queremos leis que amparem e defendam da ganância do capital, queremos o direito de resistência pacífica e passiva - queremos o direito de greve"81**

Relatando a situação dos operários de Novo Hamburgo, onde as convenções de trabalho celebradas pelas autoridades haviam privado-os de reivindicar a jornada de 8 horas, "A Voz do Trabalhador" saudava a anulação destas convenções pelo

---

81 "A Voz do Trabalhador" número 9, 09/12/1933. citado in Machado, op. cit., pg. 271

Departamento Nacional do Trabalho em todo o estado e conclamava:

**"Proletários rio-grandenses, cerrai fileiras em torno das organizações de classe e então tereis cumprido com o vosso dever de operários conscientes. Amparai e prestigiai a nossa legislação social, porque nela amparados e escudados é que teremos mais tarde conquistado uma vida mais digna e mais humana"<sup>82</sup>**

Uma leitura que privilegie a idéia da ilusão diante da lei "outorgada" por um estado paternalista certamente destacará desta passagem o "Amparai e prestigiai a nossa legislação social". A análise dos acontecimentos indicará que provavelmente a ênfase mais pertinente seria em "...teremos mais tarde conquistado uma vida mais digna e humana".

Pode-se perceber que a estratégia da FORGS, ao invés de oscilar entre a adesão e a recusa à legislação trabalhista pautava-se por uma luta pela apropriação e redefinição do caráter desta legislação.

Nesta linha, ao iniciar-se o conflito que culmina na greve dos padeiros, a Federação pode caracterizar-se como defensora da lei, que estaria sendo ameaçada pela omissão do Inspetor do Trabalho. Este é chamado de "derrotista", ao

---

<sup>82</sup> "As leis e as organizações operárias", in "A Voz do Trabalhador", nº 3, 28/10/1933.

contrário do operariado rio-grandense, que "...abraçou, com real carinho, a legislação social brasileira".<sup>83</sup>

Para compreendermos a profundidade deste sentimento de co-participação dos trabalhadores gaúchos em relação à criação da nova legislação social, é necessário fazer uma breve referência ao impacto popular da revolução de 30 no estado<sup>84</sup>.

Ao contrário do que possivelmente ocorreu no centro do país, onde o movimento de 30 pode ter passado ao largo das organizações operárias, no Rio Grande do Sul grande número de trabalhadores e mesmo de dirigentes sindicais participou da própria mobilização militar.

Por outro lado, o impacto da vitória dos "revolucionários" no imaginário político popular com certeza foi intenso.

Nas suas memórias publicadas, Elóy Martins relembra assim o momento:

---

83 "A Voz do Trabalhador" número 3, 28/10/1933.

84 De Decca, Edgar op. cit. critica a produção acadêmica que preencheu as lacunas do discurso dominante sobre a revolução de 30 com noções tais como Revolução Burguesa, Industrialização e Estado Autoritário reduzindo-se a um novo discurso ideológico dentro de um conjunto de temas e questões pré-estabelecidas e que não eram questionados. Aqui, trata-se não de retornar ao debate sobre o "caráter" da revolução, mas de situar a sua percepção pelos contemporâneos, as expectativas que gerou e a influência destas sobre o desenvolvimento das lutas operárias.

"O dia da vitória foi de festa em Porto Alegre. (...)Via-se em toda a parte tremularem bandeiras e dísticos vermelhos, nas janelas, nas sacadas, postes e nas árvores. O entusiasmo popular dava a impressão de novos tempos de liberdade e melhores dias para a classe trabalhadora"<sup>85</sup>

Ao se remeter à relação entre trabalhadores prestistas e getulistas em 1929 o autor das memórias afirma que os "elementos mais fracos politicamente" do PCB achavam que o movimento de 30 favoreceria aos trabalhadores. Entretanto, mesmo quadros de ponta do partido, como o primeiro-secretário estadual Mário Couto (assassinado a mando da polícia de Flores da Cunha durante a greve de 1935 no centro de Porto Alegre) "participaram ativamente da rebelião de 1930".<sup>86</sup>

Não que houvesse consenso sobre os possíveis benefícios da legislação trabalhista para os trabalhadores até o caso padeiral. Elóy Martins cita a palestra de Mário Couto em uma assembléia do sindicato dos metalúrgicos comparando esta legislação a um manual de pôquer elaborado por um profissional, onde todas as regras sempre o favorecem:

"é isso aí, companheiros, a Legislação Trabalhista e a Justiça do Trabalho foram elaboradas pelos patrões e representantes seus e não pelos trabalhadores, motivo porque sempre existe um artigo, um parágrafo ou uma letra

---

<sup>85</sup> Martins, op. cit. pg. 40.

<sup>86</sup> Martins, op. cit. pg. 37.

favorecendo os capitalistas em prejuízo do proletariado, que ganha as questões secundárias, enquanto as grandes jogadas pertencem aos patrões, à burguesia".<sup>87</sup>

Se por um lado a relação estreita com o processo político que instalara o governo de então limitou durante certo tempo a possibilidade de oposição aberta, restringindo-as a círculos restritos como o sindicato dos metalúrgicos (reduto comunista) por outro lado, à medida que a omissão do Estado com a "questão social" se comprovava, dotava a crítica a esta situação de um tom particularmente duro:

"Quanto ao abnegado chefe do governo provisório, conforme com o que v. excia. disse ontem, em verdade muito nos tem dado e nada nos tem pedido. Mesmo que nos pedisse, não teríamos nada a dar, senão a fome, a nudez, a miséria, porque, antes do mesmo ter conquistado a vitória, nós, trabalhadores, demos o que tínhamos de mais precioso - o sacrifício de nossas vidas! Demos o nosso sangue nos campos de batalha! Logo, prova-se assim que a glória da Revolução de 1930 foi lavada com o sangue dos trabalhadores brasileiros!

O operariado desta terra é apontado como o único culpado do não cumprimento das leis sociais. A culpa do operariado rio-grandense é uma única, que só quando me provarem o contrário é que deixarei de dizer, embora tenha que passar uma agradável estadia nesses grandes balneários como Ilha dos Porcos, Clevelandia e outros pontos mais ... a única culpa dos operários gaúchos foi

---

<sup>87</sup> Martins, op. cit. 65.

confiar cegamente no cumprimento das leis e terem permanecido dentro do decreto 19.770".<sup>88</sup>

Um dos elementos que contribuiu para abrir espaço público à crítica da legislação foram os compromissos públicos assumidos e quebrados pelos representantes do MTIC. Assim, quando se anunciava a vinda de Waldir Niemeyer para intervir pessoalmente no caso padeiral, este recebeu uma carta aberta pouco amistosa:

"Defensor acérrimo do Governo Provisório, em gratidão pelo muito que o mesmo nos tem feito, não posso no entanto esconder a minha desconfiança sempre que são destacados funcionários do Ministério do Trabalho para sindicilar sobre a aplicação das leis sociais entre nós e entre estes; permita v. s. a franqueza, se acha v. ex. Não se diga que são infundadas as nossas desconfianças. Já estamos fartos de pronunciamentos.

V.s. quando de passagem por esta cidade, há meses passados, quando andara no mesmo serviço que vos traz agora ao nosso meio disse, em alto e bom som, na sede da liga operária desta cidade que estava horrorizado com o que havia presenciado neste estado, disse que a IRT era, no momento, uma repartição nula. Porque não tomava a mínima iniciativa no fazer cumprir as leis emanadas do governo e referentes ao trabalho; disse mais (palavras textuais) "chegando ao Rio vou meter o pau a torto e a direito doa a quem doer".

O Dr. Ernani de Oliveira deve estar rindo da retórica e das bacharelices de V. exa. porque ou o pau era muito curto e não chegou até ele ou o

---

<sup>88</sup> "O Proletário", número 17, 10/03/1934. O texto consta de um discurso que seria lido por membros da Frente Sindicalista de Pelotas quando da passagem de Salgado Filho pela cidade. Como o Ministro não reconheceu a Frente e reuniu-se com o Círculo Operário, o mesmo foi apenas publicado.

**Dr. Ernani é um destes indivíduos encouraçados em que não há mal que entre".<sup>89</sup>**

E depois de assinalar que o destinatário provavelmente faria sobre o assunto um relatório do estilo "lobo não come lobo", o texto conclui:

**"Os operários rio-grandenses estão de pé atrás. Talvez que estejamos fazendo uma injustiça a v. exa., mas estamos autorizados a pensar como escrevemos, dado o resultado da vossa primeira missão"<sup>90</sup>**

Entretanto, o próprio ato de devolver as cartas sindicais, muitas vezes caracterizado na bibliografia como ruptura com o Estado revela, nos seus matizes, a complexidade destas relações.

De fato, alguns estudos citam esta devolução como um episódio decorrente da recusa do ministro Salgado Filho em receber os sindicalistas. Este ato teria como consequência a perda da base do Ministério do Trabalho no estado.<sup>91</sup>

Na verdade, ocorreram no período vários episódios deste tipo, sendo o primeiro, conforme já nos referimos, em novembro de 1933 (portanto antes da greve propriamente dita),

---

<sup>89</sup> "carta aberta ao Dr. Waldir Niemeyer", assinada por Jaime Costa, in "O Proletário", 10/02/1934.

<sup>90</sup> *Idea, ibidem.*

<sup>91</sup> Cfe Munakata, "A Legislação Trabalhista no Brasil", pg. 89 e Pesavento e Fonseca, op. cit. pg. 110.

motivado pela recusa do Inspetor do Trabalho em aceitar a FORGS nas negociações sobre o problema do cumprimento do decreto número 23.104.

Nesse primeiro momento, trata-se de um conflito com a autoridade local, tanto que é dirigido um telegrama sobre o ocorrido ao Ministro, e logo em seguida enviado o Secretário Geral da entidade ao Rio de Janeiro para tratar do assunto.

O segundo caso ocorreu em 1934, após a greve, mas provavelmente não foi causado pela recusa de Salgado Filho em receber sindicalistas. Este tipo de recusa só ocorreu em Pelotas, onde ao contrário de Porto Alegre os sindicatos oficiais tinham sido fundados pelo Círculo Operário criado na cidade em 1932 pelo padre Leopoldo Brentano, o que possibilitou ao Ministro não receber a Frente Sindicalista, dirigida pelos setores de esquerda do movimento.<sup>92</sup>

A devolução das cartas ligava-se, mais diretamente à avaliação geral que os sindicalistas gaúchos faziam sobre o resultado do "caso Padeiral", que aparece na resolução da FORGS:

**"O Congresso Operário de Primeiro de Maio de 1934 resolveu: nenhuma organização operária poderá até o próximo congresso se dirigir à IRT ou ao Ministério do Trabalho e reclamar direitos dos seus associados.**

---

<sup>92</sup> Cfe "O Proletário" número 17. 10/03/1934.

**Motivo: as leis não satisfazem os trabalhadores e as autoridades não merecem a nossa confiança, por serem patronais".<sup>93</sup>**

Este tipo de reação já era antecipado na assembléia geral extraordinária de 10 de fevereiro de 1934 do sindicato dos Padeiros, realizada após "...55 dias procurando os direitos que se dizia existir em lei..." e 10 dias antes do desfecho final do caso dado pessoalmente por Salgado Filho.<sup>94</sup>

A negativa dos patrões em assinar a ata do acordo mediado por Waldir Niemeyer leva ao questionamento da crença na lei. Nesse contexto, é aprovada a proposta do presidente Leopoldo Machado<sup>95</sup> no sentido de decretar o fim da luta, a demissão da diretoria e o retorno ao trabalho sem pleitear horários, férias ou encaminhar reclamações à Inspetoria do Trabalho.

---

<sup>93</sup> "A Voz do Trabalhador" número 40. 21/07/34.

<sup>94</sup> Ata de AGE Sind. dos Padeiros, sem número, 10/02/1934.

<sup>95</sup> Egresso de Santa Maria, onde já em 1920 fora presidente do Sindicato dos Padeiros, Leopoldo Machado foi obrigado a mudar-se para Porto Alegre após as prisões desencadeadas pela greve de 1923. Em 1925 participa já como delegado do Sindicato Padeiral de Porto Alegre do 3º Congresso Operário do Rio Grande do Sul e é eleito para a comissão de administração do jornal da FORGS na ocasião, "O Sindicalista", de linha anarco-sindicalista. Participou também da Liga Eleitoral Proletária, dirigida pelos comunistas, e segundo o depoimento do Sr. João Flores "Machadinho", se elegerá posteriormente Deputado Estadual (provavelmente pelo PTB). Cfe entrevista do Sr. João Flores, Atas do Sindicato dos Padeiros de Santa Maria e *O Correio do Povo* de 30/09/1925, in Petersen e Lucas, op. cit. pgs. 276 e 280.

Nessa mesma sessão, a carta de sindicalização da entidade (que portanto havia sido retomada após novembro de 1933) é coberta de crepe "...até que exista lei para os panificadores...".<sup>96</sup>

Já no sindicato dos metalúrgicos, por exemplo, a carta sindical é devolvida em Julho de 1934, em função do descontentamento com a IRT, mas em novembro do mesmo ano uma assembléia decide pela nova oficialização da entidade.<sup>97</sup>

Esta oscilação ocorre mesmo em casos aparentemente definitivos , como os citados anteriormente. Tanto a deliberação de que as entidades não recorrerão à IRT **até o próximo congresso**, quanto o ato de cobrir a carta sindical **até que exista lei** preservam a margem de manobra para um recuo caso o Estado passe a cumprir o seu papel, o que não parece ser totalmente descartado. No que diz respeito, especificamente à greve dos padeiros seria o caso de questionar se este gesto aparentemente impotente pesou sobre a intervenção pessoal de Salgado Filho na questão quando o movimento já se encontrava exaurido.

O fato do discurso da FORGS colocar os trabalhadores como parceiros na implantação da legislação social contra a ação de Ernani de Oliveira e dos empresários situa estas

---

<sup>96</sup> *Idea*.

<sup>97</sup> Ata de AGE Sind. dos Metalúrgicos. número 47, 06/07/1934.

ações de devolução das cartas menos como mudança de opinião sobre o interesse dos trabalhadores nesta parceria do que como ameaça de deixar toda a responsabilidade deste processo nas mãos do Estado.

Em realidade, tanto o ceticismo em relação à possibilidade de conquistas legais sem conflito já era difundido, à medida que era grande a influência do PCB, quanto sabia-se, realisticamente, que a livre sindicalização e a ausência de recursos à IRT eram apenas recursos táticos para aumentar o poder de barganha do movimento. Ou, ao menos, o desenvolvimento concreto da ação sindical apontava nesse sentido.

Como o "caso padeiral" pode bem exemplificar, ao lutar pela aplicação da legislação conjugando ação institucional e luta pela transformação da lei em direitos efetivos, a FORGS tensionou duplamente a política de Vargas e Salgado Filho.

Em primeiro lugar, porque revelava a falta de vontade política real de cumprir mesmo a legislação já sancionada pelo governo, ao menos quando isto implicasse em choques com o empresariado. Em segundo lugar porque, sem confrontar-se abertamente com o caráter da legislação, dava demonstrações de que a aplicação e, o que era tão importante quanto, a generalização de direitos só poderia ocorrer com luta e organização, o que entrava em contradição com a lógica do

sistema corporativo. Enfrentava-se assim o desafio da luta pelo exercício da autonomia no espaço institucional.

A perspectiva estratégica de garantir vitórias por categorias que apontassem no sentido de uma legislação geral pode ser vista, por exemplo, no comentário d'"A Voz" sobre a conquista da regulamentação dos salários profissionais pelos trabalhadores em madeira do estado. O jornal considera este direito, "aspiração dos trabalhadores em geral" como um passo na conquista do salário mínimo.<sup>98</sup>

Dentro desta estratégia, ao contrário do que se poderia supor, os decretos de caráter geral, como o que dispõe sobre a jornada de 48 horas para todos os trabalhadores, se demonstram (ao menos num primeiro momento) menos promissores para a luta do que outros específicos, como os sobre condições de trabalho (incluindo horário) nas barbearias<sup>99</sup> ou, no caso, nas padarias.

O caráter vago dos decretos gerais facilitava a tática de descumprimento patronal, enquanto os decretos específicos possibilitavam, por sua maior precisão o estabelecimento de precedentes na prática visando furar o cerco imposto pela burguesia.

---

<sup>98</sup> "A Voz do Trabalhador" número 01, 14/10/1933.

<sup>99</sup> O decreto número 22.279 sobre a duração e as condições de trabalho nas barbearias é comentado n'"A Voz do Trabalhador" número 03, 28/10/1933.

O empresariado gaúcho defrontava-se , no período, com a perda do contato direto e das consultas que lhe eram feitas antes da adoção das leis sociais na gestão de Lindolfo Collor.

Diante deste quadro, o CINFA adotou a seguinte estratégia:

**"...intensificar seu contato com as entidades de classe do centro econômico do país, tal como a Federação Industrial do Rio de Janeiro, que atuava junto às comissões do Ministério, para, através dela, fazer chegar seu posicionamento até a mesa de negociação; obstaculizar, de maneira mais ou menos sutil, a implantação das leis sociais que não lhes conviessem; estabelecer sólidas e estreitas relações com o representante do Ministério do Trabalho no plano regional."**<sup>100</sup>

Os padeiros de Porto Alegre sofriam, desde 1932, os efeitos desta estratégia.

Apesar dos decretos 21.186, de 22 de março e 21.364 de 4 de maio daquele ano estabelecerem a jornada de 8 horas no comércio e na indústria e o pagamento de adicional nas horas-extra, os proprietários lhes davam interpretação diferente, como se depreende do debate em uma reunião almoço do CINFA:

**"O senhor Carlo Tannhauser expõe que o decreto que estabeleceu as 8 horas de trabalho determina que as horas excedentes a essas deverão ser pagas, mas não determina de forma taxativa que se**

---

100 Pesavento e Fonseca ,op. cit. pg. 109.



faça acréscimos que elevem o salário-hora. Assim é que a combinação ou contrato estabelecido entre os proprietários de padaria e os padeiros, estabelecendo o salário-hora prevê o caso do trabalho por tempo maior de 8 horas, devendo as horas excedentes ser pagas também, mas por salário igual ao das oito primeiras horas."<sup>101</sup>

Este tipo de interpretação levou o MTIC a censurar os empresários e causou o protesto do sindicato do padeiros, mas não foi capaz de gerar uma mobilização mais intensa da categoria até que o decreto 23.104 (específico sobre as condições de trabalho na panificação) fosse promulgado.

As raízes do caso padeiral eram, entretanto, mais profundas.

A organização sindical na categoria remonta a 1905, data de fundação da "sociedade de resistência padeiral", tendo se verificado oito paralisações até 1919.<sup>102</sup>

No relatório da FORGS ao segundo Congresso Operário Brasileiro, em 1913, a União Padeiral aparece com o segundo maior número de associados entre as 19 agremiações filiadas : 600, abaixo apenas da União dos Pedreiros com 1.400.<sup>103</sup>

Neste mesmo ano, inicia-se a luta pelo repouso semanal aos domingos, durante a qual grupos de padeiros atacam carroças de distribuição de pão com iodofórmio e

---

101 *Idea* pg. 118

102 *Cfe Marçal, op.cit.* pg. 118

103 *Idea*, pg. 26

querosene, inutilizando as cargas. O repouso semanal é conquistado mas descumprido, e o protesto contra esta situação leva à prisão de padeiros em 1915, gerando nova paralisação vitoriosa. Já em 1916, o objetivo da greve é a redução da jornada de trabalho.<sup>104</sup>

As táticas adotadas no período de predomínio da ação direta na categoria podem ser exemplificadas pelo depoimento do Sr. João Flores, o "Machadinho", que iniciou a trabalhar como auxiliar de padeiro em 1917:

"Quando foi fundado o sindicato eu tinha 8 anos. O sindicato pegou a se movimentar, (...) porque não queria que se fizesse pão de domingo para segunda, (...). E os patrões não, os patrões queriam que o pão fosse rotativo. (...) por exemplo, o senhor era dono de uma padaria, então o sindicato mandava uma carta, né para você, que não fizesse mais pão segunda-feira, o senhor teimasse, eles comunicavam -Então agora nós vamos, nós vamos resolver o problema. (...) essa padaria 5 Estrelas até deram uma nesse tempo até eu tava lá dentro, eu era gurizote, eu tava lá dentro, eles assaltaram...

P.- Assaltaram?

R.- Assaltaram a padaria, é, atiraram e tudo, (...) . E foi o caso mais sério que eu posso te dizer, foi (...) quando sindicato (susurrado) matou um sujeito eles avançaram ali na esquina da rua Senhor dos Passos com a Vigário José Inácio, ali tinha uma padaria, Padaria do seu Piccini, era uma das padarias mais fortes de Porto Alegre, (...) então o sindicato mandou comunicar-lhe que não fizesse e mandou dizer ao

---

104 *Idea*, pg. 83. Conforme o relato verbal de antigos militantes passado ao pesquisador pelos atuais sindicalistas da categoria o iodofórmo (produto de odor intenso) era injetado em ovos que posteriormente eram lançados sobre as carroças.

peçoal que, aquele o que fosse trabalhar estava sujeito a morrer, e eles não ligaram, não ligaram e dali a dois dias, três dias, dois, três homens do sindicato, (...) e eles mataram né, morreu um padeiro, teimaram em fazer pão e ali por volta da madrugada eles assaltaram a padaria, (...). E foi adonde ai onde se deu uma greve geral aqui, porque ai sindicatos se uniram né, prá busca, porque o chefe da polícia mandou deportar porque eram anarquistas,"<sup>105</sup>

Podemos suspeitar que ao optar pela atuação "dentro da lei e da ordem", os padeiros sabiam exatamente os potenciais e também os riscos colocados pela ação direta, como a comoção causada pelo incidente relatado acima e seu final sangrento, que desmobilizou por vários anos a luta reivindicatória da categoria.

Em meio à polêmica que antecipa a greve de 1933, o ex-padeiro e então proprietário de padaria Alexandre Piccini atesta a viabilidade do trabalho diurno referindo-se a uma lei municipal de 1927, pela qual o trabalho das padarias era interrompido no domingo e só retomado às 24 horas. Lamentava que "tempos depois desapareceu este convênio", e o trabalho no domingo voltou a ser reiniciado às 12 horas.<sup>106</sup>

É bastante compreensível, portanto, que na sessão de oficialização do sindicato e filiação à FORGS, ocorrida após a frustração da negociação sobre a aplicação da lei da

---

105 Entrevista concedida pelo padeiro aposentado João Flores "Machadinho" ao autor.

106 "A Voz do Trabalhador", número 4.

jornada de trabalho de 1932 a referência à trajetória de lutas da categoria seja feita:

"Pede a palavra o nosso sócio Heitor Tanhasco dizendo que não podia deixar passar aquele momento sem lembrar os companheiros desaparecidos, os quais foram os incansáveis batalhadores e mártires da organização dos padeiros para o descanso dominical que é uma das aspirações dos padeiros; convoca a nova diretoria para que o serviço diurno e o repouso dominical seja um fato"<sup>107</sup>

A legitimidade da luta dos padeiros era reforçada pelo fato desta ser uma luta histórica em torno de direitos que em diversos momentos tinham já sido reconhecidos e posteriormente eram, na prática, negados.

Este foi um dos elementos que contribuiu para tornar a greve um grande momento de enfrentamento e, do ponto de vista do Estado, um problema político de primeira magnitude.

Outro ponto forte da categoria que lhe possibilitava grande organização e poder de pressão era o controle exercido pelo sindicato sobre o mercado de trabalho através da sua bolsa de colocação.<sup>108</sup>

---

<sup>107</sup> Ata Assembléia Geral Ordinária número 18, sindicato dos padeiros, 14/01/1933

<sup>108</sup> O funcionamento anterior desta bolsa explica porque o sindicato reagiu com frieza à primeira proposta de acordo oferecida pelos proprietários de padaria. Ocorre que o que os empresários ofereciam era justamente a limitação do trabalho nas padarias aos sindicalizados, o que de fato em grande medida já ocorria.

O funcionamento deste mecanismo e seu reconhecimento pelos empresários garantiam a integração do sindicato ao cotidiano dos locais de trabalho, conforme podemos perceber nesta ata em que se debate a indicação de um sindicalizado para uma vaga aberta em uma padaria:

"...e continuou o companheiro Favorino com a palavra com referência à mesma casa (Padaria Garibaldi) sobre o caso do companheiro Geraldo Siqueira visto o burguês exigir um substituto para o seu lugar e cujo substituto de preferência seria o companheiro Laudelino Seipa e diante desta exigência havia entrado em contato com o burguês a fim de que fosse justificado o motivo da reclamação, sendo constatado não haver nenhuma falta pelo companheiro Geraldo, mas declarou o burguês que quando deu-se o lugar já estava para ser do companheiro Laudelino."<sup>109</sup>

Ou esta outra, onde um sindicalizado é punido com a retirada de seu nome do primeiro lugar da lista (o que lhe daria direito à próxima vaga de forneiro aberta na categoria:

"... falou o companheiro Leopoldo Machado dando cumprimento ao seu dever, esclareceu alguns dados e pormenores que lhe cabia o direito sendo então muito debatido o caso e constatado a má atuação do companheiro Manoel Tavares para com este sindicato, sendo então aprovado que o companheiro Heitor que se colocasse em primeiro lugar na bolsa na quadra de forneiro"<sup>110</sup>

---

109 Ata Assembléia Geral Extraordinária, sindicato dos padeiros, número 23, 18/02/1933.

110 Ata AGE, sindicato dos padeiros, número 41, 19/08/1933.

Este tipo de discussão constituía uma das atividades mais características da ação sindical do sindicato dos padeiros, e examinando as atas da entidade percebe-se que dificilmente algum problema ocorrido durante o trabalho não apareceria na pauta da próxima assembléia, dando origem a intensos debates.

Aparentemente, a tradição de ação reivindicatória no próprio local de trabalho era também forte e bastante autônoma:

"Olha, o salário quando o sindicato era bem (inaudível) era de acordo com o sindicato, de acordo com sua categoria, o senhor era forneiro, ganhava como forneiro, era quadrista tinha que ganhar como quadrista, o senhor não ganhava nem mais nem menos e aí bom, quando de repente veio vindo esse negócio, os patrões fizeram uma forcinha, então a gente fazia aquela ação direta que ainda tinha algum padeiro velho que orientava a gente, né? Que era mais novo, né? Eles faziam que quando a padaria não queria pagar o salário que compensava para a gente a gente fazia uma massa, "faz a massa aí" seguia o serviço, deixava ela dentro da masseira, e deixava crescer, quando ele crescia a gente baixava, o mestre reunia 5 ou 6 como fosse e ia lá no seu fulano "- Seu fulano, nós viemos aqui lhe comunicar que nós queremos tanto de aumento" e o seu fulano dizia "- Nós não podemos dar aumento", o mestre então orientava a turma toda para ir com ele e dizia "-Uma vez que o senhor não pode dar, ninguém trabalha mais, a massa tá dentro da masseira, e o senhor chama padeiro ou chama quem o senhor quiser...". O homem via às vezes naquele tempo 500.\$000 ou 600.\$000 (500 ou 600 mil Réis) ali, 600.\$000 se comprava um bonde, né, comprava um automóvel, um Fordinho tava 2.500.\$000 (2 Contos e 500 mil Réis), é uma carteira de cigarro hoje, e o dono da padaria era obrigado a dá o aumento, se ele não desse o aumento perdia tudo. Então já a maior

parte dos (inaudível) era a turma às vezes precisava era naquela padaria ter ainda padeiros unidos."111

A ligação ao local de trabalho possibilitaria ao sindicato padeiral a organização necessária para o enfrentamento de uma greve de longa duração e a autoridade para intervir no debate sobre a viabilidade da aplicação da nova legislação sem prejuízo ao fornecimento de pão para a população.112

---

111 Entrevista concedida pelo padeiro aposentado João Flores "Machadinho" ao autor.

112 Munakata em "A Legislação Trabalhista no Brasil" considera que o elemento central que teria levado à opção dos industriais pelo corporativismo como novo projeto de dominação. Seria a reação à luta operária pelo controle do mercado de trabalho. Munakata conclui sua análise por destacar que, diante do avanço na política de atrelamento estatal dos sindicatos, o movimento (via PCB) incorpora a idéia de que o controle do mercado de trabalho passa pela conquista do poder de Estado, o que explicaria a opção por projetos políticos como o da ANL.

## O POMO DA DISCÓRDIA

Uma paralisação de quase 60 dias é, sempre, um movimento de envergadura impressionante, demonstrando grande força organizativa. Quando envolve um setor de atendimento direto à população, afetando diretamente o fornecimento de um bem básico para a alimentação cotidiana, é de se imaginar que cause grande transtorno e tensão na sociedade.

Em função disto, o apoio da opinião pública torna-se de fundamental importância, e a legitimação que esta venha ou não a dar aos grevistas e o seu julgamento sobre as atitudes tomadas pelos empresários ou pelo Estado podem determinar o saldo político do confronto.

Nesse sentido, tanto padeiros quanto proprietários de padaria buscam associar as suas propostas ao atendimento da população. Estes últimos argumentam:

"1. A manipulação de massas depende exclusivamente do preparo do fermento. Para o preparo deste são necessárias mais ou menos 10 horas, para a manipulação das massas mais ou menos quatro horas e mais o tempo de cocção. (...)  
3. (A)... população só receberá o pão novo por volta das 16 horas de segunda-feira."<sup>113</sup>

Respondem os trabalhadores:

---

<sup>113</sup> Machado, op.cit. pg. 266.

"1... mesmo os fermenteiros iniciando o trabalho às 0 hora, às 5 da manhã as padarias terão pão suficiente para atender a população. O fato de terem os proprietários anunciado o fornecimento somente às 16 horas foi para indispor a população contra os operários em panificação, cujo sindicato procurou e está procurando cumprir a lei".<sup>114</sup>

Para tentar sustentar suas teses, elementos ligados ao sindicato patronal boicotam a distribuição do pão das padarias que, em outubro de 1933 adotam o repouso dominical integral.

Com o desenrolar da luta e da polêmica outros elementos são usados para tentar "ganhar" a simpatia popular para cada um dos lados em confronto: as normas de higiene não observadas nos estabelecimentos, a intransigência dos adversários, a demissão dos novos contratados que seria gerada pela readmissão dos grevistas, etc...

Nesse sentido, o fato de possuir a seu favor o testemunho tanto do fiscal da IRT quanto posteriormente do representante enviado pelo Ministério do Trabalho fortaleceu em muito as posições dos trabalhadores e deve ter contribuído para que o movimento conseguisse se manter por tanto tempo.

Legitimadas por estes pareceres e respaldadas pelo fato de constarem explícita e detalhadamente de um decreto federal as pretensões dos padeiros se consolidaram como

---

<sup>114</sup> *Idem*, pg. 267-268.

expressão de direitos que o discurso do Estado pós-30 e mesmo as leis já adotadas consagravam mas que, após 3 anos, os trabalhadores ainda não usufruíam.

Analisando o discurso das partes envolvidas neste episódio e a forma como buscam afirmar seus pontos de vista na polêmica podemos ter uma noção mais precisa sobre o que estava em disputa no "caso padeiral". Entre os patrões, ao se reportarem à negativa operária em assinar a convenção coletiva proposta, fala-se em "perigosíssimo precedente", alertando o conjunto da classe para uma dimensão talvez insuspeita desta questão aparentemente tão específica. As atas do CINFA são mais explícitas. Referindo-se à reivindicação de readmissão dos demitidos e pagamento dos dias parados, a entidade se expressa assim:

**"Se isso acontecesse ficaria aberto um precedente de tal ordem subversivo do método de trabalho, que viria a afetar a classe patronal. Amanhã seriam eles a estabelecer as normas de funcionamento dos estabelecimentos, alheios às necessidades do negócio, aos interesses do empregador, ao desenvolvimento da indústria, atendendo unicamente às aspirações dos seus orientadores"115**

Esse tipo de argumento não era exatamente uma novidade, e certamente constituía uma forma recorrente de mobilizar a consciência de classe dos empresários através do

---

115 Citado em Machado, op. cit., pg. 280.

temor da perda de algo que lhes era tão caro quanto a propriedade em si : o controle absoluto sobre o processo e as regras contratuais que regem o trabalho.

Já em 1906, diante de uma greve geral que mobilizou 3.000 operários em prol da jornada de trabalho de 8 horas Alberto Bins, líder industrial do ramo da fundição e futuro prefeito municipal se posicionava no mesmo sentido:

**"Disse ele que a questão de hora de trabalho, levantada pelos grevistas, era uma questão muito séria, era questão de princípios: Nem na velha Europa, onde o partido socialista, depois do católico é o mais forte, ainda não conseguiram impor sua vontade. A ser isto adotado em nossa capital constituiria este fato uma vitória de tal natureza, que colocaria os patrões na posição de caixeiros de seus operários, que Amanhã, se julgariam no direito de fazer novas imposições. 116"**

A recorrência deste discurso pode nos levar a considerar que o tom apocalíptico nele presente constitui apenas um recurso para aumentar o seu impacto. Por outro lado, podemos também pensar que este tom expressa a consciência de que a crescente organização e pressão operárias, mesmo não alcançando plenamente os seus objetivos, atingem de forma decisiva as relações de trabalho, e que

---

116 Correio do Povo. Porto Alegre, 07 de outubro de 1906.  
Citado em Petersen, op. cit. .

determinadas concessões, mesmo que pontuais, poderiam constituir-se em estímulo para reivindicações crescentes.

Esta questão parece ter preocupado o empresariado de forma constante desde que as primeiras lutas operárias começaram a se manifestar na primeira república. Entretanto, a conjuntura de 1933-1934 oferecia alguns agravantes.

Embora de pouca eficácia prática no que diz respeito ao cumprimento da lei, o simples reconhecimento pelo Estado varguista da legitimidade da aspiração por um direito trabalhista básico e universal e a legalização dos sindicatos havia fortalecido a pressão do movimento sindical. O processo de fundação de entidades e aumento na sindicalização haviam se espalhado pelo estado, criando uma estrutura orgânica poderosa.

De outro lado, o descumprimento da lei começava a corroer as bases da relação entre Estado e sindicatos. Já em janeiro de 1933 voltam a ocorrer greves como a dos mineiros de Minas do Butiá, em função de atrasos no pagamento e custo de gêneros alimentícios.<sup>117</sup>

O Estado começava a perder a capacidade de se antecipar aos conflitos e garantir a "harmonia social" apenas através de sua ação legisferante.

---

<sup>117</sup> Machado, op. cit. pg. 139.

Este risco parecia particularmente grave diante da agenda política colocada para 1934, que previa a eleição da Assembléia Nacional Constituinte e o fim do Estado de exceção, com eleições para Presidente da República.

Neste contexto, era natural que os getulistas, que tinham como grande trunfo político a "moderna legislação trabalhista" e haviam contribuído para torná-la o centro do debate político buscassem contornar qualquer crise que colocasse em cheque a efetividade desta legislação.

Este era o flanco atingido pela linha de intervenção do sindicato dos trabalhadores no caso padeiral. Vejamos este telegrama de 28/12/1933:

**"Dr. Salgado Filho - Ministro do Trabalho - Rio. Padeiros despedidos em massa em 18 do corrente único crime pedir cumprimento lei, população sem pão esperamos v. excia. braços cruzados verificar verdades quem pretende destruir legislação brasileira trabalho. Ass. Laudelino Seipa, presidente".<sup>118</sup>**

Ou esta declaração do líder padeiro e dirigente da FORGS Leopoldo Machado:

**"... o Sr. Ministro do Trabalho nos fará justiça, caso contrário, importará na queda da legislação social brasileira..."<sup>119</sup>**

---

<sup>118</sup> Machado, op.cit. pg. 272.

<sup>119</sup> Idem, pg. 274.

O desgaste político causado ao governo pela greve e o temor sobre o seu desfecho não podem ser subestimados, à medida que, além de tudo, o sindicato em questão constituía-se em uma das maiores bases dos getulistas no sindicalismo gaúcho.<sup>120</sup> Era getulista o próprio João Lattuada, padeiro indicado para o cargo de Sub-fiscal do Trabalho pelo sindicato quando este ainda gozava de boas relações com a IRT, que assume papel de destaque no movimento ao lado dos trabalhadores.<sup>121</sup>

Mesmo sindicatos ligados ao Círculo Operário de Pelotas, arqui-rival da Federação Operária, aderem num primeiro momento do conflito à denúncia do desrespeito à legislação no Estado e à cobrança de providências do MTIC a respeito.

Além do aspecto político conjuntural, de fato o debate entre as interpretações divergentes sobre o decreto 23.104 envolvia uma questão jurídica cuja definição poderia constituir precedente para a aplicação do conjunto das leis trabalhistas.

---

<sup>120</sup> Cfe entrevista concedida por Elóy Martins ao autor em Janeiro de 1991.

<sup>121</sup> Posteriormente, Lattuada será presidente do Círculo Operário fundado em Porto Alegre em 1934. Cfe Marçal, op. cit. pg. 58.

A questão era se, ao prever o repouso dominical integral e a jornada de oito horas salvo convenção em contrário, a lei assegurava de antemão estes direitos ou obrigava à assinatura de convenção coletiva regulamentando-os e restringindo-os. Ou seja, estava em discussão a auto-aplicabilidade da legislação.

O largo alcance que esta definição poderia ter reforça o caráter de luta geral dos trabalhadores rio-grandenses adquirido pela greve e contribui para uma maior compreensão da grande solidariedade verificada e da centralidade dada a este movimento pela FORGS.

## Vitória OU DERROTA ?

A maioria dos pesquisadores que defrontou-se com o caso padeiral analisou-o como uma derrota do movimento operário gaúcho frente ao Estado e ao empresariado.<sup>122</sup>

Este ponto de vista era, aparentemente, compartilhado pelos sindicalistas do período. Como podemos perceber na ata de uma assembléia já citada:

**"Pede a palavra o companheiro Mario Lattuada, que diz que finda a nossa luta a classe não havia de se esfacelar, que ele como representante junto à Federação iria dizer a todos os trabalhadores que as leis sociais no Rio Grande do Sul foram derrubadas por trinta e poucos proprietários de padarias, e que portanto os trabalhadores desiludissem que não existe lei para eles"**<sup>123</sup>

Essa avaliação transpareceria também na decisão do Congresso Operário de primeiro de maio de 1934 de não mais recorrer à IRT em função da não confiabilidade desta repartição e do fato de que as leis sociais não satisfariam aos trabalhadores.

---

<sup>122</sup> A única sugestão em contrário é de Lucas, op. cit., para quem "a validade das leis sociais foi posta em perigo", e que dá ênfase no seu relato para a intervenção pessoal de Salgado Filho na conclusão do episódio.

<sup>123</sup> AGE sem número de 10/02/1934, sindicato dos padeiros.

Entretanto, ao contrário do que estas avaliações contemporâneas indicam, os termos do acordo final e o próprio processo de sua realização dificilmente poderiam ser vistos como uma derrota inequívoca do movimento.

Ao conquistarem o reinício do trabalho no domingo às 22 horas e a readmissão dos demitidos, na verdade o sindicato obtinha um acordo mais favorável do que o anteriormente aprovado, mediado por Waldir Niemeyer, e que só não foi adotado porque os patrões pretenderam introduzir modificações na hora de assiná-lo. O primeiro acordo só garantia a readmissão dos grevistas e remetia as demais questões para uma convenção coletiva posterior sem garantir os termos desta última.

Por outro lado, é verdade que não se obteve o cumprimento integral do decreto 23.104 nem a demissão do Inspetor Regional do Trabalho. De todo modo, são raríssimas as ocasiões em que uma greve obtém a totalidade das reivindicações formuladas.

Já citamos a importância dada pelo Estado à capacidade de antecipação à luta e criação de direitos conciliatórios, que aparentemente havia sido demonstrada entre 1930 e 1933. Uma avaliação da conjuntura seguinte demonstra que esta capacidade foi perdida momentaneamente, e só recuperada no Estado-Novo à custa, de um lado, de uma intensa repressão, e de outro, da garantia de um leque

mínimo de direitos trabalhistas através da Justiça do Trabalho.

Uma avaliação totalmente negativa das lutas deste período parece pressupor que a intenção original do projeto getulista incluía, de fato, ampliar e generalizar a legislação de proteção ao trabalho e fiscalizar efetivamente a sua aplicação, e que isto ocorreria naturalmente.

A análise do caso padeiral nos leva a questionar este raciocínio, ao menos quando o cumprimento da legislação enfrentasse resistência patronal, ou seja, sempre.

É importante também analisar o saldo político do movimento para a FORGS. Com relação a este item, o fato da entidade receber pessoalmente das mãos do Ministro do Trabalho a sua oficialização após ter dirigido um movimento tão acirrado, ter assumido publicamente a defesa do direito de greve e seus dirigentes principais serem progressivamente identificados como esquerdistas não pode ser menosprezado.

Se é verdade que o PCB, que se tornava força hegemônica no sindicalismo no estado, era desde o princípio cético em relação ao cumprimento dos direitos trabalhistas e questionava a idéia de "harmonia social", o desenvolvimento da luta dos padeiros e o papel desempenhado pela Federação contribuem para tornar este tipo de visão amplamente difundido no meio operário.

Reafirma-se, assim, a necessidade da organização e mobilização sindicais para a obtenção de conquistas reais, e a oficialização foi praticamente o reconhecimento disto pelo Estado.

Portanto, as avaliações pessimistas sobre o resultado da greve dos padeiros devem ser analisadas no contexto de uma oportunidade privilegiada para que, diante do desgaste da visão colaboracionista no movimento a crítica ao caráter da legislação social brasileira se afirmasse e fosse compartilhada pelas bases sindicais. Longe de refletir a desilusão de sindicalistas que esperavam ingenuamente a garantia de seus direitos como beneplácito do Estado, estas avaliações apenas consolidavam o ceticismo já antes manifesto e atualizavam a defesa da autonomia operária em um momento onde a possibilidade de atuação por dentro do sindicalismo oficial começava a se restringir progressivamente.

A greve dos padeiros abria assim um período de ascensão e radicalização das lutas dos trabalhadores que atingiria o seu ápice em 1935.

## CAPÍTULO II

### OS METALÚRGICOS DE PORTO ALEGRE ENTRE 1934 E 1937;

Se a greve dos padeiros representa um ponto de inflexão na relação entre movimento operário e Estado no Rio Grande do Sul, a radicalização das lutas que se seguiriam teria como protagonistas outras categorias, como os têxteis e metalúrgicos.

Reconstruindo aspectos do funcionamento de uma entidade como o Sindicato dos Metalúrgicos, poderemos observar o desenvolvimento da luta operária no período não apenas no brilho intenso e esporádico das greves, mas também perpassando a rotina empoeirada do dia-a-dia organizativo. Pois o significado dos momentos de conflito aberto dificilmente pode ser apreendido sem uma análise detalhada do modelo de organização sindical concretamente existente, do exercício cotidiano das reivindicações e negociações, da disputa política presente no interior das entidades e do processo de construção de mecanismos de controle e intervenção da ação sindical por parte do Estado.

São estes elementos que procuraremos analisar no presente capítulo recorrendo basicamente ao estudo das Atas

que registram as Assembléias Gerais Extraordinárias do Sindicato dos Metalúrgicos. Registro de natureza essencialmente burocrática, limitado como fonte pela maneira cifrada pela qual os assuntos nelas são referidos, as Atas são muitas vezes (até pelo seu caráter oficial) a única documentação escrita preservada por muitas entidades sindicais sobre momentos importantíssimos de sua existência. Ao lado das já citadas limitações, por outro lado, estas mesmas fontes possuem o mérito de permitir a construção de uma imagem sobre o movimento sindical de um ângulo que outras (como depoimentos, jornais, documentos de congressos, etc...) dificilmente revelam: o do cotidiano organizacional.<sup>124</sup>

Constrastando as informações obtidas desta perspectiva com outras fontes mais usualmente utilizadas na bibliografia e com as próprias interpretações nesta consagradas, buscaremos analisar aspectos geralmente desconsiderados no processo de implantação da estrutura sindical corporativa no Brasil.

---

<sup>124</sup> Esta dificuldade de obter informações sobre o funcionamento das entidades se acentua pela mudança da pauta que o processo de radicalização política provocará em um órgão como "A Voz do Trabalhador". Enquanto em 1933 este órgão reserva grande parte de suas páginas para os assuntos das entidades associadas, a partir de 1934 temas como a Liga Eleitoral Proletária, a Constituinte, a guerra, o fascismo, a assinatura da papeleta do PCB por Luís Carlos Prestes ou "Staline o homem de aço", tomam o primeiro plano.

Analisamos o período de 1934 para salientar que, mesmo numa conjuntura de radicalização política e social como esta, os problemas ligados à construção do sindicato como organismo de representação e atendimento a demandas materiais e simbólicas das categorias de trabalhadores continuaram mantendo forte presença no cotidiano das entidades. É interessante questionar, nesse sentido, o que leva a que dirigentes sindicais comunistas, por exemplo, invistam a maior parte do tempo das suas intervenções em Assembléias discutindo problemas como a suspensão do pagamento da jóia pelos associados, as mensalidades atrasadas ou o regimento da caixa de beneficência no mesmo período em que se desenrola o levante da ANL.

Antes porém de ingressarmos na análise dos aspectos elencados acima, é importante situarmos alguns dados gerais sobre a categoria em questão.

A indústria metalúrgica não possuía grande peso na estrutura produtiva do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século. Na cidade de Porto Alegre, o predomínio era dos estabelecimentos de pequeno e médio porte, e de setores tradicionais do ramo, como as fundições. Existiam ainda diversos estaleiros, em função da importância da navegação fluvial no estado e da excelente localização portuária da cidade, situada em frente a um estuário formado

pela confluência de diversos rios navegáveis que desaguam na Lagoa dos Patos e desta seguem rumo ao mar.

Após 1930, o setor começa aos poucos a se complexificar, abrindo espaço inclusive para uma maior presença de operários qualificados no interior da categoria metalúrgica. Tomemos como exemplo a trajetória profissional de Elóy Martins, que iniciou na categoria em 1925 e logo se profissionalizou como caldeireiro. Posteriormente, a partir da experiência adquirida, das oportunidades de emprego e de um curso técnico no Colégio Parobé, Martins passou sucessivamente a serralheiro, mecânico e ajustador de bancada .<sup>125</sup>

No período que analisamos, a empresa Cipriano Micheletto (de construção de máquinas e fabricação de parafusos) era a indústria mais avançada no interior da categoria , e juntamente com a Cia Geral de Indústrias e a metalúrgica Wallig constituía um pequeno núcleo de empresas de grande porte (cerca de 1.000 trabalhadores, segundo a estimativa de Martins).

As reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores metalúrgicos, além de questões gerais como horário e salário, diziam respeito a problemas de segurança no trabalho

---

<sup>125</sup> Entrevista de Elóy Martins ao autor, janeiro de 1991

(inclusive a concessão de equipamentos como luvas e óculos de proteção).

Embora sem o peso numérico que outros setores como o têxtil possuíam, os metalúrgicos tinham a favor de sua organização sindical uma longa experiência de lutas. Fundada em 1905, a União dos Metalúrgicos já em 1906 desempenhou importante papel na greve geral que abalou a capital gaúcha, o que levou seu dirigente Adolpho Brandt a acumular a presidência da entidade com a da recém fundada Federação Operária do Rio Grande do Sul. Como a maioria das demais organizações operárias do estado, após 1910 a União Metalúrgica passou da hegemonia socialista para a anarquista, mantendo-se pequena, porém combativa e influente no interior do movimento operário gaúcho.

Em 1911 registra-se uma greve de 2 dias no Estaleiro Mabilde contra os frequentes atrasos nos pagamentos , que se encerra vitoriosa . Já na greve geral de 1917 novamente o Mabilde, assim como a indústria União de Ferros são destaques entre as paralisações e em 1919 a categoria sustenta a mais longa greve até então registrada no estado (de 13 de julho a 18 de agosto) ao fim da qual é conquistada a jornada de 8 horas.<sup>126</sup>

---

<sup>126</sup> As informações dos 3 últimos parágrafos baseiam-se em Marçal, João Batista "Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul", pgs 48 - 49.

São herdeiros deste passado de lutas, alguns deles já então com muitos anos de militância que a 4 de janeiro de 1931 convocam a assembléia de fundação do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Porto Alegre, que é reconhecido pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio em Março do mesmo ano.

### 1) O MODELO DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A idéia de que a prática sindical nas entidades oficializadas durante a década de 30 estaria em perfeita consonância com o que a CLT viria a prescrever em 1943 (portanto 12 anos depois do Decreto 19.770) é tão difundida que valeria a pena destacar alguns elementos que constituíram importantes instrumento para o controle e tutela sobre as entidades sindicais após o Estado-Novo e que, no nosso período de estudo, ainda não se encontravam em vigor.

O principal deles é o imposto sindical, cuja adoção em 1941 representou um passo decisivo para desvincular a sustentação das entidades da adesão voluntária dos trabalhadores, e portanto, da existência de uma real vida associativa. Outros dizem também respeito à gestão financeira, como a prescrição de "Despesas Legais" (que em hipótese alguma poderiam estar vinculadas à prática da luta de classes, como as greves). Do mesmo modo, não se encontrava

regulamentado o controle do Ministério sobre os processos eleitorais nos sindicatos.<sup>127</sup>

Por fim, inexistia num primeiro momento a proibição de organizações inter-categorias, como demonstra a própria oficialização da FORGS que constituía em uma verdadeira central sindical em âmbito regional, contribuindo para a generalização e politização das lutas.

Se de um lado não encontramos ainda em vigor estes aspectos jurídicos que viriam a caracterizar a estrutura corporativa, analisando a ação sindical nesta conjuntura percebemos importantes aspectos de continuidade com o período anterior a 1930. Alguns deles tem sido muitas vezes citados como próprios ao "sindicalismo autônomo" tendo sido abandonados pelo "sindicalismo oficial" e retomados apenas pelo "novo sindicalismo". É o caso da centralidade da organização no local de trabalho, da não profissionalização dos dirigentes, da sustentação voluntária das entidades e da

---

<sup>127</sup> Trabalhos como o de Antunes, Ricardo "Classe operária, sindicatos e partido no Brasil" enfatizam os mecanismos de controle previstos no Decreto 19.770, como a existência de delegados do NTIC presentes às assembleias e que realizariam o exame da situação financeira das entidades, ou o recolhimento de valores superiores a 2:000\$ (Dois Contos de Réis) a contas específicas para este fim no Banco do Brasil. Até onde pudemos verificar estes mecanismos não possuem vigência prática nas entidades que analisamos até a ocorrência das intervenções decorrentes em geral de movimentos grevistas.

compreensão do sindicato como uma forma de organização ao invés de um espaço físico.

A pesquisa realizada nos leva, por outro lado a constatar que em muitas destas questões encontramos mais continuidade após a oficialização das entidades **rupturas**<sup>128</sup>. Esta oficialização colocava por outro lado duas possibilidades. Muitos sindicatos registrados no MTIC resumiram-se a uma existência legal, sem qualquer efetividade de atuação. Para aquelas porém que buscaram exercer sua autonomia como instrumentos de organização operária mesmo dentro da institucionalidade vigente, desafios muitas vezes já anteriormente enfrentados para sua viabilização ganhavam nova intensidade.

Entre estes desafios, merecem destaque o problema da sustentação financeira, a busca de manutenção de uma regularidade de funcionamento e da conquista do reconhecimento patronal destes sindicatos como interlocutores na negociação de salários e condições de trabalho.

Se até 1937 muitas entidades estruturaram um "modus operandi" que mesmo não resolvendo estas questões em definitivo forneceu diretrizes para o seu enfrentamento, este

---

<sup>128</sup> Esta continuidade aparece de forma acentuada em entidades como a União dos Operários Estivadores e o Sindicato dos Padeiros, existentes antes de 1930 e cuja legalização é registrada no mesmo livro de Atas que as Assembléias anteriores.

modelo de ação sindical passa a ser passo a passo desarticulado à medida que avançam os processos de intervenção das agências do Estado no interior dos sindicatos. Entretanto, as práticas meramente repressivas revelam-se incapazes de estruturar um modelo alternativo de funcionamento mais compatível com a doutrina colaboracionista, como revela o esvaziamento das entidades na primeira metade do Estado-Novo.

Será necessário proceder à adoção do imposto sindical, viabilizando toda uma gama de assistência entendida como serviço prestado às categorias e substituir os dirigentes sindicais de confiança do Estado por funcionários na condução de tarefas organizativas para as quais os primeiros não se encontravam capacitados a fim de retomar algum tipo de legitimação do sindicato frente às categorias.<sup>129</sup>

Se entretanto este novo modelo se efetiva operando sobre tensões e dificuldades enfrentadas pela prática sindical, mesmo a longa vigência do Estado-Novo não será capaz de destruir a experiência de apropriação do sindicato

---

<sup>129</sup> Estes elementos de viabilização de um funcionamento das entidades com base no caráter assistencial e no encaminhamento dos processos trabalhistas insere-se no processo mais amplo denominado por Ângela Castro Gomes de "Invenção do Trabalhismo".

oficial como espaço de luta que volta a emergir nas greves de 1945.

Analisaremos a seguir alguns destes componentes do modelo de organização sindical vigente no Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre no período de 1934 a 1937.

### 1.1) Sindicato e organização no local de trabalho

Conforme apontamos na introdução deste trabalho, muitas têm sido as análises que apontam para um distanciamento dos sindicatos oficiais e da atuação dos comunistas no movimento operário em relação aos processos de resistência e organização no âmbito fabril.

Ao contrário do que estas análises levariam a esperar, a organização no local de trabalho ocupava lugar privilegiado na atuação sindical dos metalúrgicos de Porto Alegre. Sua presença constante na pauta das assembleias é um dos indicadores da busca de enraizamento do sindicato nas suas bases.

Diante da necessidade de luta e pressão constantes para efetivar mesmo o leque mínimo de direitos trabalhistas já reconhecidos pelo Estado, a articulação entre fábrica e sindicato era vital para garantir de um lado um respaldo mais amplo para as lutas do dia-a-dia, e de outro a base sólida para avanços mais gerais.

O mecanismo privilegiado desta relação era a atuação de delegados sindicais eleitos nas assembleias gerais da categoria. Durante o período em questão, está registrada a escolha destes delegados nas seguintes empresas: Krupp & Cia<sup>130</sup>, Só & Cia<sup>131</sup>, Carris<sup>132</sup>, Lindau e Estaleiro Alcaraz<sup>133</sup>, Fundação Becker e Garage Comercial<sup>134</sup>, Chive (?) Muller & Cia<sup>135</sup>, Berta e Bins<sup>136</sup>, Casa Jacques<sup>137</sup>. Não possuímos uma relação completa de delegados, e é possível que a indicação destas indústrias aponte apenas os locais aonde, na ausência de iniciativa própria dos trabalhadores de base em constituir representante, a assembleia buscasse suprir lacunas.

Assim, não aparece na relação, por exemplo, o mais forte reduto da organização sindical na categoria: a

---

130 Assembleia Geral Extraordinária (AGE) nº 43 (27/4/1934)

131 AGE nº 45 (25/5/1934)

132 AGE nº 47 (6/7/1934)

133 AGE nº 52 (14/9/1934)

134 AGE nº 65 (26/4/1935)

135 AGE nº 68 (14/6/1935). O nome da empresa está parcialmente ilegível na Ata.

136 AGE nº 79 (22/11/1935)

137 AGE nº 38 (9/3/1934)

indústria de máquinas e parafusos Cipriano Micheletto, de onde emergiu grande parte das lideranças do sindicato<sup>138</sup>.

A manutenção deste vínculo orgânico com o conjunto das empresas da base , por outro lado, se confrontava com algumas dificuldades, como a freqüente demissão de delegados alegando os mais variados motivos (como aquele que se afastou para sentar praça no exército)<sup>139</sup>. É provável que parte destas justificativas para a demissão dos delegados encobrisse as desistências diante do trabalho e das dificuldades que o exercício da função poderia ocasionar para o seu ocupante.

O principal problema vivido pelo delegado sindical era o fato de tornar-se o foco de atrito com os patrões, (colocando em risco provavelmente seu próprio emprego) à medida que, como preconizava o sindicalista Lúcio Figueiredo os trabalhadores deveriam canalizar através dele suas reclamações trabalhistas <sup>140</sup>.

---

<sup>138</sup> O peso da Micheletto, percebido nas atas do sindicato, foi reforçado em entrevista concedida ao autor por Elóy Martins.

<sup>139</sup> AGE nº 39 (27/3/1934) As nomeações e demissões constantes levam à necessidade de se reorganizar com freqüência a lista dos delegados, a fim inclusive de convocar reuniões específicas para a discussão da sua atuação. Cfe AGEs nº 64 (5/4/1935), nº 49 (12/8/1934) e nº 59 (21/12/1934).

<sup>140</sup> AGE nº 39 (27/3/1934) Em função disto, num dado momento se propõe a escolha de mais delegados (2 ou 3) por fábrica, o que tornaria mais difícil que os representantes fossem "tapeados" pelas empresas. Cfe AGE nº 63 (29/3/1935)

Mas não seria menos desgastante realizar uma das outras tarefas atribuídas a estes representantes: a cobrança das mensalidades do sindicato (voltaremos a este ponto adiante).

A busca por intensificar o contato com os locais de trabalho pode ser percebida também na escolha de uma comissão para redação e publicação de boletins de fábrica (onde a presença de militantes da ala esquerda da diretoria tem papel destacado)<sup>141</sup>, e também em iniciativas como a visita à empresa Bins na tentativa de trazer aqueles que lá trabalhavam para as assembléias<sup>142</sup>

A incidência do vínculo orgânico da entidade com as lutas e reivindicações do cotidiano fabril na sua atuação mais geral manifesta-se, por exemplo, no processo de elaboração de uma tese sobre higiene ao Congresso Operário Estadual de 1934 . O ante-projeto trabalhado por uma comissão de redação foi objeto de intenso e polêmico debate, durante diversas assembléias, cujas atas registram, entre outros aspectos, a incorporação de sugestões referentes à necessidade de sala de refeições adequadas nas empresas e ao

---

<sup>141</sup> AGE nº 54 (12/10/1934)

<sup>142</sup> AGE nº 68 (14/6/1935)

problema da qualidade do ar nos locais de trabalho <sup>143</sup>.  
 Vejamos o teor da tese e o que ele demonstra sobre o conhecimento coletivo sistematizado pelo sindicato a respeito dos problemas vivenciados no dia-a-dia dos trabalhadores:

"Tese sobre higiene nos estabelecimentos  
 (apresentada pelo Sindicato Metalúrgico de  
 Porto Alegre)

Pontos e motivos

1°- Patentes higiênicas tipo turco para os trabalhadores:

Motivo- As patentes até agora instaladas nos estabelecimentos, trazem o contágio de doenças infectuosas, principalmente venéreas, visto que todos que se servem delas, são obrigados a sentar-se na mesma o que será evitados nas patentes tipo turco.

2°- Lavatórios higiênicos e banheiros ou duchas em quantidade proporcional ao número de trabalhadores do estabelecimento;

Motivo - Os tanques grandes que servem de lavatório comm aos trabalhadores, igualmente trazem o contágio de doenças infectuosas, por exemplo doenças de pele.

3°- Aparelhos higiênicos para tomar água;

Motivo- O uso da mesma vasilha comm por todos os operários de um mesmo estabelecimento traz contágio de doenças infectuosas, como a tuberculose, a sífilis, etc. o que evitar-se-á com a aplicação de bebedores automáticos.

4°- Recinto especial para mudar roupa, com divisões fechadas para guardar a mesma, em número igual ao dos trabalhadores do estabelecimento;

Motivo- É natural preservar a roupa do pó nocivo do estabelecimento e também para no ser inutilizado por manchas ou outros inconvenientes.

---

<sup>143</sup> Com a inclusão destas e outras contribuições, a tese foi finalmente aprovada por unanimidade e apresentada .Cfe AGEs nº 40 (6/4/1934), nº 41 (13/4/1934) e nº 42 (20/4/1934)

5°- Forjas, fornos e outros engenhos que desprendam gases ou vapores nocivos, devem ter tiragem direta para fora do prédio devendo o mesmo estabelecimento ter ventilação ampla e contínua, seja artificial ou natural, em todas as secções em geral;

Motivo- Os gases ou vapores nocivos provenientes dos ditos engenhos, bem como o ar nocivo por falta de ventilação, são prejudiciais a saúde dos trabalhadores, causando lesões pulmonares ou enfermidades crônicas como assim chamadas doenças profissionais.

6°- pavimentação higiênica do estabelecimento, preferivelmente de cimento, e grades protetoras de madeira onde o operário trabalhar horas contínuas;

Motivo- A Pavimentação de cimento é a que favorece mais a limpeza, sendo as grades necessárias para preservar o trabalhador do frio excessivo e da umidade do cimento.

7°- Limpeza bi-semanal do estabelecimento feita fora das horas de serviço;

Motivo- A limpeza bi-semanal é necessária para evitar acúmulo de resíduos da produção e deve ser feito fora das horas de serviço porque do contrário é anti-higiênico.

8°- intervalo entremeadado nas horas de serviço pra descanso e refeição, nO poderá nunca ser inferior a 1 hora bem como deverão ter os estabelecimentos um recinto adequado para as refeições;

Motivo- A própria natureza que regula as atividades do corpo humano nos faz sentir que após as refeições necessitamos um descanso mínimo de 1 hora, sendo as mesmas feitas num lugar higiênico quando os trabalhadores comerem no estabelecimento.

.....  
(Ata da 6ª sessão do Congresso Operário de 1º de maio e 5ª sessão ordinária do mesmo realizada a 2 de maio de 1934)"<sup>144</sup>

---

<sup>144</sup> In Petersen e Lucas. op. cit. pgs 391-393

Esta centralidade dos problemas ligados ao local de trabalho na pauta do debate sindical acaba sendo cortada pela segunda leva repressiva do período (pós levante da ANL) que prenuncia os tempos duros que viriam a se seguir. A intensidade e a qualidade deste momento<sup>145</sup> porém podem ser percebidos na manutenção de um trabalho clandestino que aparecerá como contraponto eventual ao esvaziamento do sindicato como espaço de luta reivindicatória no Estado-Novo e voltará a despontar com notável continuidade nas greves de 1945.

### 1.2) Cotidiano organizacional

Ao iniciar seu livro sobre a Formação da Classe Operária Inglesa, E. P. Thompson destaca a importância de determinados detalhes das práticas organizativas das sociedades jacobinas do final do século XVIII, nas quais identifica uma manifestação embrionária da classe que se expressará de forma "madura" em 1832.

Essa manifestação conjuga de forma inédita elementos profundamente enraizados nas tradições populares do Século

---

<sup>145</sup> No seu livro de memórias, Elóy Martins considera o período de 1933/ 1934 o mais fértil em relação à organização no local de trabalho em 50 anos de militância. Cfe Martins, "Um depoimento político".

XVIII (como a idéia do "Inglês Livre de Nascimento") e traz à tona os três atributos essenciais que, através de uma multiplicidade de experiências) perpassarão este processo : o número ilimitado de membros, a organização e a convergência de interesses em oposição à classe dominante. Tratam-se na verdade de elementos absolutamente interdependentes, já que um se coloca como pré-condição para o outro. Ou seja, a universalização das lutas torna-se possível pela transformação da unidade potencial dos setores populares em força efetiva via múltiplas formas de organização e ação. Sendo assim, a classe não surge como uma reação "instintiva" à revolução industrial, mas forma-se de modo não previamente determinado junto com os antecedentes deste processo histórico, pela reelaboração ativa tanto da tradição quanto da dupla experiência de submissão política e exploração econômica.

Vejamos um exemplo, nas palavras do autor:

**"A SLC (Sociedade Londrina de Correspondência) foi um destes pontos de junção...há traços , mesmo na rápida descrição de seus primeiros encontros, que indicam o surgimento de um novo tipo de organização - traços que nos ajudam a esclarecer ( no contexto de 1790-1850) a natureza de uma 'organização operária'. Eis o trabalhador como secretário. Eis a baixa subscrição semanal. Eis o entrecruzamento de temas políticos e econômicos - 'a dureza dos tempos' e a Reforma Parlamentar. Eis a função da reunião, tanto como ocasião social quanto como centro para a atividade política. Eis a atenção realista para a formalidade dos procedimentos. Eis, acima de tudo, a determinação de propagar opiniões e de**

organizar adeptos, contida na diretriz: 'Que o número de nossos membros seja ilimitados'<sup>146</sup>.

Estas características eram reveladoras da importância que a construção de estruturas organizativas de ação coletiva teria no surgimento da classe trabalhadora como sujeito político articulado.

Embora constitua um componente intrínseco à própria construção da classe operária, não raras vezes a prática organizativa voltou-se contra sua origem, tornando-se expressão do oposto daquilo que pretendia contribuir para conquistar.

De mecanismo necessário para a efetivação da participação político-social aberta a "um número ilimitado de membros", conforme a divisa jacobina resgatada por Thompson muitas vezes as organizações operárias tornaram-se exemplos de autoritarismo e burocracia. De instrumentos de defesa dos interesses de classe muitas vezes converteram-se em amarras impedindo o franco desenvolvimento de lutas e movimentos.

Esta tensão permanente que percorre a história do movimento operário apresenta um sério agravante quando analisada no que diz respeito ao Brasil pós-30: o desenvolvimento das práticas organizativas operárias

---

<sup>146</sup> Thompson, E. P. "A formação da classe operária inglesa", Vol. I 'Plantando a árvore da liberdade', pg. 19.

enfrenta-se com o legalismo burocrático decorrente de um projeto de enquadramento e cooptação agenciado pelo Estado, além dos riscos das tendências burocratizantes de ordem própria.

A forte presença do projeto corporativista estatal na organização sindical brasileira muitas vezes têm turvado nossa compreensão sobre o problema da burocratização sindical neste período. Assume-se em geral o pressuposto (algumas vezes explicitado) de que à medida que registra-se a intervenção do Estado primeiro no campo legal e posteriormente no próprio funcionamento das entidades, toda a sua prática organizativa assume caráter heterônomo, deixando de interessar para a análise do desenvolvimento dos trabalhadores como classe.

Estudando o funcionamento cotidiano do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre no período em questão, chegamos a conclusões bastante diferenciadas. Os procedimentos organizativos constituíram-se no campo de disputa permanente de concepções sindicais antagônicas, embora estas muitas vezes manifestem-se sem linhas ideológicas claramente demarcadas e fujam dos nossos parâmetros de catalogação. Assim, grande parte do debate e das polarizações interna dos sindicatos se dava cotidianamente em torno a problemas para os quais as "linhas sindicais" de comunistas e getulistas não tinham respostas pré-elaboradas, mas que representavam

desafios centrais para que, numa ou noutra concepção política, o sindicato conseguisse se consolidar .

Se o papel institucional do sindicato implicava sua atuação como interlocutor frente ao Estado e aos patrões na negociação das condições em que se dava a relação capital x trabalho, a primeira tarefa coletiva que este se colocava era assegurar sua legitimidade perante a categoria através da organização de base (o que analisamos no item anterior). O desenvolvimento neste sentido era, diante do novo cenário pós-30, condição mesmo para que o sindicato fosse instrumento da manutenção e exercício da autonomia de classe.

No plano organizativo da própria entidade, entretanto, duas pré-condições fundamentais precisavam ser asseguradas. Em primeiro lugar manter continuidade e regularidade de funcionamento, em segundo viabilizar sua sustentação.

A construção de uma dinâmica organizacional regular sofria, ameaças de descontinuidade constante acentuadas pelos períodos de ascenso de lutas (onde a periodicidade de reuniões e o funcionamento dos mecanismos organizativos cotidianos se perdia em meio ao turbilhão dos acontecimentos) e pelas sucessivas levadas repressivas.

Embora os problemas agudos vividos pelo funcionamento do sindicato pudessem advir dos fatores eventuais citados acima, outros possuíam caráter crônico e seu enfrentamento

era uma constante na pauta da entidade, como as questões ligadas à gestão financeira. Com relação a estas se realizava amplo debate, pautado sempre pela preocupação com a transparência na gestão e com o caráter político da auto-sustentação enquanto expressão do vínculo dos associados com a entidade.

Por outro lado, é bastante perceptível o modo como a tentativa de despolitizar as decisões administrativo-financeiras marca o avanço do atrelamento ao Estado, o que se consolida apenas com a construção de diversos instrumentos de intervenção e controle da prática organizativa do sindicato.

#### Dinâmica e regularidade de funcionamento

O Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre reunia-se em Assembléia Geral Extraordinária geralmente a cada 15 dias<sup>147</sup>, com uma média de comparecimento de 40 associados<sup>148</sup>.

---

<sup>147</sup> Conforme deliberação constante na ata da AGE nº 44 (11/5/1934) essa era a periodicidade regular. Eventualmente esta frequência poderia ser aumentada, como às vésperas do Congresso Operário de 1935, quando foi aprovada a realização de sessões semanais (todas as sextas-feiras). Cfe AGE nº 68 (14/6/1935). Por outro lado problemas conjunturais poderiam levar à suspensão da convocação por um mês, como em Setembro do mesmo ano ou, independentemente de decisão neste sentido, as assembléias poderiam deixar de ocorrer (ou ao menos de serem registradas) como durante a tentativa de greve geral da categoria (Janeiro de 1935) ou nos quatro meses que se seguiram à eleição de uma nova diretoria posteriormente à intervenção da IRT na entidade em 1937. Cfe AGEs nº 75 (30/8/1935), nº 103 (1º/10/1937) e nº 104 (18/2/1938).

A manutenção destas assembleias frequentes era vital para o sindicato, à medida que constituíam-se em verdade na única instância deliberativa da entidade, sendo que absolutamente todas as decisões e encaminhamentos partiam daí.<sup>149</sup>

Mesmo questões extremamente rotineiras, como a leitura de correspondência recebida e remetida eram realizadas nas assembleias, garantindo o acesso da base às informações sobre o relacionamento do sindicato com os mais variados atores sociais<sup>150</sup>.

Alguns tipos de correspondência ocorriam com frequência, como os convites para as posses de outras direções sindicais<sup>151</sup> e a troca de informações com outras entidades da categoria metalúrgica em outros pontos do país, como a UTM (União dos Trabalhadores Metalúrgicos) do Rio de Janeiro. Do mesmo modo, registra-se com destaque os

148 O cálculo desta média baseia-se nas atas em que consta o nº de participantes (muitas vezes substituído pela expressão nº legal).

149 Apenas a partir da eleição desta diretoria ligada à IRT em fins de 1937 é que cria-se a Comissão Executiva com instância oficial, que passa a possuir um livro de Atas próprio e encaminhar diversos assuntos sem recorrer à assembleia.

150 Mais um dos detalhes na dinâmica organizativa que se transformam com a chegada do Estado-Novo pode ser percebido na solicitação feita à assembleia para cessar a leitura de toda a correspondência recebida nas sessões, o que coincide com a criação da Executiva como instância. Cfe AGE nº 91 (12/11/1936)

151 AGE nº 43 (27/4/1934)

posicionamentos políticos mais gerais da entidade, como os Telegramas remetidos a Getúlio Vargas (protestando contra o "esbulho" dos funcionários do Banrisul), e ao Deputado classista Carlos Santos (felicitando-o por discurso sobre o custo de vida)<sup>152</sup>.

Conforme já apontamos antes, o principal problema para a consolidação orgânica do sindicato era a tendência à descontinuidade na sua ação organizativa, que advinha tanto da demissão ou esvaziamento das diretorias quanto da própria rotatividade de sócios.

Durante os quatro anos que analisamos o sindicato possuiu ao menos 5 diretorias e uma junta governativa, sendo que poucas concluíram seus mandatos, que a princípio seriam anuais (com exceção da última, eleita já para um período de 3 anos conforme a legislação do Estado-Novo)<sup>153</sup>.

Outro problema do mesmo tipo enfrentado era o freqüente pedido de demissão de diretores durante o curso de uma gestão, assim como licenças e faltas freqüentes às assembleias, levando em alguns casos até mesmo à destituição e à criação de comissões para completar chapa, ou à nomeação

---

<sup>152</sup> AGEs nº 48 (20/7/1934) e nº 90 (21/8/1936)

<sup>153</sup> AGEs nº 102 (10/9/1937), nº 60 (12/3/1935) e nº 61 (15/3/1935) Num dos casos, a renovação deveu-se à demissão coletiva da diretoria, diante do desgaste e das críticas sofridas pela sua atuação na greve da categoria ( e tentativa de greve geral).

de diretores interinos . Os problemas de quórum, por outro lado, levaram a que se aprovasse num dado momento a possibilidade de reunião do Conselho Fiscal com qualquer nº de membros, a fim de que as prestações de contas à assembléia pudessem realizar-se sem impedimentos<sup>154</sup> .

Muitas vezes, os afastamentos e demissões originaram-se em divergências e críticas ao método de trabalho adotado na condução dos assuntos do sindicato, como ocorreu com a primeira comissão de redação da tese sobre higiene para o Congresso Operário que renunciou por não admitir críticas às propostas que tinha elaborado. <sup>155</sup>

Mas a situação mais grave neste sentido ocorreu quando o próprio presidente da entidade acabou sendo intimado a se demitir diante das críticas sofridas tanto pela maneira com que dirigia os trabalhos como pela sua ausência nas assembléias, alegando inicialmente que precisava ficar fazendo "serão" e posteriormente que não vinha porque não queria, pelo que foi severamente censurado<sup>156</sup>.

A busca por contornar a tendência à descontinuidade causada por estas trocas de direção aparece, por outro lado,

<sup>154</sup> AGEs nº 38 (9/3/1934), nº 42 (20/4/1934), nº 53 (28/9/1934), nº 90 (21/8/1936) e nº 93 (??) (18/12/ 1936)

<sup>155</sup> AGE nº 40 (6/4/1934)

<sup>156</sup> AGEs nº 65 (26/4/1935), nº 72 (2/8/1935) e nº 73 (9/8/1935).

no trabalho de construção de definições institucionais mais gerais, como a escolha de uma comissão para elaborar novo programa do sindicato, de outra para elaborar uma proposta de regimento interno e o debate em torno do estatuto visando à mudança do item sobre convenção coletiva de trabalho<sup>157</sup>.

Outro elemento complicador para a continuidade organizativa do sindicato era a rotatividade de associados. O quadro social do início de 1938, 7 anos após a fundação, registrava 1.385 sócios inscritos, sendo que destes 715 haviam abandonado a entidade, 268 haviam sido eliminados por falta de pagamento e apenas 378 se encontravam em dia<sup>158</sup>.

Em função desta rotatividade, a diretoria costumava solicitar aos delegados sindicais a relação dos sócios que permaneciam e dos desistentes em cada local de trabalho<sup>159</sup>.

A polêmica sobre como evitar ou limitar esta rotatividade e ao mesmo tempo ampliar a sindicalização estava intimamente relacionada ao problema das finanças do sindicato.

---

<sup>157</sup> AGEs nº 46 (8/6/1934), nº 74 (23/8/1935) e nº 86 (6/3/1936)

<sup>158</sup> AGE nº 104 (18/2/1938)

<sup>159</sup> AGE nº 53 (28/9/1934)

### Finanças

As questões financeiras constituíam preocupação constante na pauta do sindicato. Não possuímos dados sistemáticos a respeito, mas podemos levantar alguns elementos sobre a natureza das despesas, das receitas e da forma de gestão dos recursos da entidade.

No período em questão, o sindicato não possuía nenhum diretor remunerado ou afastado da produção, e a contratação de um funcionário será um dos marcos do fim desta era e do início das transformações no seu funcionamento durante o Estado-Novo. Por outro lado, a entidade não possuía sede própria, e assim como outros 7 sindicatos<sup>160</sup> alugava para o seu funcionamento uma sala da "Cosmopolita", Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis e Similares <sup>161</sup>.

Outra provável despesa se dava com a confecção de boletins, considerados um meio essencial de comunicação com a categoria. Infelizmente não chegou até nós nenhum exemplar do Boletim Metalúrgico editado neste período. Entretanto, as

---

<sup>160</sup> Outros 8 sindicatos reuniam-se na "Sede Operária" da rua Júlio de Castilhos, e além da "Cosmopolita" apenas os Sindicatos dos Operários na Fábricas de Tecidos, Alfaiates e Trabalhadores em Cargas e Descargas possuíam sede própria. Cfe "A Voz do Trabalhador" nº 1, 14/10/1933.

<sup>161</sup> Na AGE nº 90 (21/8/1936) registra-se que a "Cosmopolita" propõe um aumento do aluguel da sede. Na avaliação dos metalúrgicos este só seria aceito com a concessão de um espaço para a instalação de uma secretaria própria. O pedido de aumento foi considerado uma descortesia.

atas de assembléia registram inúmeras referências à sua existência, demonstrando a centralidade que este instrumento de comunicação possuía para a ação sindical. Surgido em 1934, sua criação foi apoiada por unanimidade e a partir daí, as assembléias assistiram ao debate sobre a redação das matérias, sobre a continuidade da sua edição e a composição da comissão de redação e finalmente sobre sua periodicidade (definida como mensal) **162**.

É também citada a necessidade de constituição de um fundo de greve, que não sabemos se chegou a ser implementado e, em caso positivo, que dimensão assumiu **163**. Outras despesas eventuais são mencionadas, e a decisão de efetuá-las é sempre submetida à assembléia, tal como a compra de uma máquina de escrever **164**.

O que podemos verificar com facilidade é que a estrutura da entidade era extremamente leve, sem grandes despesas fixas e com seus fundos direcionados à manutenção de

---

**162** AGEs nº 49 (12/8/1934), nº 50 (17/8/1934), nº 57 (23/11/1934), nº 58 (7/12/1934), nº 68 (14/6/1935), nº 72 (2/8/1935), nº 78 (8/11/1935) e nº 101 (20/8/1937) Também eram frequentes as defesas da necessidade de se fazer mais propaganda, assim como a relação entre a distribuição de boletins e o incremento da sindicalização. Cfe AGEs nº 53 (28/9/1934) e nº 89 (20/3/1936).

**163** AGE nº 53 (28/9/1934)

**164** AGE nº 86 (6/3/1936)

uma base para a ação reivindicatória e para a organização dos trabalhadores.

Com relação às receitas, o sindicato mantinha-se exclusivamente com a contribuição voluntária dos seus associados, e enfrentava grandes dificuldades para assegurar a regularidade destas contribuições. Nesse período, duas questões foram intensamente debatidas a esse respeito : a manutenção ou não do pagamento de uma "jóia" (taxa de ingresso) pelos associados e o que fazer com aqueles que acumulavam atrasos no pagamento das mensalidades.

Constatando-se que a cobrança da jóia representava um impecilho à ampliação do número de sócios da entidade, já em Setembro de 1934 foi proposta sua abolição. Entretanto a decisão efetivamente adotada acabou sendo a da suspensão do pagamento (inicialmente por 1 mês e posteriormente prorrogada até o final do ano) . Embora tenha voltado à pauta inúmeras vezes, a proposta de extinção definitiva encontrou sempre forte resistência<sup>165</sup> .

---

<sup>165</sup> AGEs nº 52 (14/9/1934), nº 54 (12/10/1934), nº 57 (23/11/1934), nº 63 (29/3/1935), nº 76 (4/10/1935), nº 79 (22/11/1935), nº 86 (6/3/1936) e nº 89 (20/3/1936) . Na posse da nova diretoria, em Março de 1935, Lúcio Figueiredo , presidente eleito do sindicato, defende como maneira de fortalecer a união da classe metalúrgica a isenção da jóia e o perdão dos meses atrasados, que seria comunicado aos associados através da imprensa e dos delegados de fábrica .

Além do problema financeiro presente na opção de manter ou não o pagamento da jóia, percebemos que neste como em outros debates estava em jogo a questão do caráter do vínculo entre o associado e o sindicato. É possível que a existência da jóia limitasse a sindicalização, à medida que representava um pagamento relativamente elevado a ser feito no ingresso na categoria de sócio, e portanto no momento em que o trabalhador tinha ainda um pequeno contato com a organização sindical. Por outro lado, ela demarcava uma opção clara pela sindicalização, e tendia a diminuir a rotatividade de sócios, já que era menos provável o ingresso de quem não estivesse bastante convencido da importância de se sindicalizar.

Esta idéia da sindicalização como opção consciente e responsável transparecia por exemplo no teor da carteira sindical, adotada após longa discussão e que registrava claramente os direitos e deveres do associado, assim como trazia alertas sobre a natureza e os "verdadeiros propósitos" do sindicato (ver adiante o item sobre beneficência) **166**.

Aparentemente esta seleção dos sócios com base na firmeza de sua opção pela sindicalização estava relacionada a uma visão compartilhada pelos operários sindicalizados acerca

---

**166** AGEs nº 42 (20/4/1934), nº 44 (11/5/1934) e nº 50 (17/8/1934) A carteira era o instrumento de registro dos pagamentos efetuados pelo associado (através de selos).

de suas responsabilidades coletivas e do orgulho de sua organização e consciência profissional. Se durante os anos de 1934 a 1937 a polarização entre manter ou extinguir a jóia indicava a existência de duas visões (ao menos tendencialmente) sobre a questão, a diretoria eleita já no período do Estado-Novo adotou uma postura de mediação a esse respeito, baixando o valor da jóia para 7\$000,00 R (ao invés dos 15\$000,00 usuais) e desenvolvendo uma campanha de sindicalização que trouxe 69 novos sócios num período de 2 meses. Mas já aqui, conforme analisaremos a seguir, o principal atrativo para o ingresso na condição de sócio é o leque de serviços assistenciais que o sindicato passa a oferecer **167**.

A polêmica sobre o caráter mais rígido ou mais brando da disciplina dos membros da organização também transparece no que diz respeito ao problema das medidas a serem adotadas com relação aos que atrasavam o pagamento das mensalidades.

Num primeiro momento, prevalecem as posições mais duras, exigindo que os atrasados preenchessem nova proposta de sindicalização quando se colocassem em dia, que prestassem explicação após 3 meses de atraso ou seriam eliminados do quadro de associados **168**. Uma linha mais amena

---

**167** AGE nº 104 (18/02/1938)

**168** AGE nº 64 (5/4/1935), nº 73 (9/8/1935) e nº 86 (6/3/1936)

eventualmente adotada foi a do apelo , com a tirada de uma comissão para ir na casa dos devedores.<sup>169</sup>

Posteriormente, uma chapa de oposição articulada provavelmente pelo PCB inverte a questão, responsabilizando a diretoria e acusando-a de ter relaxado no tratamento do problema . Segundo os defensores desta posição, os associados não viriam às assembléias por não gostarem da linguagem nelas adotada. Com base nisto, é proposto o perdão para os associados em dívida com suas mensalidades.<sup>170</sup>.

Podemos perceber que as posições políticas gerais não se traduziam diretamente numa posição mais ou menos rígida sobre os dois problemas comentados acima. Os comunistas, que na questão dos atrasos responsabilizam a diretoria e propõe a anistia aos devedores, estavam em geral entre os mais firmes defensores da manutenção da jóia. É provável que a primeira posição estivesse vinculada ao interesse de garantir a participação dos metalúrgicos descontentes no processo eleitoral. Porém parece indicar também que, ao contrário da jóia, o problema do tratamento dispensado aos atrasados não era visto como uma questão de princípio.

---

169 AGE nº 78 (8/11/1935)

170 AGEs nº 94 (?) (27/01/1937) e nº 94 (?) (4/2/1937) A proposta enfim encaminhada garantiu a anistia dos pagamentos atrasados, porém com o pagamento de nova proposta de sócio (jóia) e um período de carência para o gozo dos benefícios de associado de 6 meses .

Ainda no âmbito das finanças, manifesta-se na entidade uma grande preocupação com relação à manutenção da transparência na gestão dos recursos.

Os balancetes eram expostos trimestralmente nas assembleias, e quando assim não fosse, fazia-se necessária a apresentação de explicações sujeitas à aprovação do plenário **171**. O Conselho Fiscal desempenhava também papel bastante ativo, sendo que os relatórios das contas só eram remetidos à discussão das assembleias com as assinaturas dos seus membros **172**.

Geralmente ocorriam problemas na passagem de uma diretoria para outra, com a ausência de relatórios ou dúvidas como as relativas à existência de um livro-caixa na gestão anterior **173**. No caso do presidente demitido, o mesmo saiu sem prestar contas de sua gestão, sendo que a assembleia lhe concedeu um prazo de 15 dias para fazê-lo sob pena de

---

**171** Como por exemplo nas AGEs nº 42 (20/4/1934), nº 46 (8/6/1934), nº 50 (17/8/1934), nº 103 (1º/10/1937) e nº 78 (8/11/1935). Eventualmente, em períodos de turbulência essa prática era substituída pelo relatório financeiro de 6 meses. Cfe AGE nº 75 (30/8/1935)

**172** AGE nº 43 (27/4/1934) Posteriormente este órgão foi substituído por uma comissão de contas que cumpria a mesma função. Cfe AGEs nº 45 (25/5/1934) e nº 101 (20/8/1937)

**173** AGE nº 100 (4/8/1937)

expulsão dos quadros da entidade e divulgação para a imprensa **174**.

Em outros casos, a tentativa de soluções como a tirada de uma comissão para elaborar o relatório da gestão anterior esbarrou em impasses legais, já que era a própria antiga diretoria que precisava fazê-lo. O relatório teve que esperar o restabelecimento da saúde de um dos ex-dirigentes para ser realizado **175**.

A cautela e o zelo no trato da questão financeira tinham origens bastante precisas. Conforme relata o antigo militante Elóy Martins, não era raro que tesoureiros sumissem com o dinheiro das entidades **176**. De fato, encontramos numa das atas analisadas o relato de uma comissão responsável pela busca do dinheiro que havia ficado com o ex-tesoureiro **177**. Para a credibilidade de uma organização, portanto, era fundamental o desenvolvimento de mecanismos de controle da base sobre a gestão dos recursos financeiros, assim como a indicação de tesoureiros de reconhecida idoneidade, o que

---

**174** AGEs nº 73 (9/8/1935) e nº 74 (23/8/1935) Além de um relatório, exigia-se a prestação de conta de vales efetuados pelo dirigente demissionário. Como resposta, o mesmo alegou que não mandaria relatório porque não havia recebido um no início da sua gestão

**175** AGE nº 85 (21/02/1936)

**176** Cfe entrevista concedida ao autor

**177** AGE nº 42 (20/4/1934)

talvez explique, após o episódio citado acima, a aclamação do já então veterano militante Jerônimo Baptista para a função<sup>178</sup>.

A gestão financeira é provavelmente um dos pontos onde de maneira mais direta o projeto de atrelamento dos sindicatos ao Estado baseou-se em dificuldades vivenciadas na construção das organizações e, adotando soluções "técnicas" que despolitizaram o debate sobre alternativas a serem adotadas, abriu espaço para um alijamento progressivo das bases da gestão de suas entidades.

Já citamos anteriormente as dificuldades vivenciadas pelos delegados sindicais na tarefa de cobrar as mensalidades dos sindicalizados. A diretoria que preparou o caminho para o Estado-Novo no sindicato adotou frente a isso uma destas saídas "técnicas": a contratação de um cobrador. No mesmo momento, o conjunto da questão financeira saía do debate da pauta nas assembleias e se tirava uma comissão para "resolvê-la"<sup>179</sup>. Assim começava a tornar-se possível que, diante de uma proposta feita em assembleia que implicasse em gastos fosse feita a observação de que : "Só o Presidente e o Tesoureiro sabem se o sindicato comporta a despesa" <sup>180</sup>.

---

<sup>178</sup> AGEs nº 46 (8/6/1934) e nº 47 (6/7/1934).

<sup>179</sup> AGE nº 90 (21/8/1936)

<sup>180</sup> AGE nº ? (2/7/1937)

Ao mesmo tempo, a direção atrelada à IRT passa a dar aos mecanismos de controle da gestão financeira cada vez mais um caráter rígido e desvinculado das exigências concretas da ação sindical, como fica claro na exigência de um orçamento anual a partir do que as despesas não previstas somente poderiam se realizados com autorização do Conselho Fiscal e de Assembléia Oficial especialmente convocada para este fim  
181.

A ruptura da relação entre organização no local de trabalho e sustentação da entidade e a saída das decisões sobre a aplicação dos recursos da pauta permanente das Assembléias Gerais Extraordinárias abria o caminho de um lado para o imposto sindical, desvinculando a sustentação das entidades da adesão voluntária dos trabalhadores, e de outro para a definição das despesas "legais" facultadas ao sindicato que viriam a ser previstas no Título V da CLT.

### O funcionário

O coroamento do processo de "despolitização" dos procedimentos organizativo-administrativos observados nos diversos itens anteriores se deu com a contratação de um funcionário (em conjunto com Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, "A Cosmopolita") , cuja necessidade estranhamente

não foi identificada pela diretoria da entidade, mas pelo deputado Carlos Santos **182**.

Logo este funcionário já estaria atuando substituindo os diretores numa das funções cuja exercício fora durante muito tempo a própria expressão da auto-capacitação dos dirigentes operários: a redação das atas da entidade **183**. Embora seja denunciado que o mesmo funcionário já estivesse trabalhando a pelo menos três meses sem que sua contratação fosse submetida à assembléia **184** (sinal dos tempos), ele permanecerá cada vez mais atuante , substituindo progressivamente inúmeras funções antes exercidas pelos diretores e revelando habilidades insuspeitas à medida que avançamos Estado-Novo adentro.

Sintomaticamente, no mesmo período passa a adotar-se também a remuneração das horas "trabalhadas" pelo presidente na entidade , (embora alguns sustentem na própria discussão que isso já ocorria antes, não encontramos qualquer referência a esta prática nas atas anteriores), apontando no sentido do exercício das funções de direção como serviço

---

**182** AGEs nº 94 (4/2/1937) e nº 95 (5/3/1937)

**183** AGE nº 98 (21/5/1937)

**184** AGE nº 99 (2/7/1937)

prestado à categoria, ao invés de tarefa de representação política<sup>185</sup> .

### 1.3) O lugar da assistência

A relação entre o movimento operário organizado e as demandas dos trabalhadores por proteção frente à doença, à velhice, ao desemprego e à própria morte tem sido analisada na historiografia brasileira em dois momentos distintos e isolados entre si, cuja interpretação mais comum acaba se revelando, entretanto, profundamente complementar.

Por um lado temos as sociedades de mútuo-socorro, entendidas como estágio pré-histórico do sindicalismo, correspondente a uma solidariedade espontânea gerada pela vivência coletiva dos infortúnios a que se encontrava exposto o operariado pela ausência de direitos sociais.

Já com a implantação da estrutura sindical corporativa temos o surgimento do assistencialismo, para alguns decorrência natural dos princípios de colaboração de classes expressos já no decreto 19.770 de 1931, para outros fruto da guinada autoritária do Estado-Novo, gerando um "desvio do sindicato de seu campo de ação peculiar"<sup>186</sup>.

---

<sup>185</sup> AGE nº 100 (4/8/1937)

<sup>186</sup> Ver Rodrigues, José Albertino Op. cit..

Como imaturidade ou como tutela, a assistência consagrou-se nas análises críticas da trajetória do sindicalismo brasileiro como um dos símbolos mais marcantes da sua debilidade.

Entre um e outro momento citado desenvolver-se-ia a saga e o fracasso de um movimento operário classista e combativo, que negaria explicitamente a mutualidade sob hegemonia anarquista<sup>187</sup> e, com a ascensão do PCB, passaria a considerar a própria ação reivindicatória como atividade menor, subordinada às determinações superiores da luta pelo poder político.

Se estabelecermos como um pressuposto que o domínio próprio dos sindicatos seja o reivindicativo, a criação de todo um complexo de atividades assistenciais àqueles ligado no pós-30 pode ser facilmente reduzida a um subterfúgio que o Estado varguista e seus aliados no movimento teriam desenvolvido no intuito de descaracterizá-los como instrumento de luta.

Podemos concordar com a identificação desta intenção de neutralizar a combatividade sindical por parte dos mentores do projeto corporativo, e reconhecer que

---

<sup>187</sup> Ver a esse respeito Hall, Michael M. e Pinheiro, Paulo Sérgio "A Classe Operária no Brasil" 2 Volumes, que transcreve documentos ligados ao debate dos sindicalistas da Primeira República sobre a questão da beneficência nas entidades.

inegavelmente em certa medida isto foi atingido. É necessário questionar, entretanto, sobre a capacidade do Estado impor de fora para dentro, por via legislativa, tamanho "desvio" no caráter e nas finalidades dos sindicatos, garantindo porém a viabilidade da nova estrutura sindical.

Temos trabalhado com a hipótese de que, ao contrário, a implantação do corporativismo enquanto projeto de enquadramento do movimento sindical parte de e incide sobre tensões e problemas internos do próprio movimento, embora evidentemente busque para eles resoluções compatíveis com seus objetivos políticos. Além disso, a resultante deste processo, longe de espelhar os princípios assentes no texto legal, é antes o produto de sua confrontação cotidiana com projetos alternativos e com a própria experiência da classe perante a qual pretende se legitimar.

Consideramos que a ascendência demiúrgica do Estado sobre a questão social no pós-30 tem obscurecido o tratamento desta problemática, ao reforçar a tendência a análises maniqueístas que contrapõe à idéia do puro movimento pré-30, reino da autonomia operária, uma visão de que a da instituição sindical pós-30 teria um caráter absolutamente heterônomo. Nesse tipo de abordagem, os elementos causadores da burocratização sindical são geralmente atribuídos a algum

agente externo atuante nesse período, seja o próprio Estado seja (em análises mais recentes) o PCB.<sup>188</sup>

Assim, a fim de trabalharmos com um outro ponto de referência, analisemos uma abordagem que tenta rever a leitura sobre o desenvolvimento do sindicalismo europeu no que diz respeito às questões que trataremos neste item.

Para discutir a relação entre um modelo de prática sindical baseado exclusivamente na ação reivindicativa e as origens da atual burocratização do movimento operário europeu, o sociólogo italiano Pino Ferraris resgata a longa tradição de mutualidade entre os trabalhadores (na forma de mútuo-socorro e cooperativas). Salieta que, ao contrário do que tornou-se senso comum nas análises posteriores e das posições que acabaram prevalecendo no movimento sindical, durante um longo período este elemento mutualista não era visto como algo que necessariamente entrasse em contradição com a luta de resistência:

---

<sup>188</sup> Em instigante resenha bibliográfica, o pesquisador americano John French analisa como este tipo de abordagem acaba reproduzindo o debate ideológico das próprias décadas de 30 e 40, centrados nas ideias da outorga e da artificialidade da legislação social brasileira. Cfe French, John "The Origins of Corporatist Intervention in Brazilian Industrial Relations, 1930-1934 : A Critique of the Literature".

"Se certos burgueses viram o mutualismo sobretudo como uma resposta pacífica aos problemas da reprodução, na realidade esta experiência associativa acabava antes por alimentar e transformar a conflitualidade operária na produção"<sup>189</sup>

Para Ferraris, a mutualidade expressaria um associacionismo "para", enquanto a luta reivindicatória caracterizaria um associacionismo "contra". Embora os dois elementos não se excluam a princípio, e tenham durante longo tempo convivido, acabam embasando modelos distintos de organização sindical cujo choque o autor localiza na década de 1890, contrapondo a experiência das Bolsas de Trabalho (de grande peso na França, Bélgica e Itália) e a tradição dos sindicalismos alemão e inglês. Esse conflito teria peso decisivo na consagração do caráter reivindicatório do movimento sindical.

Concluindo pela impossibilidade de traçar uma história social, política e econômica linear do movimento operário ("infância" mutualista, "juventude" reivindicativa e "maturidade" partidária), Ferraris considera que a derrota da experiência auto-gestionária das Bolsas de Trabalho e outras formas de combinação mutualidade/resistência proporciona tanto a estatização da mutualidade, com o distanciamento do

---

<sup>189</sup> Ferraris, Pino. "Apunti lezioni Università di Campinas". pag. 3.

sindicato em relação ao âmbito da vida, quanto a "divisão do trabalho" entre partido e sindicato, fragmentando luta política e luta econômica.

O triunfo do "modelo alemão" teria favorecido o primado de uma lógica estatizante e burocrática, onde o valor supremo para o sindicalismo passaria a ser a sua própria potência organizativa. Revelaria, por outro lado, o limite do sindicalismo de ação direta (herdeiro da tradição mutualista-horizonta), cuja negação da política institucional entrava em choque com a experiência das próprias massas, que sustentavam crescentemente a necessidade da intervenção estatal pela via da legislação trabalhista.

O que nos interessa destacar, com base na análise de Ferraris é o enfrentamento de problemas ligados ao "âmbito da vida" como algo que o movimento operário remete a suas organizações independentemente da intervenção de agentes externos, e cujo tratamento contribui para definir o próprio caráter destas. Em segundo lugar, é importante situar a transferência destas questões para a alçada do Estado e a definição do cunho exclusivamente reivindicativo do sindicato, no caso europeu, como frutos de um processo político de luta não pré-determinado, e da vitória de um modelo específico de organização sindical diante de outros igualmente possíveis.

Esse tipo de análise permite rediscutirmos a mutualidade, a beneficência e a assistência no interior das entidades sindicais como elementos constitutivos do próprio caráter destas organizações, sendo a definição de qual o lugar por eles ocupado em um conjunto mais amplo resultado do processo político próprio do movimento operário em cada contexto específico. Assim, podemos estudar estas questões longe da pecha apriorística de que elas constituam um desvio de uma natureza pretensamente pré-determinada do sindicalismo que o reduziria à luta reivindicatória.

Acredito que esses elementos podem auxiliar uma discussão mais profunda sobre a importância política da definição da relação entre sindicato e assistência no pós-30, que procuraremos exemplificar a seguir a partir da análise do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Porto Alegre .

#### **Da solidariedade ao serviço prestado**

Diante da idéia consagrada de que as questões ligadas à mutualidade pertenceriam à "pré-história" do movimento operário, causa certo espanto num primeiro momento nos defrontarmos com o peso dos temas ligados à beneficência em um sindicato sob hegemonia comunista no pós-30.

A importância desta questão pode ser medida pela existência, ao longo de todo o período, de uma Caixa de Beneficência funcionando paralelamente ao sindicato. Essa

entidade pode ser considerada na verdade uma espécie de alter-ego do sindicato, sendo que a definição e redefinição do papel de cada um e da relação entre ambos marca o desenvolvimento da luta política envolvendo comunistas e getulistas (bem como os próprios agentes do Estado durante o processo de intervenção desencadeado já em 1935).

Não que cada setor dispusesse de propostas fechadas para o trato com a questão assistencial. Nem mesmo é o caso de que as divergências sobre o assunto levassem sempre a uma polarização nítida entre estas duas correntes. Mas ao longo dos vários momentos em que se define e redefine os rumos da ação sindical, de acordo com o contexto político geral e a correlação de forças interna vão se processando mutações no binômio sindicato-beneficência de modo extremamente imbricado à disputa de hegemonia interna.

Este cruzamento entre o debate das definições a serem adotadas sobre a questão assistencial e a disputa de concepções mais gerais sobre o caráter da entidade sindical ocorria na medida em que as primeiras traziam embutidas visões sobre a natureza do vínculo entre os associados e o sindicato e sobre as outras funções da entidade, como a luta reivindicativa.

Durante um primeiro momento que se estende até 1936, as duas entidades (Sindicato e Caixa de Beneficência) são claramente distintas, possuindo estatutos, direção e finanças

próprias. Deste modo, a entidade sindical mesmo definido como seu papel a ação reivindicatória não recusa-se a manter sob sua gestão uma estrutura beneficente, e canalizando através desta a solidariedade operária irá inclusive fortalecer a coesão associativa da sua base.

Em Março de 1934 é escolhida uma comissão de estudos para a constituição da Caixa, especificando-se que ela se destinaria ao tratamento dos problemas ligados à doença e à morte.<sup>190</sup> Logo em seguida, são elaborados e aprovados os seus estatutos, recomendando-se a sua publicação na "Voz do Trabalhador" a fim de que o associado ingressante tivesse conhecimento das finalidades e regras de funcionamento da entidade.<sup>191</sup>

A sindicalização não implicava automaticamente na adesão à caixa, para o que o associado deveria pagar uma jóia e mensalidades separadas. Esta separação se dava num contexto em que, embora oficializado frente ao Ministério do Trabalho, a entidade esforçava-se para manter manifesto o seu caráter de instrumento de luta.

---

<sup>190</sup> AGE nº 38 (9/3/1934)

<sup>191</sup> AGEs nº 40 (6/4/1934) e 42 (20/4/1934), no mesmo sentido. o estatuto das duas Caixas (doença e morte e auxílio aos desempregados) são impressos nas carteiras profissionais confeccionadas pelo sindicato, cfe AGE nº 43 (27/4/1934)

Deste modo, por exemplo, os estatutos do sindicato, datados de 13 de Janeiro de 1933, de um lado atendem aos requisitos legais (como a inclusão da colaboração com os patrões e o Estado na solução dos conflitos e a observância de 2/3 de brasileiros natos na direção). Por outro lado, destacavam o classismo da entidade ao prever:

"Art 6º, item C

1- Os sócios que passarem à categoria de gerentes ou diretores de empresa, perderão o direito conferido pelas letras A e B (N. do a.: tomar parte, votar, ser votado e convocar assembléias);

2- Os sócios que se tornarem patrões serão automaticamente desligados do quadro social." 192

O mesmo estatuto destacava como primeiras finalidades da entidade:

"a) reunir todos aqueles que exerçam a sua atividade na profissão de operário metalúrgico;  
b) promover pelos meios ao seu alcance, a melhoria das condições de trabalho, pleiteando e defendendo os interesses da classe junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio" 193

Por outro lado, ao listar o seu último objetivo, deixa clara a destinação prioritária dos seus recursos à luta reivindicatória:

---

192 Estatutos do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Porto Alegre.

193 Idem.

"f) adotar medidas de utilidade e beneficência para os seus associados de acordo com as possibilidades financeiras do sindicato, elaborando os regulamentos que forem necessários;"<sup>194</sup>

Vale a pena também apontar a hierarquia estabelecida no campo da "beneficência":

"Art. 29o- A medida que os seus fundos permitam, observada a ordem de precedência deste artigo:  
 a) assistência aos desempregados, compreendendo uma agência de colocação;  
 b) assistência judiciária;  
 c) assistência medica, hospitalar e dentária;  
 d) assistência à família dos associados falecidos;  
 e) cursos de instrução primária e profissional;"<sup>195</sup>

Apesar de colocada em primeiro plano, aparentemente a assistência aos desempregados não se consolidou. Embora tenha sido constituída uma terceira entidade específica em 1934 ( a Caixa de Socorro dos Desempregados do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Porto Alegre) e em vários momentos se cite a

---

<sup>194</sup> Iden. Grifo nosso.

<sup>195</sup> Iden.

tentativa da implantação de uma agência de colocação<sup>196</sup>, não há nas atas de assembleia referência a uma atividade regular nesse campo, e as mensalidades específicas previstas não vieram a ser cobradas, ao contrário das da Caixa de Beneficência.<sup>197</sup>

Os cursos primário e profissional também elencados, embora fartamente debatidos<sup>198</sup> (especialmente no Estado-Novo) não chegam a ser efetivados. Já elementos que se incorporam de fato à atuação sindical são a assistência judiciária (a cargo do próprio sindicato) e a assistência relativa à doença e à morte (na alçada da Caixa).

Uma das causas prováveis para a força destes aspectos no interior da organização operária talvez esteja na sua relação direta com as práticas de solidariedade tradicionais, especialmente em uma categoria com certo grau de

<sup>196</sup> As dificuldades neste sentido podem ser percebidas na AGE nº 63 (29/3/1935), onde diante da constatação de que a Bolsa de Trabalho do Sindicato deixou de funcionar "há meses", é proposta a sua reativação, com a organização do quadro de metalúrgicos desempregados disponíveis para eventuais vagas. Estes fatos são indicativos da tendência de queda do papel do sindicato como instrumento do controle direto do mercado de trabalho. Neste sentido ver Munakata, "A Legislação Trabalhista no Brasil".

<sup>197</sup> As referências que constam são a eleição de uma comissão provisória (AGE nº 38 de 9/3/1934) e a realização de um festival em prol das finanças da entidade (AGE nº 65 de 26/4/1935).

<sup>198</sup> Por exemplo, já na AGE nº 97 (?) (9/4/1937) se debate a proposta de uma escola para os filhos dos associados.

especialização, dimensão numérica relativamente pequena e uma forte rede de laços pessoais.

Ao entrevistar uma liderança comunista da época, questionei a respeito da intensidade da repressão durante o Estado Novo e sobre os elementos que possibilitavam à militância a continuidade do trabalho político nas fabricas e nos bairros, e sua resposta salientou como fator determinante a camaradagem presente nas relações interpessoais:

"...todo mundo tinha um apelido, e isso era uma ligação assim um tanto íntima, não era um problema do partido ou do sindicato, é que se conseguiu esta unidade do ponto de vista geral. Se sabia qual era o dia do aniversário do Fulano, de Beltrano, da filha, da mulher, sabia aonde é que o cara ia, se jogava futebol, quem é que gostava de beber,... havia uma certa intimidade, que se transformava numa espécie de família, família ampliada..."

Posteriormente, ao ser perguntado se a prática das comissões para visitar os sócios doentes estava relacionada a esta camaradagem, o mesmo entrevistado comentava:

"...era exatamente isso, a Angelina, companheira do Rochadel (N. do a. : outro dirigente comunista do Sindicato dos Metalúrgicos) ela mandava me chamar em casa para ir tratar de um problema deles lá, do filho que não sei o que é tal, e eu tinha que ir, quer dizer, tal era o crédito que as famílias davam aos elementos do partido... se sabia às vezes por que o companheiro não veio na assembleia, se justificava a falta. Isso tem uma importância não só do ponto de vista social, mas do ponto de vista revolucionário, quer dizer, o cara é revolucionário não é porque quer morte, ... o cara é revolucionário porque quer a vida"<sup>199</sup>

Na interpretação deste dirigente, as fontes irradiadoras desta camaradagem seriam as células de empresa do PCB. Podemos questionar a idéia de que este impulso parta do partido, mas imaginando o grau de afinidade mais estreito e a cumplicidade dos comunistas face à repressão, é fácil compreender que a intensidade deste relacionamento seja profundamente acentuada no seu meio. A camaradagem partidária reflete porém apenas uma configuração peculiar de valores profundamente enraizados nas tradições da cultura operária.

A exaltação da solidariedade como valor político permeando das relações interpessoais à construção coletiva de instrumentos de organização pode também ser percebida na matéria d'"A Voz do Trabalhador" que relata uma assembleia do

---

<sup>199</sup> Entrevista realizada com Elóy Martins, 17/01/92. Rochadel, tido como o maior "greveiro" do sindicato veio a "furar" pela primeira vez um movimento paredista depois de morto. Foi a greve dos coveiros que, sob influência do PCB, concordaram em providenciar o seu enterro pelos fundos do cemitério.

sindicato. Nesta sessão, após ser aprovada a compra de um exemplar semanal por cada metalúrgico sindicalizado e realização de coletas periódicas em benefício do jornal, observou-se um minuto de silêncio pela morte de um metalúrgico, passando-se a seguir a "...diversos assuntos de real importância para a classe...", ao que a matéria conclui:

**"Todas as vezes que uma nova pedra é colocada no nosso edifício de solidariedade proletária, é mais uma brecha que se abre para clarear os cérebros inconscientes e o obscurantismo recebe mais uma violenta rajada de claridade"**<sup>200</sup>

No próprio espaço coletivo do sindicato, neste primeiro momento, aparecem iniciativas de solidariedade que extrapolam os auxílios estabelecidos pela Caixa, como listas para arrecadar contribuições para operários (sindicalizados ou não) que se encontram com enfermidades graves e/ou prolongadas<sup>201</sup>. Além disso, há a prática do amparo

---

200 "A Voz do Trabalhador", nº 23 17/3/1934.

201 Por exemplo, na ata nº 68, de 14/6/35.: "...o segundo secretário lê uma notícia do Correio do Povo sobre um companheiro metalúrgico que não é sindicalizado e que se acha gravemente enfermo e na extrema miséria. um camarada do plenário pede para os demais companheiros que façam subscrições nos estabelecimentos aonde trabalham para socorrer este camarada assim como foi feita uma coleta na seção que rendeu a quantia de 17\$400 que foi entregue ao dito camarada...". Ou nas AGEs nº 38 (9/3/1934) quando se faz a homenagem a um camarada doente e nº 51 (31/8/1934) onde se levantam auxílios para "um sindicalizado enfermo e outro hospitalizado", definindo-se por passar listas nas fábricas e dividir o total entre os dois.

psicológico aos doentes<sup>202</sup> e às famílias dos falecidos, através das comissões de visitas, e da homenagem aos que partiam na forma de um minuto de silêncio nas assembleias.<sup>203</sup>

A intensificação da repressão, posteriormente, gera outros motivos de solidariedade, como as prisões de vários dirigentes e a deportação do 2º secretário do Sindicato e líder comunista Millan Knafelz, em Janeiro de 1935, em decorrência da tentativa de greve geral dirigida pela Federação Operária<sup>204</sup>.

É importante salientar que a criação de laços de sociabilidade no interior da categoria para além da luta reivindicativa representava também uma maneira do sindicato afirmar-se frente a outras iniciativas voltadas à arregimentação dos trabalhadores, como os Círculos Operários da Igreja Católica e a política assistencial que alguns

202 Como nas AGEs nº 82 (24/1/1936) ,com a tirada de um comissão para visitar os sócios José Baldelino Lemes e João Wietti e nº 101 (20/8/1937). com a mesma iniciativa em relação a outros dois associados (Campos e Ferreira).

203 Na ata 38, de 9/3/34 : "...Passando nos assuntos gerais o camarada presidente pede à assembleia que se recolhesse um minuto de pé para render homenagem à morte do camarada Armando Coelho o qual já de tempo achava-se doente na Santa Casa." Já na AGE nº 89 (20/3/1936) manifesta-se um voto de pesar por companheiros mortos recentemente.

204 As cartas de Millan pedindo auxílio, assim como o encaminhamento de uma coleta neste sentido, articulada à divulgação de uma noção contra a "Lei-Monstro" , como era chamada a Lei de Segurança Nacional já então em discussão e que seria promulgada em Abril de 1935, encontram-se nas AGEs nº 60 (1º/3/1935) e nº 61 (15/3/1935).

industriais passavam a adotar de forma pioneira, como era o caso em Porto Alegre de A.J. Renner, proprietário de uma das maiores indústrias têxteis do país.<sup>205</sup>

Enquanto valor característico da cultura política operária, a solidariedade também se manifesta na relação com outras categorias. São freqüentes as manifestações de apoio como aquelas dirigidas aos trabalhadores da Leopoldina Railway<sup>206</sup>, aos portuários de Santos<sup>207</sup> ou aos metalúrgicos do Rio de Janeiro<sup>208</sup>.

Dentre a relação com categorias mais próximas, a solidariedade era muito forte em relação aos trabalhadores têxteis, o que será analisado com mais detalhe quando tratarmos da greve de 1935.<sup>209</sup>

---

205 As confraternizações, a assistência e até mesmo o banco criados por Renner para atender aos seus operários colocavam-no como um dos principais "concorrentes" a serem superados pelo sindicalismo no período segundo Elóy Martins.

206 AGE nº 43 (27/4/1934).

207 AGE nº 51 (31/8/1934). Houve polêmica sobre o apoio material a ser oferecido, sendo a opinião contrária de um dos "camaradas" (Fritz Kunz) rechaçada sob a argumentação de que "todos os trabalhadores merecem o nosso apoio. Além da passagem de listas nas fábricas, foi aprovado que a diretoria aportasse uma quantia não especificada.

208 AGE nº 78 (8/11/1935)

209 Essa relação foi salientada na segunda entrevista de Elóy Martins ao autor.

**Regras de funcionamento e caráter da Caixa de Beneficência**

Os estatutos da Caixa de Beneficência, aprovados em 03 de Abril de 1934 estabeleciam para os associados auxílios pecuniários diários por até 3 meses (no primeiro mês, 3\$000, no segundo, 2\$500, e no terceiro, 2\$000) e um auxílio de 200\$000 para a família em caso de falecimento.

Uma reformulação estatutária em Outubro de 1935 explicita a compreensão sobre o espaço e o papel da entidade:

**"Dedicatória:**

Não são as caixas beneficentes que resolverão os problemas que preocupam e agitam os trabalhadores; teremos que reivindicar e conquistar muito mais, e para isso devemos nos arregimentar e nos organizar em torno do nosso sindicato, pois só coletivamente e nunca individualmente poderemos pleitear medidas que venham deveras garantir melhorias das nossas condições de existência.

Decidimos fundar uma Caixa de Beneficência anexa ao sindicato, para que se possa amenisar um pouco a miséria angustiosa que quase sempre entra junto com a doença no lar do operário. (...)

Das finalidades:

**Art. 1º** Tem essa caixa de beneficência por fim socorrer os associados enfermos, quando por virtude de enfermidade estiverem incapazes de ganhar a subsistência."210

Como se percebe, o auxílio assegurado não se refere ao pagamento de despesas médicas, mas ao rendimento que o associado estaria impossibilitado de obter com seu trabalho, o que vai sendo gradativamente transformado posteriormente.

Nota-se também o caráter fortemente personalizado das relações mantidas entre os membros da caixa em outros itens do mesmo estatuto como os que estabelecem que o dinheiro do benefício seria entregue semanalmente na casa do associado

---

210 Estatuto da caixa de beneficência, versão de outubro de 1935;

por um diretor, ou que ocorrendo a morte do beneficiário e na ausência de familiares ou amigos o próprio sindicato se encarregaria de providenciar os funerais.<sup>211</sup>

Esses itens demonstram com clareza a inserção de um mecanismo como a Caixa no interior das práticas tradicionais de solidariedade que perpassavam a organização sindical, como as que apontamos acima.

Há um forte contraste entre estes mecanismos de institucionalização de uma prática de solidariedade e o caráter mercantilizado de prestação de serviços que a assistência prestada pelo sindicato vai posteriormente adquirindo.

É importante destacar que este período é marcado por forte mobilização e disputa sobre a aplicação e ampliação da legislação trabalhista e pela ruptura entre a Federação Operária do Rio Grande do Sul e a IRT, passando inclusive por um momento de adesão dos sindicatos gaúchos à livre sindicalização.

Já dentro do sindicato estão em curso neste momento dois processos simultâneos e interligados que irão também acentuar a relação das redefinições da questão da beneficência com a disputa de concepções sindicais diferentes. Um deles é a polarização entre o setor vinculado

---

<sup>211</sup> *Idem*, artigos 3º e 11º .

à Inspetoria e uma ala esquerda capitaneada pelos comunistas e envolvendo diversos sindicalistas independentes<sup>212</sup>. O outro é o avanço da implantação de diversos mecanismos de controle e intervenção por parte da IRT (e posteriormente da DOPS) no funcionamento da entidade transformando completamente o caráter da sua atuação.<sup>213</sup>

Os efeitos deste novo momento , entretanto, não levarão a mudanças imediatas na relação entre sindicato e assistência. Ainda em Julho de 1935, percebemos a busca de novas formas de organização da mutualidade preservando a sua distinção em relação ao papel do sindicato como órgão de reivindicação:

**"Pede a palavra o companheiro Jerônimo Baptista e faz ver aos camaradas a necessidade de se unir e faz uma proposta que os camaradas estudem a idéia de criar grupos de vinte camaradas, estes no caso de doença de um do grupo será cobrado 1\$000 para auxiliar o enfermo. Esta idéia será muito vantajosa para os operários em geral".<sup>214</sup>**

Por outro lado, o texto do estatuto de Outubro de 1935, quando comparado com o anterior, já aponta para o estreitamento da vinculação orgânica sindicato/caixa, ficando

212 Ver itens 2.1 e 3.1 deste capítulo.

213 Ver item 4 deste capítulo.

214 Ata nº 71 da assembléia de 12/7/35, a mesma proposta foi debatida e esclarecida nas AGEs nº 72 (2/8/1935) e nº 73 (9/8/1935).

estabelecido um repasse de uma parcela da arrecadação do primeiro para a segunda, e reduzindo-se a contribuição específica desta. A fiscalização das finanças da caixa, além disso, passa a ser efetuada também pelo Conselho Fiscal do Sindicato.<sup>215</sup>

Já em Agosto de 1936, inicia-se a fase final da redefinição do caráter da beneficência no interior da organização dos metalúrgicos, com a tentativa de fusão entre a Caixa e o Sindicato, e o pagamento de uma mensalidade única. Na primeira oportunidade em que foi proposta esta medida foi rejeitada, tendo se oposto a ela até mesmo um dos expoentes do getulismo entre os metalúrgicos, o ex-presidente José Baldelino Lemes. A argumentação dos opositores da medida em síntese era a seguinte:

---

<sup>215</sup> A reformulação neste sentido foi aprovada em AGE nº 76 (4/10/1935), onde foi eleita uma nova diretoria e ficou decidido que o mandato desta terminaria junto com a do sindicato.

"...o sindicato, com o apoio de tal proposta ficava com finalidade quase que exclusivamente beneficente..."<sup>216</sup>

Porém, após 7 meses de disputa<sup>217</sup>, no auge do controle policial sobre a entidade, a vinculação foi aprovada. Pouco antes desta decisão, já haviam sido criadas duas faixas de mensalidade, dando direito a benefícios igualmente distintos<sup>218</sup>.

Começa a se processar a mercantilização da assistência, com a proliferação de convênios (médicos, dentistas, laboratórios, hospitais,...) aonde o associado teria direito a um serviço inteiramente gratuito ou com algum

---

216 AGE nº 90 (21/08/36) . a "celeuma" foi tão grande que a mesa lutou desesperadamente para conter o plenário recorrendo ao uso de tímpanos. Na mesma assembleia foi aprovada a anexação de um gabinete dentário (com discussão da tabela de preços e votação do contrato a ser adotado), o que prenuncia o caráter de prestação de serviços, mas por outro lado rejeitou-se a proposta de que a Caixa cobrisse o pagamento de despesas médicas em caso de urgência, mantendo a relação entre o auxílio prestado e a perda da remuneração do trabalho ao qual o doente estava impossibilitado.

217 A polêmica aparece nas AGEs nº 91 (20/11/1936), nº 94 (?) (4/2/1937) e nº 95 (5/3/1937).

218 AGE nº 94 (?) (4/2/1937) . Sintomaticamente, no debate destas medidas o sindicalista Bruno Reginato a elas se contrapôs alegando que a Diretoria ao propô-las desconhecia as necessidades dos associados e recebeu como resposta que ele desconhecia as necessidades do sindicato, numa clara demonstração do distanciamento entre a entidade e sua base.

desconto<sup>219</sup>. Esta nova compreensão da questão pode ser percebida por exemplo nesta ata:

"...O Sr. presidente demonstrou ao plenário o andamento financeiro da Caixa de Beneficência e esplanou mais uma vez por que motivos que lhe levaram a tomar determinadas providências em torno da mesma, tais como sigam, cobrar as fichas de assistência médica do sindicato a fim de evitar certos abusos que vinham se verificando por alguns associados..."

"...Foi também aprovada e aceita a proposta do Instituto de Radiologia dos Srs. Nestor e Carlos Barbosa, os quais nos propunham o abatimento de 50% nas radiologias por eles tiradas, sendo também resolvido que tal assistência correrá por conta do associado".<sup>220</sup>

Já em 1938, completado o processo de transformação no funcionamento da entidade que se desenvolvia desde a primeira intervenção em 1935 até o golpe do Estado-Novo, os serviços da Caixa passam a ser usados explicitamente como chamarizes para a sindicalização:

---

<sup>219</sup> A primeira decisão neste sentido encontra-se na AGE nº 92 (20/11/1936), onde se estipula que a caixa cobriria até 3 consultas médicas e odontológicas dos seus associados por ano. Nesse sentido, se envia ofício ao Sindicato dos Médicos solicitando a sua colaboração para "facilitar" este auxílio.

<sup>220</sup> Ata nº 114 da assembleia de 4/11/38. Anteriormente já havia se estabelecido um convênio com a clínica dos Ferroviários a fim de garantir um desconto de 40% no uso de serviços de laboratório, cfe AGE nº 97 (?) (9/4/1937).

"...seria prudente fazer uma campanha pró-sócios novos...os que quiserem (usufruir) dos direitos da beneficência conforme o nosso regulamento interno (isto é , dentro de (6) meses) terão que pagar no seu ingresso nessa entidade a quantia de quinze mil reis (15\$000). E os que quiserem entrar conforme facilita a campanha poderão ingressar somente com a importância de sete mil reis (7\$000) e só terão direito à assistência da caixa de beneficência depois de um ano de seu ingresso...antes do tempo de contemplação... somente será atendido tudo o que se refere à assistência junto ao Ministério do Trabalho".<sup>221</sup>

Busca-se claramente substituir o apelo à participação que a vida associativa antes propiciava por um leque de serviços prestados, cada vez mais ampliados especialmente após a criação do imposto sindical, ocorrida em 1941.

Entretanto, a tentativa de consolidar o caráter assistencial do sindicato não obtém sucesso imediato. As assembleias se esvaziam e perdem regularidade, algumas eleições não obtém quórum, o número de associados quites cai rapidamente, os diretores abandonam suas funções ou nem

---

<sup>221</sup> Ata nº 115 da assembleia de 02/12/38. É interessante notar a identificação das ações trabalhistas junto ao Ministério do Trabalho como um tipo de "assistência" e não como parte da ação reivindicatória. Comentaremos adiante o significado deste deslocamento.

chegam a assumi-las.<sup>222</sup> Este quadro só começa a ser revertido após 1942.<sup>223</sup>

Com a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários, o antigo papel de intermediador entre trabalhadores e Estado que o sindicato já assumira em relação à IRT passa a ser exercido também com relação a esta nova instituição, no âmbito da saúde e previdência<sup>224</sup>.

A assistência prestada pela entidade comporta cada vez mais um forte elemento de desconfiança e controle sobre os associados .As antigas comissões de visita aos doentes, por exemplo, são substituídas por comissões de sindicância para averiguar se não está ocorrendo um "abuso do direito associativo"<sup>225</sup>. Este controle se acentua com a exigência de

222 Idem, onde consta a demissão de Bruno Reginato e Ignacio S. Rodrigues, por exemplo, ou Ata nº 118 de 10/03/39, onde a eleição de uma nova diretoria é anulada em função da falta de quórum .Havia 181 associados quites, com a necessidade de 121 votantes contra 50 que compareceram. Em 31/12/37 o número de associados quites ainda era de 378.

223 Ver item 10 deste capítulo.

224 A criação de um Instituto de Aposentadorias e Pensões era uma antiga reivindicação da categoria, tendo sido proposto o estabelecimento de uma frente única para lutar neste sentido (AGE nº 48 de 20/7/1934), criadas comissões para o seu encaminhamento (AGE nº 49 de 1º/8/1934) e estabelecida a troca de correspondência com uma congênere do Rio de Janeiro (AGE nº 51 de 31/8/1934) . Infelizmente, não possuímos elementos para comparar a proposta esboçada pelo sindicato e a que acabou sendo implementada pelo governo durante o Estado-Novo.

225 A Ata nº 122 de 07/07/39 decide criar um formulário próprio para controle dos enfermos.

atestados médicos do sindicato e IAPI para o gozo do auxílio que é reduzido para 20 dias.

Mesmo a revitalização da atividade sindical durante e após as greves de 1945 não reverterá mais o caráter adquirido pela assistência prestada na entidade. A polêmica a este respeito concentra-se agora na expansão ou não do acesso aos benefícios, através da redução do prazo de carência para 60 dias, assim como de uma re-ampliação do período de desfrute igualmente para 60 dias, além do aumento do valor do auxílio-funeral.<sup>226</sup>

A estrutura sindical atrelada ao Estado já se encontrava então implantada, e nela a assistência-serviço consolidava seu papel fundamental. A disputa agora se daria sobre a sua gestão e seu peso na máquina sindical.

---

226 AGE nº 22 (27/7/1945).

## 2) REIVINDICAÇÕES , NEGOCIAÇÃO E CONFLITO

### 2.1) Legislação trabalhista, relacionamento com a Inspeção Regional do Trabalho e os patrões

O período entre 1931 e 1937 é marcado pela criação de uma série de leis trabalhistas por parte do Estado sem que este se mostre efetivamente capaz de assegurar o gozo dos direitos por elas prescrito.

Conforme analisamos no capítulo anterior, a busca por assegurar o cumprimento e a generalização de um leque de direitos básicos contra a resistência empresarial e a cooptação de parcela dos representantes do aparelho de Estado dará a tônica da primeira crise da relação entre trabalhadores e a política trabalhista varguista entre 1933 e 1934 (expressa em Porto Alegre pela greve dos padeiros).

Nos anos seguintes, assiste-se à continuidade da luta pela efetivação destes direitos no difícil contexto do acirramento da repressão e da criação de mecanismos de controle e intervenção no cotidiano sindical.

Podemos perceber também os prenúncios da transformação das reclamationes trabalhistas em questões

técnicas que se completará no Estado-Novo através da criação da figura do Assessor Jurídico Sindical.<sup>227</sup>

As tendências pró e anti-Vargas conduziam seu enfrentamento em torno de um terreno comum: havia leis e elas não eram cumpridas. Assim, analisando não tanto a manifestação doutrinária da imprensa operária mas a condução concreta dada à ação e às entidades sindicais verificaremos que tanto reconhecia-se, de um lado, que a luta era agora travada centralmente no terreno legal quanto, de outro, que a efetivação dos direitos encontrava resistência patronal que teria que ser superada de algum modo. As divergências se davam sobre o grau de autonomia da ação dos trabalhadores neste sentido.

Se o comunista Elóy Martins marcava posição numa assembléia realizada sob intervenção no sindicato discursando que quando não havia leis os trabalhadores se entendiam melhor, aproveitava o diagnóstico sobre a miséria registrada no momento e questionava o Inspetor Regional do Trabalho

---

<sup>227</sup> Na AGE nº 94 (?) (4/2/1937) a contratação do assessor é recusada, sob a alegação de que não havia condições de pagar no momento. Porém, já na AGE nº 90 (21/8/1936) podemos constatar a sua atuação, pelos ofícios perguntando sobre o recibo de um acerto feito entre um trabalhador e sua empresa, assim como pelo pedido de uma relação das reclamações junto à IRT sem solução. Na mesma assembléia, o ex-presidente José Baldelino Lemes manifesta o seu descontentamento declarando que o "assessor" apenas vive às custas dos trabalhadores.

presente sobre a possibilidade de se fazer campanha em prol do salário mínimo.<sup>228</sup>

Já o Deputado Classista Carlos Santos quando intervinha para afiançar que 1930 trouxera vantagens para os trabalhadores era forçado a reconhecer que os patrões não queriam cumprir as leis, e solicitar aos sindicalizados que fizessem força para ajudar.<sup>229</sup>

Por outro lado podemos perceber também o avanço da tendência a converter o sindicato em intermediário nas relações capital/trabalho, com medidas como a vinculação do gozo das férias e o encaminhamento de reclamações às juntas de Conciliação e Julgamento à sindicalização<sup>230</sup>. De um lado, os sindicalizados outorgam às entidades poderes para gestionar os benefícios que a lei lhes faculta, de outro os patrões dirigem-se a elas realizando cobranças sobre a conduta dos associados no trabalho e justificando as suas atitudes no cumprimento ou não da lei.

Tomemos um caso, ou melhor, um "causo" para melhor ilustrar as complexas situações vividas pelos sindicatos neste momento.

---

228 AGE nº 81 (13/12/1935)

229 AGE nº 76 (04/10/1935)

230 A esse respeito, ver Munakata, Kazumi, "A Estrutura Sindical no Brasil".

Em Junho de 1935, um associado solicita informações sobre o encaminhamento do seu pedido de férias. O vice-presidente do sindicato esclarece que IRT concedera ao trabalhador em questão apenas 5 dias de férias, atendendo à alegação da empresa de que o seu empregado não tinha hora para pegar no serviço, tomava chimarrão com o dono, enfim, era quase como um sócio. O sindicato decide ir à IRT tentar resolver a "questão",<sup>231</sup> mas também escolhe uma comissão para verificar com o companheiro se a firma dizia mesmo a verdade.<sup>232</sup>

O efetivo gozo das férias era uma das principais reivindicações dos trabalhadores no período, e as atas das assembleias estão recheadas de referências às orientações do DNTIC sobre a "justa" interpretação da Lei de Férias<sup>233</sup>, ao encaminhamento de processos neste sentido junto à IRT e à necessidade da observância das formalidades necessárias<sup>234</sup>, à autorização de associados para que o sindicato tratasse das

---

231 AGE nº 68 (14/6/1935)

232 AGE nº 69 (???)

233 AGE nº 42 (20/4/1934)

234 AGE nº 65 (26/4/1935)

suas férias<sup>235</sup> e mesmo a uma greve em fábrica motivada pela concessão de férias apenas para alguns trabalhadores.<sup>236</sup>

O "desprestígio" e a má-vontade dos empresários para com a lei de férias, por outro lado, era reconhecido mesmo pelos baluartes do oficialismo no meio sindical, como o Deputado Classista Carlos Santos<sup>237</sup>.

Entretanto, conforme vimos no "causo" acima, a construção da legitimidade do exercício de um direito básico como este passava por mediações bastante complexas. Ao tentar descaracterizar o vínculo empregatício (o trabalhador era "quase um sócio"), o empresariado busca identificar a letra fria da lei com a quebra de uma suposta reciprocidade presente nas relações de trabalho (de modo similar, muitos industriais costumam referir-se aos seus empregados como "colaboradores").

A reação sindical, por outro lado, se encontrava também permeada por uma ética do trabalho que a fazia sensível a este tipo de argumentação. Assim ao invés de considerar o direito às férias integrais como um dado, se tira uma comissão para verificar se o que dizia a empresa era "verdade".

---

235 AGE nº 73 (9/8/1935)

236 AGE nº 81 (13/12/1935)

237 AGE nº 91 (12/11/1936)

De fato, o enfrentamento deste tipo de situação tocava em algo muito caro aos operários organizados: seu orgulho profissional.

A observância da disciplina no trabalho, por exemplo era vista por muitos como pré-condição para o exercício de um papel reivindicatório ativo. Ao contrário do que alguns trabalhos parecem supor, esta defesa da disciplina não se reduzia a uma estratégia do PCB, sendo compartilhada pelo conjunto dos trabalhadores e de outro lado não implicava uma atitude passiva frente às lutas fabris<sup>238</sup> .

Assim, o mesmo sindicalista Nery Zamora<sup>239</sup> que intervêm numa assembléia geral para fazer uma ardente defesa da disciplina nas fábricas e da necessidade de se evitar "divergências" com os patrões<sup>240</sup> volta a se pronunciar depois de 2 meses para destacar que a Inspetoria Regional do Trabalho foi criada apenas para tapear os trabalhadores, e que sem luta nada se conquista <sup>241</sup>.

---

<sup>238</sup> A associação entre defesa da disciplina e estratégia do PCB é levantada por Munakata, "A Estrutura Sindical no Brasil".

<sup>239</sup> Zamora, na luta desde a década de 20, depois de muito tempo inativo filiou-se ao PCdoB com 87 anos em 1991, segundo Elóy Martins.

<sup>240</sup> AGE nº 73 (9/8/1935)

<sup>241</sup> AGE nº 77 (18/10/1935)

O sindicato buscava afirmar-se como negociador das condições em que se desenvolvia a relação capital X trabalho com base no reconhecimento da capacidade e seriedade de sua base. Além disso, era cobrado<sup>242</sup> e se sentia responsável<sup>243</sup> pela postura profissional dos seus associados, de modo semelhante ao que já mencionamos em relação aos padeiros.

Elementos como disciplina, capacitação profissional, respeitabilidade, somados a um intenso trabalho de organização de base eram fundamentais para fortalecer a capacidade de negociação frente aos empresários, e tornam-se imperativos à medida que se acirrava a desconfiança na mediação do Estado, expressa na IRT<sup>244</sup> e nas juntas de conciliação e julgamento, para as quais o sindicato nomeia o

---

242 Na AGE nº 86 (6/3/1936) por exemplo uma construtora pede certificado de conduta de um sindicalizado e na AGE nº 86 (6/3/1936) uma Firma remete ofício ao sindicato condenando outro por abandonar o emprego.

243 Na AGE nº 90 (21/8/1936) decide-se pela expulsão do associado Osvaldo Rocha por ter praticado atos desabonadores à empresa Micheletto.

244 Na AGE nº 55 (26/10/1934), após relato das reclamações trabalhistas encaminhadas à Inspetoria e das divergências acerca das providências adotadas, foi aprovado que só se recorreria àquela repartição a pedido do sindicalizado. Posteriormente, esta posição oscilou de acordo com o desenvolvimento da luta interna do sindicato até que as intervenções acabaram afirmando o oficialismo na entidade. Permaneceram entretanto as constantes críticas aos procedimentos da IRT. O andamento dos processos trabalhistas é relatado regularmente nas assembléias da entidade, cfe por exemplo AGE nº 99 (??/??/??)

seus principais dirigentes. (Presidente, Vice, Secretário) além de mais um associado<sup>245</sup> .

Mas o exercício do poder de negociação da entidade irá se manifestar efetivamente nas convenções coletivas de trabalho, sobre as quais possuímos como único registro o desenvolvimento das negociações com a empresa Cipriano Micheletto.

A primeira proposta patronal foi discutida em assembléia com a presença e a análise do Inspetor Regional do Trabalho . O plenário considerou pouco o índice de 25% no acréscimo do pagamento para as horas-extra, apesar da justificativa do associado Bruno Reginato de que a firma concedia uma folga de meia hora quando o trabalho passasse de 10 hs diárias. Se realizou a contraproposta de 100% quando o total de horas-extras excedesse 2 horas .Além disso, foi proposto que ao invés do pagamento de um total mensal das percentagens o mesmo fosse discriminado por semana. Com base nestes itens, a convenção foi rejeitada,<sup>246</sup> o que tornou a acontecer com uma segunda<sup>247</sup> e uma terceira propostas, sendo

---

<sup>245</sup> Cfe AGEs nº 66 (10/5/1935) e nº 94 (?) (27/1/1937), onde se destaca que as horas perdidas pelo membros da junta correrão por conta das respectivas firmas.

<sup>246</sup> AGE nº 83 (29/2/1936)

<sup>247</sup> AGE nº 84 (7/2/1936)

que nesta última o item recusado referia-se à obrigatoriedade da realização do "serão" caso o patrão assim desejasse.<sup>248</sup>

Não sabemos em que termos a negociação foi concluída, mas temos registro do controle posterior do sindicato sobre o seu cumprimento, como o ofício remetido à empresa chamando a atenção para um desvio da convenção.<sup>249</sup> Constatamos assim que mesmo num dos momentos de repressão mais aguda à sua atuação, o sindicato conseguia afirmar-se como interlocutor para a negociação direta ao menos frente a parcela do empresariado.

## 2.2) A GREVE DE 1935

Os desdobramentos da greve dos padeiros em 1934 apareceriam em um duplo recrudescimento. De um lado a FORGS passa a assumir um discurso cada vez mais radical e, a partir daí, claramente partidarizado<sup>250</sup>. De outro, a repressão policial adquire caráter progressivamente violento, incluindo

---

<sup>248</sup> AGE nº 88 (18/3/1936)

<sup>249</sup> AGE nº 90 (21/8/1936)

<sup>250</sup> A expressão orgânica da partidarização da FORGS é a fundação da Liga Eleitoral Proletária, LEP, criada e mantida pela Federação para concorrer às eleições de 1934, que declara publicamente em seu manifesto seguir a "linha revolucionária do Partido Comunista do Brasil - seção da I.C.". ver Petersen e Lucas, op. cit. p.405

grande número de prisões de líderes operários e grevistas e o assassinato seletivo de lideranças do PCB no estado.

Já em 1934 cresce a associação por parte da imprensa e do governo entre qualquer luta reivindicatória e a ação de "elementos extremistas". Esse discurso, reforçado por acontecimentos como a greve dos trabalhadores têxteis e metalúrgicos em janeiro de 1935 acabará servindo de sustentação para a edição da Lei de Segurança Nacional em abril de 1935.

O primeiro resultado da intensificação da repressão a atingir os metalúrgicos de Porto Alegre foi a prisão e deportação do dirigente sindical Millan Knafelz **251**.

No mesmo período, Elóy Martins denuncia a prisão de uma caravana operária (composta de vários "proletários manuais") em Santa Maria e solicita a presença dos associados do sindicato na assembléia da FORGS para a realização de um protesto. **252**

Paralelamente, verifica-se a ocorrência de Greves por fábrica na categoria. A da empresa Schmeling e Hergfeltz, por

---

**251** Na AGE nº 52 (14/9/1934), registra-se a intervenção de Policarpo Hibernon Machado defendendo a luta pela libertação de Millan até a greve se necessário fosse. Já na AGE nº 53 (28/9/1934) registra-se o relato do empenho em prol da sua libertação e delibera-se que o assunto ficará permanentemente em pauta até que se encontre uma solução.

**252** AGE nº 52 (14/9/1934)

exemplo, foi motivo de polêmica em função de ter sido decretada sem conhecimento prévio do sindicato. **253**

O ano de 1935 inicia sob o signo das greves. Mal os marítimos encerram a sua paralisação nacional os operários em fábricas de tecidos de Porto Alegre lançam uma plataforma de reivindicações e, não sendo estas atendidas, no mesmo dia (11/01/1935) estão em greve.

Eis o Memorando enviado pelos grevistas ao diretor da Fiação de Tecidos Porto-Alegrenses, Dr. Anibal Di Primio Beck:

---

**253** AGE nº 55 (26/10/1934). Antônio Penedo intervêm no sentido de que não se deve ir à greve sem autorização do sindicato. Lúcio Figueiredo discorda. Já Elóy critica atuação do delegado de fábrica, que é censurado. Por fim é lido um ofício com as reivindicações e nomeada uma comissão para negociar junto com os grevistas (Pinhão, Elóy, Manetzeder).

"Diretoria do Sindicato dos Operários em Fábrica de Tecidos, refletindo os interesses e as aspirações dos operários deste estabelecimento vem apresentar a v.s., as seguintes reivindicações abaixo que são apoiadas por todos os trabalhadores têxteis, pedindo resposta imediata, pois a situação dolorosa em que se encontram os operários e as operárias não permitem mais delongas e esperas:

- Salários - 50% de aumento em geral para todos os trabalhadores que ganhem até oito mil réis inclusive e 30% para os que ganham mais de 8\$000 diários. Salário igual para ambos os sexos. Aumento de 20% nas diárias até 12\$000. Aumento de 10% nas diárias de 12\$000 para cima. Diária mínima de 15\$000 para os tecelões e pagamento de excesso, quando houver. Salário hora de 1\$500 para as urdideiras (tarifas diárias). Salário hora de 1\$200 para as limpadeiras de peça. Salário hora de 1\$000 para as amarraceiras de teia.

- Sábado Inglês - Efetivação do verdadeiro sábado inglês, isto é, trabalhar meio dia e receber o dia inteiro. No caso de trabalho por tarefas e de horistas o dia integral do sábado é calculado pela média do recebido nos outros dias da semana.

- Férias - Pagar desde 1º de janeiro para evitar paralisação da Fábrica, não sendo descontados os dias em que o operário ficar parado por conveniência do patrão. Abolição das férias parceladas. 15 dias de férias. Tomar resoluções de todos os casos particulares que possam se apresentar a este respeito de acordo com a Diretoria do Sindicato.

- Serões - Deverão ser abolidos normalmente os serões para todos os operários e particularmente para os jovens e mulheres por prejudicarem a saúde dos trabalhadores; no caso de absoluta necessidade os serões serão feitos com o pagamento de 50% de extraordinário e no prazo máximo de duas horas para os adultos e de uma hora para as mulheres e os jovens.

- Jornada de trabalho - Tecelagem: dois dias somente para o corte de teia; o tempo excedente será pago pelo estabelecimento a razão de 15\$000 diários.

- Carbonização - Respeito a lei concernente as indústrias insalubres, isto é, 6 horas diárias e pagamento de 8 horas.

- Higiene e condições de trabalho - Maior higiene das mulheres cuidadas por uma mulher. Arejamento das seções e mais ventilação. Filtro ou talha com torneira. Melhor tratamento por parte do encarregado de tinturaria. Luvas de borracha e roupa de trabalho, apropriada para o apresto (carbonização).

- Aprendizagem - Serão considerados somente aprendizes durante 20 dias, sendo depois desse prazo não considerados como tais, devendo receber uma máquina e perceber como os demais operários. Classificação obrigatória no fim de 2 meses, exceto os aprendizes classificadores que serão classificados no fim de 6 meses.

- Reivindicações gerais - Reabertura do portão geral. A assinatura do livro 'Ponto' assegurará o direito à diária. Colocação de relógios em todos os teares de pano.

Sem mais, atenciosamente, a Diretoria do Sindicato dos Operários em Fábrica de Tecido".<sup>254</sup>

Os empresários negam-se a negociar, alegando que havendo uma legislação social em vigor não se entenderiam diretamente com os grevistas, e solicitariam ao governo as medidas cabíveis, considerando que se configurava um abandono de emprego.<sup>255</sup> A esta postura, responde a FORGS com o argumento de que os trabalhadores não se entenderiam com "terceiros" (a Inspeção Regional do Trabalho) seguindo

---

<sup>254</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 12.01.1935, p.9 in Petersen e Lucas. "Antologia do Movimento Operário Gaúcho 1870- 1937", pgs 416-418 . Esta pauta dos têxteis, outro sindicato sob hegemonia comunista, ajuda a contestar a tese do afastamento da ação sindical do PCB em relação às reivindicações do cotidiano fabril.

<sup>255</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 13.01.1935, in Petersen e Lucas, op. cit. pgs. 418-422.

conselho dos próprios patrões, que sempre condenaram a presença de "intermediários" nas negociações.<sup>256</sup>

Uma das principais limitações do movimento na categoria têxtil foi o fato de não conseguir a adesão da maior indústria do ramo, a Renner. Dirigida pela principal liderança empresarial do estado no período, A. J. Renner, a empresa se notabilizou como modelo de uma postura avançada no oferecimento de assistência e serviços aos seus operários.<sup>257</sup>

É a partir desta base, e contando com a adesão do ex-dirigente da FORGS, Roman Martirena que o Inspetor Regional do Trabalho, Ernani de Oliveira conduz a ofensiva no sentido de convencer os trabalhadores têxteis da inutilidade da greve e da necessidade de fundar um novo sindicato, já que o atual encontrava-se tomado por "elementos extremistas"<sup>258</sup>.

A imprensa ofereceu sua colaboração à tese de que os operários estariam sendo arrastados à greve contra a sua vontade narrando estorietas como a da operária Eva Lourenço da Silva, que após argumentar com um grupo de grevistas que "era pobre, tinha que sustentar a mãe que é viúva, e por isso

256 Correio do Povo, Porto Alegre, 15.01.1935, in Petersen e Lucas, op. cit. pgs. 422-423.

257 Elóy Martins destaca o fato de que a indústria possuía "...até um banco para colocar o dinheiro do trabalhador...". Entrevista concedida ao autor em 17/01/1992.

258 Correio do Povo, Porto Alegre, 13.01.1935, in Petersen e Lucas, op. cit. pgs. 418-422

voltara ao trabalho" escapara de ser esbordada pela colega Flora Popp apenas por reagir utilizando a tesoura que portava consigo.<sup>259</sup>

A idéia da greve "artificial", conduzida por "agitadores" servia para justificar a feroz repressão arquitetada por empresários e governo com a colaboração de diversos dirigentes sindicais que, assim como o já citado Martirena revelaram nesse conflito seus verdadeiros compromissos.<sup>260</sup>

É nesse contexto que os metalúrgicos, atendendo aos apelos dos têxteis pela solidariedade das demais categorias declaram-se em greve a 16 de janeiro de 1935.

A orientação da FORGS era no sentido do desencadeamento de uma greve geral no estado, havendo já um processo de preparação por parte de mineiros, ferroviários, gráficos da Livraria do Globo e transviários <sup>261</sup>. Nos setores de transportes (transviários e ferroviários) o PCB possuía suas células mais organizadas, em função da capacidade

---

<sup>259</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 17.01.1935, in Petersen e Lucas, op. cit. pgs. 426-428 .

<sup>260</sup> Ao contrário de Munakata, consideramos episódios de confronto aberto como este muito mais reveladores da linha que delimitava os "ministerialistas" no interior do movimento operário gaúcho do que eventuais ambigüidades do discurso da Federação Operária.

<sup>261</sup> Conforme Martins, op. cit., p. 59.

estratégica das categorias em questão influírem na paralisação respectivamente da cidade e do estado.<sup>262</sup>

Enquanto os jornais alardeavam o iminente retorno ao trabalho dos operários das fábricas de tecidos (o que de fato era noticiado desde que a greve iniciara) os metalúrgicos iniciavam o seu movimento.

A tática adotada para promover a greve era a de um "arrastão" partindo do Estaleiro Alcaraz, (situado na Ilha do Chico Inglês, em meio ao Rio Guaíba) e seguindo pelas principais fábricas concentradas no Bairro Navegantes.

Sendo paralisado o Estaleiro por volta das 11 horas da manhã e logo a seguir as oficinas da mesma companhia, os grevistas seguiram rumo à fábrica Berta de fogões (de propriedade do ex-prefeito Alberto Bins) onde foram surpreendidos pela polícia, comandada pelo Delegado da Ordem Política e Social, Dario Barbosa e obrigados a recuar para a sede do sindicato.

Nenhuma outra empresa havia aderido, o que na interpretação posterior de Elóy Martins teria ocorrido em função de dois fatores: a organização dos grupos de fábrica teria sido superestimada e a categoria teria sido traída pelo

---

<sup>262</sup> Ver a esse respeito Marçal, op. cit. p. 41 que destaca o papel de Mário Couto na organização destas duas células.

presidente eleito do Sindicato dos Metalúrgicos, José Baldelino Lemes.

Embora Lemes declarasse à imprensa que, mesmo pessoalmente contrário à greve considerava justas as reivindicações e se encontrava confiante na vitória da categoria,<sup>263</sup> estaria de fato ligado à polícia e teria sabotado o movimento.<sup>264</sup>

Surpreendido pelo vazamento de informações e sem a adesão esperada, a greve conseguiu efetivar-se de modo apenas parcial<sup>265</sup>, e logo no seu terceiro dia receberia o mais duro golpe, com o assassinato do primeiro secretário do PCB no estado, Dr. Mário Couto, o fechamento da FORGS, dos sindicatos dos operários em fábricas de tecidos e dos metalúrgicos e a realização de dezenas de prisões entre as

<sup>263</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 16.01.1935, in Petersen e Lucas, op. cit. pgs. 423-426 .

<sup>264</sup> O relato acima baseia-se fundamentalmente em Martins, op. cit., p. 59. Em função de sua atuação durante a greve, Baldelino foi afastado da presidência do sindicato em março do mesmo ano, assim que as atividades da entidade foram retomadas (cfe AGE nº 60 de 1º/3/1935) sendo entretanto reeleito como vice na assembléia seguinte. A partir daí assumiu publicamente seu papel de defensor do fechamento da FORGS e de colaborador da DOPS e IRT que viria a desempenhar durante todo o Estado-Novo, quando voltou à presidência da entidade.

<sup>265</sup> Segundo o "Correio do Povo" de 19.01.1935, encontravam-se ainda em greve 60% dos operários das indústrias Alcaraz & Cia e Só & Cia, parcela não especificada das empresas Micheletto e Geral de Indústrias e a totalidade dos do estaleiro Martellet & Irmãos. Não teria havido paralisação nas empresas Berta, Wallig, José M. Becker e Habilde. Cfe Lucas e Petersen, op. cit. pgs. 431 a 434.

principais lideranças sindicais da capital e outros grevistas.

A gravidade das medidas repressivas a serem adotadas podia já ser pressentida na recusa do Inspetor Regional do Trabalho em revelar à imprensa na véspera o teor das deliberações adotadas a portas fechadas entre os empresários do setor metalúrgico, a polícia e a Interventoria do Estado

.266

A insistência na atribuição das greves à ação de "extremistas" praticamente definia o principal alvo da repressão. O jovem e, segundo relatos, profundamente

---

266 Correio do Povo, Porto Alegre, 17.01.1935, in Petersen e Lucas, op. cit. pgs 426-428.

carismático<sup>267</sup> Mário Couto era a própria imagem pública da tão temida "agitação comunista". Egresso do movimento estudantil, transitava com desenvoltura no movimento sindical, onde participou tanto da fundação do Sindicato dos Bancários como da organização de outras categorias, tendo sido morto quando contribuía na propagação da tentativa de greve geral para o setor dos transviários.

Na versão de Elóy Martins, Mário Couto reunira-se na noite anterior com membros desta categoria, assumira a redação do manifesto contendo as reivindicações da mesma e marcara um "ponto" em uma movimentada esquina da cidade para entregar o texto a um dos participantes da reunião, o membro da comissão de finanças da FORGS, Quintiliano Lima.

---

<sup>267</sup> Martins, (op. cit. p.64 ) do alto de seus 55 anos de militância comunista apresenta-o como "... o mais jovem secretário político de todos os tempos do PCB no RGS e o mais culto intelectual que já passou pela direção. Não se limitava a conhecer o marxismo, seu campo de conhecimento era de maior extensão, seus trabalhos escritos e orais impressionavam pela clareza e facilidade com que se faziam compreender. Com toda a elevada cultura e graduação médica, não era teoricista nem academicista, sua simplicidade era cativante, colocava todo o seu conhecimento na ação prática...". Já o Correio do Povo que noticiou sua morte destacava "... sua palavra fluente, os seus conhecimentos de inteligência de escol" "Sempre otimista, esboçando um sorriso de grande esperança, declarava francamente que não abandonava seus companheiros e havia de lutar até o triunfo de seus ideais ou perecer" "O jovem médico Rio-Grandense, de gênio afável, comunicativo e palestra muito atraente, apesar da vida que levava nunca caiu no conceito que faziam de sua vasta cultura e vasta inteligência". Esta demonstração de simpatia pela vítima de um assassinato encomendado pela fina flor do empresariado quando toda a edição do jornal está voltada a justificar a repressão impiedosa aos "extremistas" e acobertar com uma versão tremendamente contraditória o episódio é uma pérola de cinismo jornalístico.

Para sua surpresa Quintiliano, num ato de traição, teria conduzido os policiais até o local. Couto ainda conseguiria reagir (sabendo de antemão que seria executado<sup>268</sup>) e tirando a arma de um dos policiais o teria matado assim como ferido a outro e a Quintiliano (que veio a morrer em consequência dos ferimentos).<sup>269</sup>

A morte de Mário Couto insere-se na seqüência de crimes atribuídos pelos comunistas gaúchos à polícia secreta de Flores da Cunha neste período, que incluem o assassinato a machadadas do ex-líder estudantil Waldemar Rippol, o suicídio forjado do jornalista Aparício Cora de Almeida e o aparente envenenamento do gráfico Moaré Martins, dirigente da FORGS e irmão de Elóy Martins.<sup>270</sup>

---

<sup>268</sup> Segundo Martins, após ter sido preso e levado até a fronteira inúmeras vezes, Couto fora levado à presença do Gen. Flores da Cunha, Governador do estado, que lhe oferecera suborno enquanto por outro lado alertava que "a polícia não vai mais perder tempo em te prender...". Martins, op. cit. p. 61

<sup>269</sup> Marçal, João Batista em "Comunistas Gaúchos", pp. 39-43, apresenta outra versão na qual Quintiliano também surge como vítima de uma emboscada policial, juntamente a Couto e outro transviário, Joaquim Braga Costa (o "141") que escapou com vida. Marçal reforça a participação da elite empresarial na decisão de eliminar o líder comunista.

A principal contradição da versão do "Correio do Povo", segundo a qual as mortes teriam ocorrido em um tiroteio no interior da viatura policial está em que Couto, que não estaria armado ao ser preso, teria desencadeado a troca de tiros quando o veículo se colocou em movimento. Por outro lado, Martins arrola uma testemunha visual do incidente na rua (o Dr. Darci Rocha).

<sup>270</sup> Ver Marçal, op. cit. e Martins, op. cit.

O episódio foi a senha para o desencadamento de prisões em massa, como a dos 13 operários que se encontravam no interior da sede da FORGS quando a mesma foi fechada.<sup>271</sup> Além destas, inúmeras detenções foram realizadas nas ruas dos bairros operários afetados pelas greves, a partir do patrulhamento ostensivo realizado pela Brigada Militar.<sup>272</sup>

No dia 22 de Janeiro, o movimento encontrava-se encerrado sem que nenhuma das reivindicações dos grevistas tivesse sido atendidas.<sup>273</sup>

Uma das consequências mais imediatas da greve para o sindicato dos metalúrgicos foi o seu fechamento por quase dois meses. Quando finalmente, em março de 1935, volta a realizar-se uma assembléia, esta é aberta com a leitura de um ofício da 3ª Delegacia de Polícia declarando que passada a greve, o sindicato teria ampla liberdade para funcionar.<sup>274</sup>

---

271 Martins ficou preso por cerca de um mês, sendo libertado pela inexistência de provas sobre o seu vínculo com o PCB (ver op. cit.). Já Policarpo Hibernon Machado ficou detido por alguns dias sendo libertado, segundo o Correio do Povo, com o compromisso (que não foi cumprido) de não envolver-se mais em greves e afastar-se da FORGS, ver Correio do Povo, Porto Alegre, 19.01.1935, in Petersen e Lucas, op. cit. pgs. 431-434.

272 Correio do Povo, Porto Alegre, 19.01.1935, in Petersen e Lucas, op. cit. pgs. 431-434.

273 Correio do Povo, Porto Alegre, 22.01.1935, in Petersen e Lucas, op. cit. pgs. 436-437.

274 AGE nº 60 (1º/3/1935)

Entretanto, a partir daí a presença policial nas assembleias e as prisões de líderes operários passam a fazer parte do cotidiano da entidade<sup>275</sup>, prenunciando a ditadura do Estado-Novo e dando novo teor à disputa interna, que passa a situar-se em grande medida entre colaboradores e potenciais vítimas da ação da DOPS.

---

<sup>275</sup> Por exemplo, na AGE nº 79 (22/11/1935), Nery Zamora protesta contra prisão de Antônio Oliveira, colocando a necessidade do sindicato conseguir-lhe um advogado e encaminhar um protesto pela imprensa. Na AGE nº 81 (13/12/1935) é Lúcio Rochadel quem denuncia que o mesmo Oliveira já fora preso 3 vezes sem explicação. O Inspetor do Trabalho, presente, pondera que deve haver motivo e que vai informar-se, e o Deputado Classista Carlos Santos garante que irá tomar providências. Já na AGE nº 82 (24/01/1936) é a vez de Elóy Martins protestar contra a prisão do próprio Rochadel e denunciar Carlos Santos que apoiou a ação da polícia.

### 3) DISPUTA POLÍTICA INTERNA

#### 3.1) A hegemonia do PCB

O papel desempenhado pela hegemonia comunista no movimento operário brasileiro na implantação da estrutura sindical corporativa tem sido objeto de grande discussão na bibliografia. Para Weffort<sup>276</sup>, por exemplo a linha política do PCB na conjuntura de 1945 contribuiu de modo decisivo para realizar a aproximação entre trabalhadores e Estado que a ação do próprio ainda não fora capaz de assegurar.

Desta forma o autor salienta como elemento que garantiu a consolidação de fato da estrutura sindical corporativa a orientação colaboracionista dos comunistas na redemocratização .

Para legitimar este período como marco, afirma que, no final do Estado Novo "...o movimento operário brasileiro se encontrava, por assim dizer, completamente esquecido de sua própria história e de fato inteiramente desarticulado"<sup>277</sup>. Critica também organizações de cúpula do período ( como o MUT - Movimento de Unificação dos Trabalhadores ) que na sua interpretação não buscavam

---

<sup>276</sup> Weffort, Francisco "As origens do sindicalismo populista no Brasil".

<sup>277</sup> Idem, ibidem, pg. 70

de fato a autonomia sindical, mas sim "...um pouco mais de liberdade dentro da estrutura existente para melhor servir aos interesses políticos do governo"<sup>278</sup>. Isto ficaria claro, por exemplo, na ausência de crítica ao imposto sindical. <sup>279</sup>

Já Paoli, estudando o mesmo período, irá salientar a contraposição entre esta mesma linha política comunista e o discurso de interpretação da condição proletária emergente das lutas autônomas. A autora destaca que a militarização do trabalho em alguns setores como o têxtil durante a participação do Brasil na II Guerra Mundial contribui para a difusão das formas de resistência dispersas, desde o "corpo-mole" frente à ampliação da jornada de trabalho até a sabotagem.

Com a queda da ditadura em 1945, os frutos desta resistência aparecem na revolta generalizada contra os lucros excepcionais do período ao lado da carestia. Explodem greves, apedrejamento de fábricas, saques e quebra-quebras.

Este avanço das lutas irá chocar-se, segundo Paoli, com a orientação dirigida pelo PCB aos operários no sentido de que estes deveriam "apertar os cintos" e colaborar com os patrões "progressistas" e "democráticos" contra o

---

278 *Idem, ibidem, pg. 70*

279 Para uma crítica desta análise ver Costa, Hélio "Em busca da memória: organização no local de trabalho, sindicato e partido em São Paulo - 1943 a 1953" capítulo 2

imperialismo. Por isso, a condução das lutas teria passado para o âmbito dos grupos e comitês de fábrica, mostrando assim que:

**"A contestação política que se apercebeu deste tempo apenas como degrau para chegar a idéias tradicionais de tomada do poder, consciência unitária de classe e generalização hierárquica de objetivos, certamente transformou-se, neste momento, em uma retórica que não apreendeu os fundamentos de sua ação e os desafios concretos propostos para a classe."**<sup>280</sup>

Coloca-se assim, um conflito aberto entre a experiência operária e o sentido político geral atribuído pelo PCB ao período, causado pela secundarização e pelo distanciamento da questão da submissão fabril.

Para De Decca, a contradição entre o sentido das lutas e as opções da direção estaria colocada já no final da década de 20, quando o BOC (articulado pelo PCB) aceita o papel que lhe é conferido pelas forças de oposição enquanto representação operária única. Desta forma, ruma para a institucionalização da política operária no nível parlamentar e leva à perda de combatividade do movimento. Nesse contexto, os trabalhadores teriam ficado desarmados para enfrentar a reação burguesa que ocorre após a retomada das lutas expressas pela greve dos gráficos (1929)<sup>281</sup>.

---

<sup>280</sup> Paoli, op. cit., pg. 99

<sup>281</sup> De Decca, op. cit. Cap. IV.

No capítulo anterior, fizemos já menção à necessidade de considerar a existência de complexas mediações entre a linha política e sindical de um partido como o PCB tal qual esta aparece em resoluções e na imprensa partidária e a atuação concreta dos comunistas no interior do movimento operário<sup>282</sup>. Por outro lado temos nos referido diversas vezes ao Sindicato dos Metalúrgicos no período que analisamos como um sindicato sob hegemonia comunista, e apontado nos diversos itens deste capítulo elementos que contestam algumas das posições citadas acima sobre a relação entre PCB e movimento sindical. É necessário, porém precisar o que estamos entendendo por hegemonia desta corrente política no interior da entidade estudada e como esta hegemonia pode ser percebida nas fontes pesquisadas.

Analisar a composição das tendências políticas no interior de uma entidade sindical e, especialmente, determinar o peso de cada uma não é tarefa fácil quando nos defrontamos de um lado com um conjunto inorgânico como os getulistas e de outro com um partido clandestino como o PCB.

A identificação a posteriori de militantes comunistas realizada a partir de entrevistas com contemporâneos é um

---

<sup>282</sup> Um trabalho de notável fôlego que demonstra a mesma posição para o período 1937-1968 é a dissertação de Silva, Fernando Teixeira "Os doqueiros do porto de Santos: direitos e cultura de solidariedade".

poderoso auxílio, mas também enfrenta limitações. Uma delas é o fato de que os militantes do partido em geral tinham contato apenas com os membros de sua célula. Outra é que a identificação pode se dar com base em informações de outro período, permanecendo a dúvida sobre desde quando existia o vínculo.

Tomemos um exemplo. Henrique Venâncio Dionísio, um dos nomes mais citados em todas as atas no período foi descoberto por Elóy Martins como membro do PCB em 1945, quando este deslocou-se da base no local de trabalho para a base de bairro<sup>283</sup>.

Não sabemos, portanto, se Dionísio em Janeiro de 1936 ao ser eleito presidente do sindicato na chapa apoiada pela Inspeção Regional do Trabalho, (durante um processo que pode ser caracterizado como intervenção branca, no qual o próprio Inspetor dirigia grande parte das assembleias) já era comunista<sup>284</sup>.

Temos o caso ou da conversão de um homem de confiança do Estado ou de um agente duplo extremamente eficaz, que nesse caso teria sido provavelmente o único militante do PCB

---

<sup>283</sup> Cfe entrevista ao autor realizada em Janeiro de 1992. Elóy destaca que Dionísio, o "tampinha", antigo operário da Micheletto, era membro do conselho de "patriarcas" do sindicato.

<sup>284</sup> A posse da diretoria consta da ata da AGE nº 85 (21/02/1936)

a participar da maior parte das assembleias do Estado-  
Novo.<sup>285</sup>

Por outro lado, as difíceis circunstâncias podem produzir evidências enganadoras, como uma ata<sup>286</sup> assinada por Elóy Martins pouco antes que o próprio tenha que se refugiar por alguns meses, evitando a repressão. No referido documento, registra-se a assembleia em que o militante Nery Zamora fora expulso da entidade sob a acusação de ser "agitador comunista". Elóy garante que Zamora, "um operário de esquerda" jamais teve relação com o partido<sup>287</sup>, e de fato após constatar-se que nada se comprovara neste sentido o último foi reintegrado como sócio<sup>288</sup>.

Entretanto, enfrentadas estas dificuldades metodológicas, podemos levantar uma série de elementos que caracterizam a hegemonia comunista no sindicato dos metalúrgicos de Porto Alegre no período em questão, sem confundí-la em hipótese alguma com o controle da maioria dos

---

<sup>285</sup> Com certeza, Dionísio não foi um dos oportunistas que aderiram ao PCB em 1945 em função da popularidade da legenda, já que começa a aparecer cautelosamente como uma voz de oposição na entidade ainda no perigoso ano de 1942. Outro foi o caso de Júlio César de Mesquita, que viria a ser o grande representante do sindicalismo populista na entidade após, eleito vereador pelo PCB, denunciar um suposto plano terrorista do partido e passar para o FTB.

<sup>286</sup> AGE nº 90 (21/8/1936)

<sup>287</sup> Cfe entrevista concedida ao autor.

<sup>288</sup> AGE nº 100 (4/8/1937)

membros nas direções da entidade. Os componentes que buscamos para detectar esta hegemonia dizem respeito a uma influência mais geral, articulada a uma inserção orgânica na categoria profissional e à capacidade propositiva no interior da entidade, assim como de conduzir a resistência aos processos de intervenção direta do Estado no seu funcionamento.

Em primeiro lugar, os quadros que assumem as principais iniciativas e tarefas organizativas na entidade são membros do PCB (Elóy Martins, Lúcio Rochadel, Carlos Manetzeder, Samuel Strubinsky, Millan Knafelz, Joaquim Pinhão, entre outros, sendo os dois últimos fundadores do sindicato<sup>289</sup> ). Ao menos duas outras figuras de destaque, os já citados Nery Zamora e Jerônimo Baptista, se alinham em geral às posições defendidas pelos comunistas.

Outro indicador da influência dos comunistas na organização é a forte sustentação dada pelo sindicato à Federação Operária do Rio Grande do Sul no seu período de radicalização (1934- 1935). Em Março de 1934, "A Voz do Trabalhador" destaca a categoria como exemplo a ser seguido pelo proletariado rio-grandense pelo apoio dado ao seu órgão de classe:

---

<sup>289</sup> Cfe Marçal, João Batista "Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul" pg. 47

" Todos os metalúrgicos além de ficar com um exemplar por semana deste órgão trabalhista devem, todas as sextas-feiras dia de assembléia, fazer uma coleta para auxiliar 'A Voz do Trabalhador' "290

Além disso, são necessárias sucessivas ondas repressivas para eliminar ao menos as figuras publicamente relacionadas ao partido da entidade entre 1935 e 1937, e quando isso ocorre configura-se um marasmo organizativo onde a condução dos trabalhos acaba caindo quase que exclusivamente na mão do funcionário contratado.

Por fim, a organização clandestina nas fábricas, mantida em grande parte pela célula comunista durante o Estado-Novo<sup>291</sup> possibilita que as características centrais da prática militante da entidade seja retomada rapidamente a partir da greve de 1945<sup>292</sup>, demonstrando a capacidade da estrutura partidária na categoria servir como elemento de canalização de uma cultura organizativa mais geral.

A expressão concreta desta hegemonia entretanto sofria mutações de acordo como o desenvolvimento da conjuntura e da correlação de forças interna da entidade.

---

290 Cfe "A Voz do Trabalhador", nº 23, 17/03/34.

291 Cfe Martins, Elóy "Um depoimento Político", pg. 74.

292 Ver item 4.2 deste capítulo.

Entre 1934 e meados de 1935 podemos perceber uma atuação mais doutrinária, como nas palestras do Secretário Geral da FORGS , Policarpo Hibernon Machado sobre a "função econômico-política do sindicato" e a luta dos trabalhadores por sua própria emancipação<sup>293</sup> , ou juntamente com Ângelo Plastina sobre "As contradições do regime atual".<sup>294</sup>

Neste período desenvolve-se também o relacionamento da entidade com o comitê anti-guerreiro para o qual Lúcio Rochadel é indicado como representante após proferir um discurso sobre o Imperialismo e a necessidade do proletariado de combater as guerras.<sup>295</sup> Noutra palestra é esclarecido que a finalidade das guerras imperialistas é proporcionar a única solução parcial da atual crise econômica do sistema capitalista, e salienta-se os prejuízos das mesmas para os trabalhadores.<sup>296</sup> É proposta a criação de comitês anti-guerreiro nas fábricas<sup>297</sup> e define-se pela participação do sindicato no congresso dos comitês, assim como um auxílio monetário para o mesmo<sup>298</sup>.

---

293 AGE nº 46 (8/6/1934)

294 AGE nº 48 (20/7/1934)

295 AGE nº 49 (1º/8/1934)

296 AGE nº 50 (17/8/1934)

297 AGE nº 54 (12/10/1934)

298 AGE nº 58 (7/12/1934)

Desenvolve-se também na entidade intensa propaganda e debate sobre a Frente única<sup>299</sup> e, posteriormente sobre a Liga Eleitoral Proletária, que expressa já a partidarização da FORGS no período, à medida que segue estatutariamente a "linha revolucionária do Partido Comunista do Brasil".<sup>300</sup>

Outra entidade articulada pelo PCB na qual o sindicato participa no período é a Juventude Estudantil Proletária de Porto Alegre. <sup>301</sup>

Posteriormente a ênfase doutrinária cede espaço para o embate em torno da relação com a Inspetoria do Trabalho e, de modo mais geral, com a legislação trabalhista.

Se num primeiro momento se aprova com facilidade que a diretoria tenha plenos poderes para devolver a carta

<sup>299</sup> Na AGE nº 58 (7/12/1934) é escolhida a comissão do sindicato para a Frente Única (Carlos Manetzeder, Pedro Chaves, Strubinsky, Rochadel, Zamora e Pinhão), já na AGE nº 59 (21/12/1934) o representante da frente única fala sobre seus propósitos, sobre os "erros da vanguarda proletária", e a Frente como instrumento para corrigi-los e conduzir o avanço rumo à "vitória final".

<sup>300</sup> Na AGE nº 50 (17/8/1934) um membro da comissão de propaganda apresenta a Liga Eleitoral Proletária ao plenário. Na AGE nº 53 (28/9/1934) apresenta-se a lista de candidatos e Hibernon relata a de assembléia de massas da LEP e a confusão ocorrida, assim como Pinhão comenta sobre a situação da LEP e dos operários do arsenal de guerra. Por fim, na AGE nº 58 (7/12/1934) apresenta-se o candidato classista Pedro Berger.

<sup>301</sup> Cfe AGEs nº 68 (14/6/1935), nº 69 e nº 71 (12/7/1935). É tirada uma comissão para representar o sindicato junto a ela (Carlos Manetzeder, Zamora, Elóy) e posteriormente Elóy é eleito para sua direção.

sindical e partir para a sindicalização livre<sup>302</sup>, já quando é baixado o novo decreto regulamentando o assunto (nº 24.694) os comunistas são derrotados e decide-se voltar a oficializar a entidade por 25 votos contra 17.

Com relação a essa questão, as duas gestões seguintes, durante as quais os comunistas ficam em minoria, adotam um discurso francamente oficialista. Numa delas o presidente (Lúcio Figueiredo) se manifesta dizendo que pleiteará junto à Inspetoria para ver com os fabricantes a possibilidade de tornar obrigatória a sindicalização<sup>303</sup>. Noutra, Henrique Venâncio Dionísio realiza uma exaltação à sindicalização e à solução dos problemas dos trabalhadores via Inspetoria Regional do Trabalho.<sup>304</sup>

Em dois momentos há notícias de articulação de chapas de oposição nos períodos de forte intervenção da IRT na entidade.<sup>305</sup> Por outro lado, é possível que diante da impossibilidade de vitória no contexto de repressão colocado, este fosse um expediente para despistar o ingresso de membros

302 AGE nº 47 (6/7/1934)

303 AGE nº 63 (29/3/1935)

304 AGE nº 82 (24/01/1936). Lúcio Figueiredo, operário da Geral de Indústrias, é apresentado por Elóy Martins como "o homem do consenso", sem filiação partidária e sempre ocupando o papel de "conselheiro" nas horas mais difíceis enfrentadas pelo sindicato.

305 AGEs nº 81 (13/12/1935) e nº 94 (?) (27/1/1937)

do PCB menos visados (como Samuel Strubinsky e Dionísio) nas chapas "oficiais".

Outra tática utilizada por comunistas e sindicalistas de esquerda para manter espaço no interior da entidade mesmo durante as gestões mais ligadas à IRT foi desempenhar um papel de mediação em outras disputas, procurando assumir uma postura mais "construtiva" do que a das partes envolvidas.

Em meados de 1937, a gestão encabeçada por uma junta governativa é alvo de graves denúncias contidas em carta enviada à IRT, que avalia que as mesmas são infundadas.<sup>306</sup> A reação dos acusados vem com a expulsão dos signatários da denúncia do quadro da entidade<sup>307</sup>, que é revertida com uma assembléia convocada por um associado.<sup>308</sup>

Durante este episódio, Manetzeder censura a ironia dirigida por um dos lados da contenda em relação ao outro, e Nery Zamora propõe que se deixe de lado questões pessoais trabalhando pelos interesses gerais da categoria.<sup>309</sup> Elóy Martins, (após meses de ausência) encontrava-se numa breve passagem de volta que não iria durar mais de 15 dias antes que necessitasse se refugiar novamente da repressão.

---

306 AGEs nº 98 (21/5/1937) e nº 99 (?/?/??)

307 AGE nº 99 (?) (2/7/1937)

308 AGE nº 100 (4/8/1937)

309 AGE nº 101 (20/8/1937)

Intervindo no debate, é muito cumprimentado ao censurar o principal autor da denúncia colocando que o mesmo poderia ter resolvido a questão dentro do sindicato e mantido a autonomia da entidade. Esta postura de mediação lhe rende o ingresso na comissão eleitoral<sup>310</sup> que acaba sendo abandonada com a sua nova saída da cidade. <sup>311</sup>

Episódios deste tipo, extremamente frequentes, demonstram que os metalúrgicos comunistas haviam construído tamanha legitimidade na condução dos assuntos ligados à organização sindical que qualquer brecha na repressão e controle sistemáticos que as agências do Estado passam progressivamente a adotar no interior do sindicato tenderiam naturalmente a abrir-lhes o acesso a postos-chave na entidade e à condução efetiva de sua ação.

### 3.2) Federação Operária e União Sindical A disputa entre duas entidades gerais

O Sindicato dos Metalúrgicos desenvolveu, dentre outras iniciativas de articulação com entidades mais gerais

---

310 AGE nº 100 (4/8/1937)

311 O ofício de despedida foi lido na AGE nº 101 (20/8/1937)

de representação dos trabalhadores durante o período<sup>312</sup>, uma intensa e íntima relação com a Federação Operária do Rio Grande do Sul, que resistiu a inúmeras tentativas de destruição desta entidade geral até o início do Estado-Novo.

No Congresso Operário de 1934, os metalúrgicos participaram elaborando uma tese sobre higiene nos locais de trabalho, que foi em linhas gerais aprovada.<sup>313</sup>

Concluído o Congresso, a atuação do delegado da entidade (Jerônimo Baptista), foi elogiada em ofício pela Federação<sup>314</sup>, e logo em seguida anunciava-se em assembléia do sindicato a saída do livro "Anais do Congresso Operário de Maio de 1934"<sup>315</sup>. O dirigente metalúrgico Millan Knafelz foi eleito para a direção da FORGS juntamente com uma chapa de delegados para o conselho. <sup>316</sup>

312 Além da FORGS, o Sindicato manteve relação com as iniciativas de organização a categoria metalúrgica a nível nacional, indicando um delegado ao Congresso Metalúrgico do Rio (AGE nº 55 de 26/10/1934) e filiando-se à Federação Operária Metalúrgica do Brasil (AGEs nº 75 de 30/8/1935 e nº 101 de 20/8/1937)

313 AGEs nº 40 (6/4/1934) nº 41 (13/4/1934), nº 42 (20/4/1934) e nº 44 (11/5/1934). Foi censurada apenas a redação de um dos itens sobre as reivindicações (o relativo às Horas-extra) .

314 AGE nº 43 (27/4/1934) e nº 44 (11/5/1934).

315 AGE nº 47 (6/7/1934)

316 AGE nº 44 (11/5/1934). Posteriormente, a chapa teve de voltar a ser completada em função da demissão de diversos membros . Cfe AGE nº 54 (12/10/1934).

Logo, porém, a turbulência das divergências políticas começa a afetar a Federação, e irá ter reflexos no interior do sindicato.

O Secretário Geral, o Secretário e o Tesoureiro da Federação se demitem, **317** e denuncia-se uma campanha de elementos "alheios às classes trabalhadoras" para desprestigiar e discordar com a FORGS, solicitando-se aos metalúrgicos que enviem ofícios a todos os sindicatos que pensam em desfiliar-se da entidade. **318**

Essa crise interna é na verdade o primeiro movimento dos setores ligados à Inspetoria Regional do Trabalho no sentido de esvaziar a FORGS. Quem capitaneia esta iniciativa no interior do Sindicato dos Metalúrgicos é o então presidente José Baldelino de Lemes, cuja atuação junto à Federação é criticada por Elóy Martins em assembléia da categoria. **319**

Esta movimentação está associada à repressão que se desencadeia, com a prisão de diversos dirigentes da FORGS, inclusive seu presidente Policarpo Hibernon Machado. Após grande polêmica, o setor de esquerda consegue colocar em discussão esta questão no interior do sindicato, sendo

---

**317** AGE nº 51 (31/8/1934)

**318** AGE nº 52 (14/9/1934)

**319** AGE nº 54 (12/10/1934)

aprovado o envio de um telegrama de protesto a Vargas, a distribuição de manifesto e a convocação de uma assembléia de massas em protesto para o dia 25/11/1934.<sup>320</sup>

Após a greve de 1935, o setor de oposição à FORGS aproveita-se de um choque entre a direção da entidade e os representantes dos trabalhadores da indústria Micheletto, e mobiliza o descontentamento destes para aprovar a retirada do sindicato da Federação Operária.<sup>321</sup>

A fonte do atrito seria a ofensa cometida pelos dirigentes da FORGS ao classificarem os trabalhadores da Micheletto de "lacaaios da burguesia" (provavelmente em função da sua pequena adesão à greve).

Aprovada a desfiliação numa assembléia, na seguinte o sindicalista Lúcio Figueiredo exige a convocação de uma sessão para tratar exclusivamente do assunto,<sup>322</sup> na qual diversos militantes experientes se esforçam em reparar o que consideram um "erro cometido". A linha geral da argumentação é a desenvolvida pelo associado Eduardo Budarensky: se a direção da FORGS errou, os delegados do sindicato devem criticar, até demiti-la, mas nunca retirar-se.

---

320 AGE nº 57 (23/11/1934)

321 AGE nº 60 (1º/3/1935)

322 AGE nº 61 (15/3/1935)

Contra o debate político, porém, os oficialistas buscam sustentar suas posições com base na legislação, e Baldelino argumenta que desde 12/1/1935 a FORGS deixou de existir por decreto. Porém, com a contradição entre o disposto pela constituição de 1934 que estabelecia a liberdade e autonomia sindical e o Decreto do Executivo que mantinha e reforçava o atrelamento das entidades ao Estado, a ala pró-FORGS também encontra elementos jurídicos para defender a continuidade do funcionamento da Federação<sup>323</sup>, e consegue tornar a filiar a ela o sindicato.

A entidade entretanto sofrera intervenção policial em decorrência da greve, e a primeira tarefa colocada para seus defensores era tentar assegurar a sua reabertura. Para tanto, o Sindicato dos Metalúrgicos designa uma comissão específica.<sup>324</sup>

Ao longo do ano de 1935, a resistência da FORGS será articulada em torno da tentativa de organizar um novo Congresso Operário, marcado inicialmente para os dias 16 a 18 de Junho <sup>325</sup>. Os metalúrgicos voltam a se envolver na elaboração de teses , (novamente sobre higiene nos locais de trabalho e acrescentando uma sobre salário mínimo)

---

323 AGE nº 62 (22/3/1935)

324 AGE nº 64 (5/4/1935)

325 AGE nº 65 (26/4/1935)

destacando que as mesmas não precisam ser "bonitas" se não forem para ser cumpridas.

São eleitos novos representantes junto à Federação **326**, mas em seguida o congresso é suspenso, com denúncias de Policarpo Hibernon Machado no sentido de que o mesmo estaria sendo sabotado pelo presidente da "Cosmopolita" que recusava-se a ceder a sua sede alegando o fechamento da FORGS pela polícia. Hibernon pede às entidades filiadas que sejam enviados ofício pedindo a concessão da sede para a realização das preliminares do congresso. **327**

Nova comissão de teses é tirada, **328** e os preparativos retomados com a realização da segunda preliminar do congresso na Confeitaria Rocco **329**. Realizam-se listas para angariar fundos para o jornal "A Voz do Trabalhador", e decide-se pela concessão de um auxílio do sindicato com valor a cargo da diretoria. **330** Por fim, a antiga diretoria da FORGS demite-se,

**326** AGE nº 66 (10/5/1935)

**327** AGE nº 68 (14/6/1935). Em função disso, os metalúrgicos decidem mudar-se de sede.

**328** AGE nº 69 (?)

**329** AGE nº 70 (29/5/1935)

**330** AGE nº 71 (12/7/1935). Os problemas financeiros da "Voz" eram críticos, assim como os pedidos de auxílio. Ver por exemplo AGE nº 38 (9/3/1934)

sendo substituída por uma comissão provisória de 5 membros  
331

Mas o Congresso não se realiza, diante da intensificação da onda de repressão, e a tentativa de destruição da FORGS avança com a criação de uma entidade rival : a União Sindical Porto Alegrense.

Num primeiro momento, o Vice-Presidente do sindicato participa de uma reunião no sindicato dos transway para participar da fundação da nova entidade sem que isso implique em uma adesão.<sup>332</sup> A fundação é relatada <sup>333</sup> e a possibilidade de filiação rejeitada , com base na avaliação de que os dirigentes da União não inspiram a confiança dos trabalhadores<sup>334</sup>. Com base no mesmo argumento, Nery Zamora defende a refundação da FORGS , que se encontra já desarticulada e é combatido pelo Deputado Carlos Santos , ardoroso defensor da União<sup>335</sup>.

Em Março de 1936, os partidários das duas iniciativas se mobilizam, sendo que na mesma assembléia são tirados representantes para uma reunião simultânea da FORGS (ou da

---

331 AGE nº 74 (23/8/1935)

332 AGE nº 78 (8/11/1935)

333 AGE nº 79 (22/11/1935)

334 AGE nº 80 (29/11/1935)

335 AGE nº 61 (13/12/1935)

tentativa de sua rearticulação) e é apresentada oficialmente aos metalúrgicos a União Sindical.

Nesta apresentação, se salienta que a FORGS está fora da lei, por ser uma "entidade só de uma classe"<sup>336</sup> e a União promete proporcionar amparo moral e jurídico e lutar pela defesa do salário mínimo. Como modelo de organização sindical preconizado pela nova entidade, apresenta-se o Sindicato dos Bancários, cuja organização, na avaliação dos expositores chegava à perfeição.

É escolhida uma comissão para assistir às sessões da União<sup>337</sup>, mas a filiação ainda levaria mais de um ano e se efetivaria a partir da defesa feita pelos próprios representantes oficiais da IRT <sup>338</sup>.

A nova entidade entretanto não chega a desenvolver qualquer atividade registrada posteriormente e depois da filiação do sindicato encontramos apenas uma ata em que ela é citada, o que alimenta a suspeita de que não passava de um

---

<sup>336</sup> Não está claro o sentido desta frase, que talvez indique o propósito da União de englobar sindicatos patronais.

<sup>337</sup> AGE nº 89 (20/3/1936)

<sup>338</sup> AGE nº 98 (21/5/1937)

subterfúgio para o esvaziamento das tentativas de reorganização da FORGS.<sup>339</sup>

Mesmo depois de banida qualquer referência ao nome da FORGS, o jornal "Voz do Trabalhador" permanece ainda por certo tempo como uma trincheira de luta, e encontramos Policarpo Hibernon Machado presente à posse da diretoria eleita no sindicato para o triênio 1937-1940 como representante daquele órgão (que provavelmente já não era mais impresso) em Outubro de 1937, ao lado de um membro da União Sindical.<sup>340</sup>

---

<sup>339</sup> Tentativa semelhante já fora realizada com a criação do Círculo Operário Porto-Alegrense (COPA), sem surtir o menor efeito ao menos em relação aos metalúrgicos, que decidiram não responder ao convite para o congresso desta entidade nem se representar, cfe AGE nº 77 (18/10/1935).

<sup>340</sup> AGE nº 103 (1º/10/1937)

#### 4) REPRESSÃO E Esvaziamento do Sindicato das Intervenções ao Estado-novo

##### 4.1) A construção dos mecanismos de controle sobre o funcionamento do sindicato

O processo de intervenção direta das agências do Estado a partir da greve de 1935 possui ritmo progressivo, articulado ao desenvolvimento mais geral da repressão política no país, acabando por desembocar no Estado-novo.

Se durante a greve de 1935 as sessões só se realizam com autorização policial (prática que posteriormente será recorrente)<sup>341</sup>, há uma ressalva registrada de que, passado o movimento, a entidade voltaria a funcionar livremente.

Num segundo momento, é o próprio Inspetor do Trabalho que passa a estar presente e presidir pessoalmente os trabalhos<sup>342</sup>. Outra figura de destaque no processo de intervenção é o Deputado Classista Carlos Santos, que muitas vezes desempenha a mesma função. Na primeira oportunidade em que isto ocorre, a demonstração de autoridade do parlamentar se dá pelo fato de trazer pessoalmente a autorização policial

---

<sup>341</sup> As AGEs nº 90 (21/8/1936), nº 91 (12/11/1936) e nº 92 (20/11/1936), por exemplo só se iniciam depois de lida a autorização policial. A polícia também solicita uma relação completa da diretoria e dos associados do sindicato.

<sup>342</sup> AGE nº 81 (13/12/1935), nº 85 (21/2/1936) e nº 94 (?) (4/2/1937), nº 97 (?) (9/4/1937), nº 99 (?)

para o início dos trabalhos.<sup>343</sup> Posteriormente, a mesma autoridade é reforçada quando, após uma palestra sobre " as leis e seu cumprimento", Santos entrega a nova carta sindical da entidade sob o decreto nº 24.694 / 1934 .<sup>344</sup>

A caça às bruxas se explicita cada vez mais, como no já citado caso do ofício remetido ao Chefe de Polícia do Estado comunicando a expulsão do "agitador comunista" Nery Zamora, que é complementada pela indicação de que o sindicato estaria sempre pronto a colaborar denunciando casos semelhantes.<sup>345</sup>

Em Março de 1937, sob a alegação de evitar acefalia iminente, foi nomeada pelo Dr. Cândido M. Carrion (IRT)<sup>346</sup> uma junta, que se manteria até ser obtido nº legal de votantes para a realização de uma eleição <sup>347</sup>.

Procurando legitimar as intervenções em bases administrativas, é realizada também uma auditoria, que conclui que o aumento de gastos constatado não se deveu a desinteresse dos diretores, mas ao desconhecimento de

<sup>343</sup> AGEs nº 91 (12/11/1936). Ele volta a exercer este papel novamente na nº 95 (5/3/1937) quando recebe a carteira de sócio do sindicato, e também nas de nº 100 (4/8/1937) e 101 (20/8/1937).

<sup>344</sup> AGE nº 91 (12/11/1936)

<sup>345</sup> AGE nº 90 (21/8/1936)

<sup>346</sup> AGEs nº 95 (5/3/1937) e nº 99 (2/7/1937)

<sup>347</sup> AGE nº 99 (?)

contabilidade e administração. Analisando os documentos contábeis da entidade, os auditores verificaram que não havia orçamento nem despesas votadas, causando no seu ponto de vista uma desordem administrativa e financeira que era passada de diretoria em diretoria e acabava se transformando em norma.<sup>348</sup>

Podemos perceber que em todo este processo de transição ao Estado-Novo, se evita uma presença policial direta no interior da entidade, embora obviamente a atuação da IRT no seu interior estivesse articulada aos organismos de repressão propriamente ditos. O papel de mediação de figuras ligadas à área trabalhista, como o Inspetor Regional do Trabalho e o Deputado Classista, entretanto, descaracterizava uma base criminal para as intervenções desenvolvidas, buscando legitimá-las apenas na legislação referente ao funcionamento do sindicato e às prerrogativas do Estado face a este.

Portanto o golpe do Estado-Novo e a atuação direta da Delegacia da Ordem Política e Social marcam um momento qualitativamente diferenciado nas práticas de intervenção e controle sobre a ação sindical ao dar tratamento criminal aos desvios das entidades da estrita observância da atuação que a

---

348 AGE nº 99 (2/7/1937)

lei passa a lhes prescrever de maneira cada vez mais minuciosa.

Há dois marcos significativos deste novo momento no Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre.

O primeiro é o lacre efetuado em 19/11/1937 nas folhas referentes à assembléias de todo o período anterior, (inutilizando uma página da Ata nº 102) não sem antes escrutinar os nomes ou fatos "suspeitos" e sublinha-los com um lápis vermelho.

O segundo, a presença do próprio representante da DOPS, Delegado Plínio Brasil Milano presidindo os trabalhos de uma assembléia .<sup>349</sup>

#### 4.2) A dinâmica do sindicato no Estado-Novo e a rearticulação de 1945

Não está no alcance nem nos objetivos do presente trabalho a análise do período 1937-1945. Para isso, seria necessário deslocar sensivelmente o foco da pesquisa, e trabalhar com outras fontes como os processos trabalhistas, assim como um maior volume de entrevistas.

Ocorre que a vida associativa do sindicato como entidade durante o Estado-Novo perde qualquer vínculo com o

---

<sup>349</sup> AGE nº 104 (18/2/1938). Com o nome do delegado em questão foi posteriormente batizada a principal avenida que corta o conjunto habitacional do IAPI em Porto Alegre.

processo de desenvolvimento das lutas dos trabalhadores, e os registros internos passam a ser de uma monotonia e de uma aridez impressionantes.

Mas acredito que, para uma melhor compreensão do significado do nosso período de estudo, necessitamos realizar um rápido apanhado de elementos que caracterizam a dinâmica interna do sindicato no Estado-Novo e na redemocratização de 1945.

Na ausência de qualquer ação reivindicativa e do debate político, as sessões passam a se dividir em solenidades (Aniversário do sindicato, inauguração de foto de Getúlio Vargas,...) e palestras. Nessas últimas, podemos observar similaridades entre o tratamento da questão da saúde e dos direitos trabalhistas, que sofrem uma sensível mudança em relação ao momento anterior, quando estavam integrados ao processo de construção do sindicato como expressão da organização da categoria.

Nos dois casos, o sindicato abre espaço agora para que especialistas (médicos, advogados, funcionários da IRT, sindicalistas de outras categorias,...) venham explicar à categoria como agir . De um lado a forma mais "eficaz" de assegurar seus direitos, de outro a prevenção de doenças

epidêmicas ou endêmicas (tuberculose, lepra, sífilis e, detalhe importante, o aborto criminoso).<sup>350</sup>

O próprio encaminhamento das ações trabalhistas junto ao Ministério do Trabalho passa a ser definida como uma assistência prestada aos associados, numa clara despolitização do tratamento a elas dispensado . . medida que as informações e as discussões relativas a estas ações deixam de ser trazidas as assembléias, tornam-se provavelmente um assunto tratado de modo privado exclusivamente entre o advogado do sindicato e o trabalhador que ingressa com uma reclamatória, enquanto no momento anterior o seu debate coletivo era um componente fundamental na constituição da cultura política dos direitos entre os trabalhadores.

Conforme já apontamos no item relativo à beneficência, a relação do sindicato com a categoria passa a basear-se em uma crescente prestação de serviços, especialmente na área da saúde. Paralelamente, ocorre um

---

<sup>350</sup> Cfa as atas nº 129 ,de 05/02/40 , onde consta a palestra sobre as referidas doenças e 125, de 06/10/39, com a palestra sobre "o melhor modo" de encaminhar as reclamações trabalhistas e o relato de operários ludibriados por entregar este encaminhamento a "individuais".

esvaziamento da participação em assembléias e mesmo um decréscimo substancial nos índices de sindicalização<sup>351</sup>.

O quadro de letargia não se reverte de imediato nem mesmo com o imposto sindical, que possibilita uma ampliação vertiginosa da assistência seja na diversificação, seja no número de profissionais contratados. Prova disso é o fato de que em 1941 não ocorre nenhuma assembléia e (após uma retomada breve com uma nova diretoria em 1942) entre 1943 e 1944 apenas 5 se realizam, contra uma média de 22 por ano em 1933/34 e de 12 por ano entre 1935 e 1939.

Diante deste cenário, é realmente espantosa a capacidade de retomada de diversos componentes que caracterizavam a ação sindical no período anterior a 1937 durante a redemocratização.

A onda de greves de 1945 atinge o sindicato em Abril, e no seu bojo traz de volta à cena as antigas lideranças comunistas que, com exceção do discreto ex-presidente

---

<sup>351</sup> Após chegar ao patamar mínimo de 59 sócios quites em fevereiro de 1942, na ata nº 8 (numeração nova) de 14/08/42, se saúda o "crescente número de sócios" (possivelmente em função da ampliação da assistência) . mas um grande salto se dá em meio as greves de 45, quando em um curto período de tempo triplicam as matrículas. cfe Ata nº 26 de 16/11/45.

Henrique Venâncio Dionísio<sup>352</sup>, tinham deixado, por motivos óbvios, de freqüentar as assembléias.

Em ritmo acelerado são retomados diversos elementos que caracterizavam a ação sindical até 1935: os delegados de fábrica, o boletim mensal, a descentralização das tarefas através de comissões<sup>353</sup>, a busca da unidade com outros sindicatos, o debate sobre a liberdade sindical.

Esta rearticulação, e a capacidade de uma onda grevista após 8 anos de feroz ditadura reencontrar no sindicato espaço para o desenvolvimento do seu potencial político são os testemunhos mais eloquentes de que a derrota de 1937, apesar de viabilizar o atrelamento sindical ao Estado, não extinguiu o papel que as entidades continuariam a desempenhar enquanto cenários de uma busca constante pela reconstrução da autonomia operária em novas bases.

A luta do começo da década de 30, que articulou a resistência à intervenção estatal com a ocupação do espaço institucional e a tentativa de sua redefinição a partir das

---

352 O pertencimento de Dionísio ao PCB foi confirmado na entrevista com Elóy Martins em Janeiro de 1991. Ver no item relativo à hegemonia do PCB no sindicato a discussão sobre a dificuldade de estabelecer desde quando este vínculo existia.

353 Por exemplo, na ata nº 21 de 21/06/45 é aprovada a edição do boletim mensal e a formação de uma comissão de propaganda e na nº 22 de 27/07/45 são criadas as comissões de Defesa Econômica e Pró-Monumento ao Expedicionário, todas elas com intensa participação dos militantes comunistas.

tradições de solidariedade e organização operárias demonstrava ter deixado raízes tão profundas quanto aquelas do corporativismo e do assistencialismo na consciência de classe dos trabalhadores brasileiros.

## BIBLIOGRAFIA

**Abramo, Laís.** "O resgate da dignidade (a greve de 1978 em São Bernardo)". São Paulo, Dissertação de Mestrado - FFCHL/USP, 1986.

**Almeida, Maria H. T. de.** "O sindicato no Brasil : novos problemas, velhas estruturas". In: *Debate & Crítica*, nº 6. São Paulo, Hucitec, 1975.

**Antunes, Ricardo L. C..** "Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil - Um estudo sobre a consciência de classe: 1930-1935). Campinas, Dissertação de Mestrado - IFCH/UNICAMP, 1980.

"A Política Social Brasileira: 1930-1964". Porto Alegre, FEE, 1983.

"A Revolução de 1930: Seminário Internacional". Porto Alegre, EDUFRGS, 1980.

**Bodéa, Miguel.** "A greve de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho", Porto Alegre, Pró-Arte/L&PM, 1977.

**Boeira, Nelson.** "O Rio Grande do Sul de Augusto Comte", in *RS: Cultura e Ideologia*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

**Boito Jr., Armando.** "O sindicalismo de Estado no Brasil". São Paulo, Tese de Doutorado - FFLCH/USP, 1988.

**Canevacci, Massimo.** "A experiência da autonomia operária na Itália" in *Desvios* nºs 4 e 5. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985;

**Castoriadis, Cornelius.** "A experiência do movimento operário". São Paulo, Brasiliense, 1985.

**Castoriadis, Cornelius.** "A Instituição Imaginária da Sociedade". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

**Costa, Hélio da.** "Em busca da memória, organização no local de trabalho, partido e sindicato em São Paulo" Campinas, Dissertação de Mestrado - UNICAMP/IFCH, 1993.

**De Decca, Edgar.** "1930: O silêncio dos vencidos". São Paulo, Brasiliense, 1981.

**Diehl, Astor.** "Os círculos operários: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul- 1932-1964". Porto Alegre, Dissertação de Mestrado - PCU/RS, 1987.

**Dulles, John W. F.** "Anarquistas e comunistas no Brasil". Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

**Edelman, Bernard.** "La légalization de la classe ouvrière", Paris, Cristian Bourgois Editeur, 1978.

**Fausto, Bóris.** "A revolução de 30: Historiografia e História", São Paulo, Brasiliense, 1979.

**Ferraris, Pino.** "Apunti lezioni Universita di Campinas", São Paulo, mimeo, Agosto de 1990.

**Fonseca, Pedro C. Dutra.** "Vargas: o capitalismo em construção", São Paulo, Brasiliense, 1989.

**Fontes, Edilza** "O Pão Nosso de Cada Dia (Um estudo sobre padeiros e forneiros em Belém do Pará nos anos de 1940 a 1954", Campinas, Dissertação de Mestrado - IFCH - UNICAMP, 1993.

**French, John.** "A origem da intervenção estatal nas relações industriais brasileiras, 1930-1934 : uma critica"

**Garcia, Marco Aurélio.** "Os desafios da autonomia operária: São Bernardo, a (auto)construção de um movimento operário", in *Desvios*, nº 1, São Paulo, 1982.

**Garcia, Marco Aurélio.** Transcrição de palestra realizada no Instituto Cajamar, Abril de 1992.

**Gomes, Ângela C.** "Burguesia e trabalho : política e legislação social no Brasil (1917-1937)". Rio de Janeiro, Campus, 1979.

**Gomes, Ângela C.** "A invenção do trabalhismo", Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988.

**Guinsburg, Carlo.** "Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história", São Paulo, Cia das Letras, 1989.

**Habermas, Jurgen.** "New social movements" in *Telos*, 49.

**Hall, Michael M. e Pinheiro, Paulo Sérgio.** "A Classe Operária no Brasil". São Paulo, Alfa-Ômega, 1975 (Vol. I) ; São Paulo, Brasiliense, 1981 (Vol. II).

**Hobsbawm, Eric J.** "Cinquenta anos de Frentes Populares", in **Estratégias para uma esquerda racional**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

**Hobsbawm, Eric J.** "Mundos do Trabalho", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

**Hobsbawm, Eric J.** "Entrevista", in *Trabalhadores* nº2, Campinas, AEL/SMC, 1988.

**Kniestedt, Friedrich.** "Memórias de um imigrante anarquista". Traduzidas e apresentadas por Gertz, René. Porto Alegre, EST, 1989.

**Konder, Leandro.** "A derrota da dialética". Rio de Janeiro, Campus, 1988.

**Laclau, Ernesto.** "Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social" in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Nº 2, Vol. 1, Outubro de 1986.

**Leite Lopes, José Sérgio.** "A tecelagem dos conflitos de classe", São Paulo, Marco Zero, 1988.

**Lenharo, Alcir.** "A sacralização da política", Campinas, Papirus, 1986.

**Love, Joseph L.** "O Regionalismo Gaúcho", São Paulo, Perspectiva, 1975.

**Lucas, Maria Elizabeth da S.** "A Federação Operária do Rio Grande do Sul e o movimento operário gaúcho de 1931 a 1935". Porto Alegre, Dissertação de Bacharelado. UFRGS/IFCH, 1978.

**Machado, Carmem Lúcia B.** "O movimento operário sindical no Rio Grande do Sul de 1930 a 1937". Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, UFRGS/Pós-Graduação IFCH, 1983.

**Machado, Dyonélio.** "Memórias de um pobre homem". Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1990.

**Marçal, João B.** "Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul". Porto Alegre, Globo, 1985.

**Marçal, João B.** "Comunistas gaúchos", Porto Alegre, Edição do autor, 1986.

**Marglin, Stephen.** "Origem e funções do parcelamento das tarefas (Para que servem os patrões?)" in Gorz, André

*Crítica da Divisão do Trabalho*, São Paulo, Martins Fontes, 1980.

**Maroni, Amneris.** "A estratégia da recusa", São Paulo, Brasiliense, 1982.

**Martins, Elóy B.** "Um depoimento político" .Porto Alegre, edição do autor, 1989.

**Moraes Filho, Evaristo de.** "O problema do sindicato único no Brasil". São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.

**Moure, Telmo R.** "O operariado do RS e o Estado: Janeiro a Abril de 1945", Porto Alegre, Dissertação de Bacharelado, UFRGS, 1979.

**Munakata, Kazumi.** "A legislação Trabalhista no Brasil". São Paulo, Brasiliense, 1981.

**Munakata, Kazumi.** "O lugar do Movimento Operário" in *Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo*, ANPUH-UNESP, 1980.

**Munakata, Kazumi.** "Pistas falsas", Campinas, Mimeo, 1993.

**Negri, Toni.** "Del Obrero-masa al obrero-social". Barcelona, Anagrama, 1980.

**Negro, Antonio Luigi** "Ford Willys 68: A Fábrica e o sindicato nas origens do 'Novo Sindicalismo'", Campinas, Texto para exame de qualificação - IFCH/UNICAMP, 1994.

**Offe, Claus.** "New social movements: challenging the boundaries of institucional politics" in *Social Research*, Vol. 52, nº 4, Winter 1985.

**Paoli, Maria Célia.** "O trabalhador urbano na fala dos outros", in Leite Lopes, José Sérgio (org.) **Cultura e identidade operária.** Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional/Marco Zero, 1987.

**Pesavento, Sandra J.** "RS: A economia e o poder nos anos 30", Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.

**Pesavento, Sandra J.** "Burguesia Gaúcha", Porto Alegre, Mercado Aberto, 1989.

**Pesavento, Sandra J. e Fonseca, Pedro C. Dutra.** "Relatório final: Industrialização gaúcha 1930/1940". Porto Alegre, datilografado, 1990.

**Petersen, Sílvia R. Ferraz.** "As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)" in Dacanal, José Hildebrando e Gonzaga, Sergius (org.) **RS: Economia e Política.** Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

**Petersen, Sílvia R. Ferraz.** "Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do RS: 1874-1940", Porto Alegre, EDUFRGS/FAPERGS, 1989.

**Petersen, Sílvia R. Ferraz. e Lucas, Maria Elizabeth.** "Antologia do movimento operário gaúcho: 1870-1937", Porto Alegre, EDUFRGS/TCHÊ, 1992.

**Ramalho, José Ricardo.** "Estado-patrão e luta operária: o caso FNM", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

**Rodrigues, José Albertino.** "Sindicato e Desenvolvimento no Brasil", São Paulo, Difel, 1968.

**Rodrigues, Leôncio M.** "Conflito industrial e sindicalismo no Brasil", São Paulo, DIFEL, 1966.

**Rodrigues, Leôncio M.** "Sindicalismo e classe operária (1930-1964), In Fausto, Bóris (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo 10, São Paulo, Difel, 1987.

**Sader, Éder.** "Quando os novos personagens entraram em cena". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

**Silva, Fernando Teixeira da.** "Os doqueiros do porto de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937-1968)", Campinas, Dissertação de Mestrado - UNICAMP, 1992.

**Simão, Azis.** "Sindicato e Estado". São Paulo, Dominus, 1966.

**Smith, Steve.** "Craft conciouness, class conciouness: Petrograd, 1917", in *History Workshop*, (11), Primavera de 1981.

**Souza Martins, Heloísa Helena de.** "O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil", São Paulo, Hucitec, 1989, 2 ed.

**Thompson, E. P.** "A formação da classe operária inglesa". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 (3 Vol.).

**Thompson, E. P.** "A miséria da teoria", Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

**Thompson, E. P.** "As peculiaridades dos ingleses", Campinas, IFCH, 1993.

**Thompson, E. P.** "Senhores e caçadores", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

**Touraine, Alain.** "Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos" in *Lua Nova*, São Paulo, N° 17, Junho de 1989.

**Tonca, Ítalo.** "1930: A dominação oculta", São Paulo, Brasiliense, 1988 (6ª ed.).

**Tronti, Mario.** "Operários e capital". Porto, Afrontamento, 1976.

**Tronti, Mario et alii** "Mesa-Redonda: O novo e o velho no projeto da esquerda dos anos 80" in *Lua Nova*, São Paulo, N° 13, Setembro de 1987.

**Weffort, Francisco.** "Origens do sindicalismo populista no Brasil", in *Cadernos de Estudo*, n° 4, São Paulo, CEBRAP, 1973.

**Werneck Vianna, Luís.** "Liberalismo e sindicato no Brasil". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

## FONTES UTILIZADAS

Atas de Assembléia Geral do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação de Porto Alegre (1932-1934).

Atas do Sindicato dos Padeiros de Santa Maria (1920-1938).

Atas de Assembléia Geral do Sindicato dos Operários Estivadores de Porto Alegre (1930-1945)

Atas de Assembléia Geral do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Porto Alegre (1934-1935).

Atas das reuniões da Comissão Executiva do mesmo Sindicato entre 1937 e 1939.

Carteira de sócio do mesmo Sindicato datada de 1934, contendo os estatutos do sindicato, da caixa de socorro aos desempregados e da caixa de beneficência (duas versões)

Jornal "A Voz do Trabalhador", órgão oficial da Federação Operária do Rio Grande do Sul (1933-1935), coleção do Arquivo Edgar Leuenroth/IFCH/UNICAMP.

Jornal "A Voz Proletária", órgão da liga dos operários apolíticos, Porto Alegre (1933/1934), coleção do Arquivo Edgar Leuenroth/IFCH/UNICAMP.

Jornal "O Proletário", Pelotas (1925-1934), coleção do Arquivo Edgar Leuenroth/IFCH/UNICAMP.

Entrevistas com o ex-dirigente metalúrgico comunista Elóy B. Martins, Porto Alegre, Janeiro de 1991 e Janeiro de 1992.

Entrevista com o padeiro aposentado João Flores "Machadinho", Porto Alegre, Abril de 1993.

## ANEXOS

\* RELAÇÃO DE SÓCIOS CONTRIBUINTES DO SINDICATO DOS PADEIROS DE SANTA MARIA EM 1922, QUANDO PRESIDIDO POR LEOPOLDO MACHADO, QUE LIDERARIA A GREVE DE 1933/1934 EM PORTO ALEGRE. REPARE-SE AS ANOTAÇÕES AO LADO DOS NOMES INDICANDO ENTRE OUTRAS COISAS OS FURA-GREVES ("CARNEIROS");

\* CARTEIRA DE SÓCIO Nº 88 DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE PORTO ALEGRE, PERTENCENTE A ELÓY MARTINS. CONSTAM: SELOS REFERENTES AO PAGAMENTO DAS MENSALIDADES DO SINDICATO, E DA CAIXA DE BENEFICÊNCIA SOBREPOSTOS NO LOCAL REFERENTE AO MÊS QUITADO ALÉM DE ESTATUTOS DESTAS DUAS ENTIDADES E TAMBÉM DA CAIXA DE SOCORRO AOS DESEMPREGADOS;

\* ATA Nº 38 DE 9/3/1934 DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE PORTO ALEGRE PARCIALMENTE INUTILIZADA PELO LACRE EFETUADO EM 1937, QUANDO SE COLOU UMA FOLHA FECHANDO AS PÁGINAS ANTERIORES;

\* TERMO ASSINADO PELA DIRETORIA INTERVENTORA EM 19/11/1937 REGISTRANDO A DELIBERAÇÃO DE COLAR AS FOLHAS DAS ATAS ANTERIORES. O PERÍODO LACRADO CORRESPONDE EM LINHA GERAIS AO ANALISADO NESTA DISSERTAÇÃO;

\* ATA DE 1934 DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE PORTO ALEGRE ONDE FORAM SUBLINHADOS COM LÁPIS VERMELHO OS SEGUINTE NOMES E EXPRESSÕES: CONGRESSO, TESE, MILLAN KNAPFELZ, ELÓY MARTINS, (PERANTE O...) CONGRESSO OPERÁRIO TEM AMPLOS PODERES COMO REPRESENTANTE, NA LINHA VERDADEIRAMENTE PROLETÁRIA, CAMARADA HIBERNON MACHADO (SUBLINHADO DUPLO).

\* TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA COM O SR. JOÃO FLORES ("MACHADINHO") REALIZADA EM ABRIL DE 1993

## Socios Contribuinte.

José Francisco Truizen,	retirado
Ademir Xavier,	
Augusto da Silva,	
Antonio Lubiarré,	
Eduardo Freitas,	
Curdio Rodrigues,	Carneiro
Normir Funderauer,	
Manastuco Tujó,	
Antônio Martins,	
Martins Garcia,	retirado
Ardoym Martins,	retirado
Roberto Severo,	
Gonçalves do Amarante,	
Eugenio Alves,	
Indeiro Marques,	
Luiz Barroso Smith,	
Pedro Marques de Quevedo,	
Worcey Chiappe,	
José Corino de Oliveira,	
José Graff,	
Benedito Garcia,	
Antonio Graff,	
Marcino Trindade,	retirado
Elizir dos Santos,	retirado
Boalaguel Durete,	
Walter Trubasco,	
Clímaco Camara,	Carneiro
Alfred Torres,	
Praxedes Mirelles,	Carneiro
Carlos St. Bürger,	
Fernando Bins,	
Francisco Souza,	retirado

**SINDICATO  
DOS  
OPERÁRIOS  
METALÚRGICOS  
DE  
PORTO ALEGRE**  
FUNDADO EM 19-3-1931

Fotografia

Nome *Clay Brandt Martini*

Local onde trabalha *Wassermann & Cia*

Categoria *Caldeiraria* Idade *22*

Est. Civ. *1911* Naturalidade *Brasil*

Porto Alegre, *1* de *Setembro* de 193*4*

Presidente *Manoel J. Viana*

Secretário *W. L. Brandt*

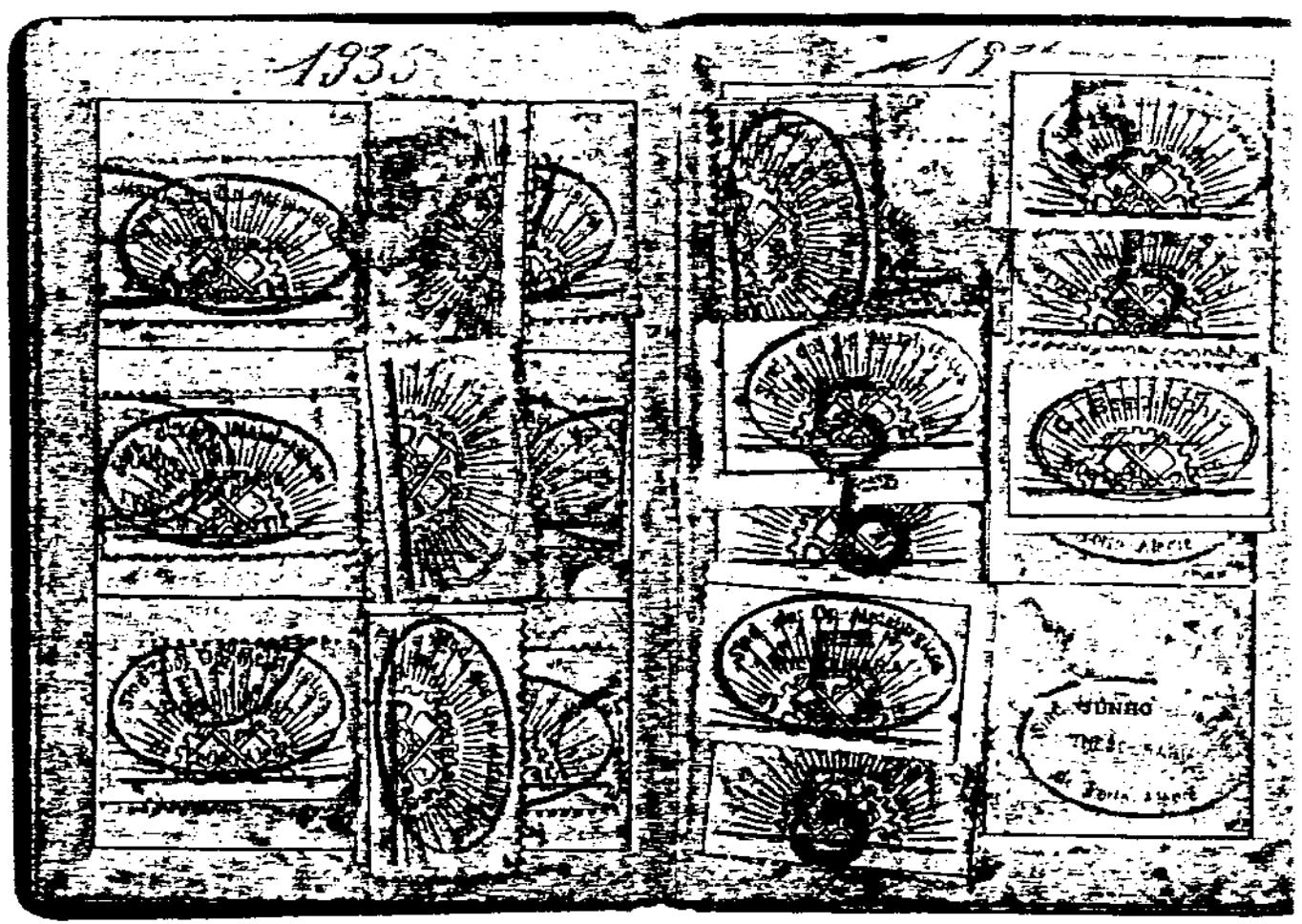
Assin. do ASSOC. *Clay Brandt*

*Martini 1934*

# ESTATUTOS DO SINDICATO DOS OPERÁRIOS METALÚRGICOS DE PORTO ALEGRE

Fundado em 19 de Março de 1931

LIVRARIA SELBACH de S. R. de FONSECA & Cia.  
Rua Marechal Floriano nº 30 - PORTO ALEGRE



1939

JULHO	OUTUBRO
AGOSTO	NOVEMBRO
SETEMBRO	DEZEMBRO

# ESTATUTOS

## Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Porto Alegre

Fundado em 19 de Março de 1931

### CAPITULO I

#### Do sindicato e seus fins.

Art. 1.º — O Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Porto Alegre, fundado em 19 de Março de 1931, é uma associação de classe, com sede e foro na cidade de Porto Alegre, composta de número ilimitado de sócios a partir de 3 de Janeiro de 1933, organizada em conformidade com o Decreto n. 19.770, de 19 de Março de 1931.

Art. 2.º — São fins do Sindicato dos Operários Metalúrgicos:

a) reunir todos aqueles que exerçam a sua actividade na profissão de operário metalúrgico;

b) promover pelos meios a seu alcance, a melhoria das condições de trabalho, pleitean-

### Caixa Beneficente

#### Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Porto Alegre

#### REGULAMENTO

Art. 1.º — O sindicato garante aos sócios com um ano de contribuição e estando quites com a tesouraria, todos os auxílios constantes neste regulamento.

§ Único — A beneficência aos sócios necessitados começará a ser distribuída logo que o patrimônio do sindicato atingir a quantia de 5:000\$000, e cessará quando baixar a 3:000\$000.

Art. 2.º — As diárias aos sócios enfermos serão, no primeiro mês de 3\$000, no segundo de 2\$500 e no terceiro de 2\$000, cessando o auxílio depois de 90 dias.

Art. 3.º — A diária será paga depois de 7 dias que o associado ficar enfermo, sendo a mesma paga quinzenalmente pela tesouraria.

§ 2.º — O associado que receber a quota beneficente durante 3 meses consecutivos, só receberá novo auxílio depois de terem decorridos 6 meses do último auxílio prestado.

Art. 3.º — Em caso de falecimento do associado, o sindicato contribuirá com quantia de 200\$000 para o enterro que serão fiados aos herdeiros legítimos, e na falta desses o sindicato fará o enterro.

Art. 4.º — Em caso de epidemia a assembleia poderá alterar ou suspender as quotas beneficentes como julgar conveniente para não prejudicar a estabilidade financeira do sindicato.

#### Disposições Gerais

O presente regulamento só poderá ser modificado ou anulado por uma assembleia epecialmente convocada para tal fim.

#### A Comissão:

Pedro Kraemer

Lucio M. Rochadel

Milao Knafelz

# Regulamento da Caixa de Socorros dos Desempregados do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Porto Alegre

## CAPITULO I

### Da Caixa de Socorros e seus fins

Art. 1.º — Os fins da caixa de socorros são:

§ único — Socorrer os desempregados sindicalizados à ela associados.

Art. 2.º — Os direitos dos sócios são:

- a) — terão direito ao auxílio pecuniário da caixa de socorros os associados que, ficarem desempregados por falta de serviço, ou por outro qualquer motivo justificado, conforme parecer da comissão nomeada para tal fim; (sindicância).

## CAPITULO II

### Dos deveres dos associados

Art. 3.º — Os deveres dos associados da caixa de socorros são:

- a) — somente poderão se associar a caixa de socorros os sócios do sindicato,

com 6 meses de efetividade e quites com o mesmo;

- b) — ser de bons costumes;
- c) — ser cumpridor de seus deveres;
- d) — aceitar e bem desempenhar os cargos para que for nomeado;
- e) — concorrer com o que estiver ao seu alcance em benefício da caixa.

## CAPITULO III

### Das contribuições

Art. 4.º — Todo o sócio do Sindicato dos Operários Metalúrgicos, que queira fazer parte da caixa de socorros aos desempregados, terá que contribuir com uma jóia de 5\$000 (cinco mil réis) e uma mensalidade de 2\$000 (dois mil réis).

## CAPITULO IV

### Da administração da Caixa de Socorros

Art. 5.º — A caixa de socorros dos desempregados do Sindicato dos Operários Metalúrgicos, será administrada por uma diretoria composta de 6 mem-

# Acta Nº 38

De Assembleia Geral extraordinária  
de Porto-Alegre.

nos dias nove (9) do mez de maio  
de mil novecentos e trinta e quatro (1934)

Na Rua Riachuelo 1038, com a presença  
do Sr. presidente dae por aberta a sessão

lida a acta e camaráda Dario Galvão  
não se mencionada a discussão da

referente-se ao Bolém Tomio, me  
toma as decidas presidenciaes para qd

havendo mais que apresentar d'at-se,

Entrando na ordem do dia fallar  
nos, Walthor Johanson, Affonso e J.

plenario la entera situação que em  
cians o jornal a Voz do Trabalhador

colletas em cada sessão para um  
que de maneira tão digna e prote

tenesse economicas e sociais da cla  
vem lançada a proposta pelos refer

sendo posta em aprovação a qm  
da-se 2 minutos de intervallo p

coadiuvando cada membro da af  
vel de uma maneira verdadeiramente

na classe, sendo depois a reunião  
comanda Eloy Affonso secretario

Para-se ao caso da dimissão de  
Rochadel, o qual começa a m

um debate sendo esclarecido o  
o pedido de dimissão, tomando por ultimo a palavra

Presidente que expõe que no syndicato tem que se de orientar

Ata  
geral a  
são, e  
ta  
e nella  
anterio  
Tm  
e não  
Eloy Affon  
do no  
o órgão de  
de fazer  
jornal  
o os m  
geral,  
mil  
qu  
de

33  
46  
din  
a assembleia  
o lugar  
Operario  
que se de orientar

Porto Alegre 19- Novembro  
de 1937

Nas abaixo assignadas membras da  
Comissão Executiva, empassadas no  
dia 1º de Outubro do corrente anno,  
com a presença do representante do  
D. P. Inspector Regional do Trabalho  
Industria e Commercio; e autorizadas  
pelo Sr. Comandante da Policia  
Militar de Porto Alegre, collamos  
as folhas dos livros, escritas e  
assignadas pelas Directorias anteriores.  
Ditas folhas conservar-se-ão  
arquivadas.

Presidente — Antonio Luiz de Lencina  
1º Secretario — Bruno Rezinato  
2º Thesourero — João Gomes Sarmento  
Procurador Geral — Arnaldo Rodolpho Schmitt

ando-se a assumptos gerais, e complementares.

e não a julgar precipitadamente de acordo aos interesses economicos da classe, não manifestando-se nenhum membro em desacordo com a dita Thèse e camarada presidente põe em aprovação sendo ella apoiada por unanimidade de votos. Pasa-se a nomeação dos respectivos delegados os quaes deverão representar a classe sindicalizada perante o Congresso para a defesa da respectiva Thèse sendo indicados os camaradas, Milton Guafeta, Eloy B. Martins e Frederico Thues. Toma a palavra sobre o assunto o camarada Eloy B. Martins expondo ao plenário se os ditos delegados perante o Congresso Operario tem amplios poderes como representantes pedindo ao plenário uma manifestação sobre o assunto. Pede a palavra o camarada 2º secretario expondo ao plenário a situação da classe proletaria e o verdadeiro caminho que a dita classe tem que tomar mediante a sindicalização para obter as suas reivindicações e os seus justos direitos que os camaradas delegados perante o Congresso sabrán manter-se na linha verdadeiramente proletaria para a defesa dos direitos da sua classe propria classe e que os ditos representantes tem que ir com amplios poderes porque caso contrario não poderão apoiar os fins que o dito Congresso vai a tomar. Pede depois a palavra o 3º camarada Filomeno Machado o qual apoia a exposição feita pelo camarada 2º secretario e acrescenta que os camaradas os quaes sentem-se verdadeiramente conscientes para tomar o verdadeiro caminho das reivindicações que terão a se ir a tomar apoiam a proposta de dar plenos poderes aos delegados representantes e os que não se sentem plenamente de accordo não apoiam. Toma a palavra o camarada presidente o qual expõe ao plenário os fins da sindicalização e o compromisso que vão ter os camaradas do plenário na sua votação sobre o assunto. Sendo posto em votação o plenário e os ~~Toda a~~ Toda a assembleia vota por unanimidade de dar amplios poderes aos delegados representantes perante o Congresso Operario. Entrando em assunto Gonar o camarada Dario Galli faz proposta ao plenário para que o conselho final passe reunião com qualquer numero de membros para as respectivas contas de Throuvenia, visto que na reunião passada compareceram somente 3 mem-

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA COM O SR. JOÃO FLORES  
("MACHADINHO") REALIZADA EM ABRIL DE 1993

P.-Por que o seu apelido é Machadinho?

R.-O meu apelido é Machadinho porque quando eu fui pra trabalhá, eu era ajudante de padeiro, este padeiro que eu era ajudante chamava-se Machado e eles então, os padeiros, para facilitar, porque o meu nome é João, eles então falavam o Machadinho, eu era o ajudante do Machado, então daí seguiu, Machadinho, Machadinho,...

P.-Como era o nome todo deste com quem o senhor trabalhava?

R.-Ah, ele era português, chamava-se Jorge, mas o sobrenome eu não sei, a gente não guarda,...

P.-Mas esse Machado era,...?

R.-Ah, esse Machado que eu trabalhava era brasileiro,...

P.-E como era o nome dele?

R.-Esse era Fernando Machado, ou ... eu não tenho bem idéia...

P.-Ah, tá certo, porque depois houve um presidente do sindicato que era Leopoldo Machado...

R.-Ah, isso foi agora depois de 30.

P.-Depois de 30...

R.-Ele foi deputado, ainda. Esse trabalhou muito. Esse era de Santa Maria, ele chegou aqui numa greve que nós fizemos em 1923 e que tirou muitos padeiros do interior do estado para vir para cá. Ele até era um baluarte. Ele até foi boicotado, ele se meteu foi na política obrigado. Naquele tempo era assim, se o senhor tivesse um envolvimento qualquer os patrões se uniam e não lhe davam lugar. Eu naquela época era um moleque, ..., senão eu podia lhe dizer muita coisa.

P.-O senhor começou como ajudante então com 12 anos, em 1916-17, por aí?

R.-É.

P.-E como é que era o trabalho, para o senhor começar como ajudante, o que era o trabalho do padeiro?

R.-O trabalho naquele tempo, muitas padarias, muito pouca tinha mecânica, máquinas, era tudo feito à mão mesmo. Era umas masseiras enormes, sistema um cocho, assim quadrado, né, mais ou menos com três, quatro metros de comprimento, e com 50 cm, 60 cm de largura, e quando se ia fazer a massa a gente colocava ali dentro, se a massa fosse uma massa de 5 sacos a gente colocava, 5 sacos de farinha, botava dois e meio naquele e dois e meio nesse ((lados)), e se botava água, quer dizer, naquele tempo um saco de farinha tinha 24 quilos, então cabia cada lata d'água era um saco de farinha. Então se media a quantidade d'água, quando nós, quando tinha aquela água ali dentro da masseira, vinha dois daquele lado e dois desse, até ela se unir uma com a outra. Vinha o sistema de massa, era uma massa que se fazia e aquilo ficava para levedar, três horas, depois de três horas a gente socava ela e colocava ela dentro do (inaudível) e fazia o pão ali, conforme a quantidade, se era 5 sacos, se era 2 homens, se eram 3 homens, era por empreitada, era por tarefa, quer dizer que em geral tinha hora para pegar mas não tinha hora para largar, a largada tava em nós, se nós fizéssemos o serviço de 3 horas em 2 e 1/2 nós íamos embora, porque era por tarefa, assim era quase todos os padeiros, isso era nesse tempo, antes da máquina... eu tenho que ir conversando e o senhor vendo... eu vou vacilar muito, eu tô dizendo pro senhor, eu tô com 88, eu tô vindo lhe dizer coisas de 70 anos atrás, é uma vida, o senhor sabe que é uma vida?

P.-É uma vida grande inclusive,...

R.-É, eu me recordar aqui, é uma biblioteca,... né, quer dizer, agora nesse tempo se fazia isso, era por tarefa, agora em 30 foi que se fez a greve, né teve uma greve geral em 1932,33,34, que adonde se reuniu 2, 3 sindicatos que obrigaram por lei o Ministro do Trabalho vir aqui, porque os patrões queriam dar 8 horas e não podiam, a fermentação não adotava o sistema de trabalho que tinha que ser, então o sindicato levantou o pessoal, ninguém trabalhou, parou, 24 horas parado, até o Ministro do Trabalho vir ... o sindicato era ali na Riachuelo, na esquina daquela rua ali do Correio do Povo, ali parece, ali defronte tem um edifício alto, naquele edifício era o sindicato.

P.-Quer dizer que o prédio antigo não existe mais?

R.-Eu penso que não existe mais.

P.-Tem um edifício novo agora no lugar?

R.-É.

P.-Vocês reuniam na sede, eram vários sindicatos na mesma sede, né, sede da Cosmopolita?

R.-É isso mesmo, a cosmopolita, agora o senhor tá me chamando a atenção, eles eram anexo a nós, por os sindicatos deles, nós infiltrava, a nossa sessão nós dava junto com eles, nós não tinha totalmente uma sede própria, tinha ali, e ali tinha diversos sindicatos, tinha os barbeiros, tinha os alfaiates, tinha os ... alguns me fogem à memória porque eu também não ia me interessar.

P.-Se interessava na sua categoria.

R.-Na minha categoria, aí eu me interessava, né, ajudava, cooperava, eu me criei ali, o pessoal eu sempre gostei do sindicato, sempre fui um elemento, sempre ajudei os padeiros, ... agora eu fazia com o sindicato. Antes que o sindicato era um sindicato anarquista, né. Quando foi fundado o sindicato eu tinha 8 anos. O sindicato pegou a se movimentar, ele fez greve o sindicato porque não queria que se fizesse pão de domingo para segunda, tinha que ter um dia de descanso e os patrões não, não admitiam esse sistema, então foi adonde (isso eu ouvia quando era guri, né) dizia "A gente tem que ter um dia de descanso", o pessoal, né, revoltado, porque o padeiro naquele tempo era, era o diabo né, o senhor pode ver, eles comentavam : "-Os padeiros tem que ter um dia de descanso". E os patrões não, os patrões queriam que o pão fosse rotativo. Então esses anos até 1917 mais ou menos, eu já era menino taludo né, foi o sindicato, essa padaria 5 Estrelas, porque o sindicato tinha isso, ele mandava avisar ele por exemplo, o senhor era dono de uma padaria, então o sindicato mandava uma carta, né para você, que não fizesse mais pão segunda feira, o senhor teimasse, eles comunicavam- então agora nós vamos, nós vamos resolver o problema. E aguardavam essa padaria 5 Estrelas até deram uma nesse tempo até eu tava lá dentro, eu era gurizote, eu tava lá dentro, eles assaltaram...

P.- Assaltaram?

R.- Assaltaram a padaria, é, atiraram e tudo, quer dizer que à época na padaria não houve ferimento, não houve nada, nós era gurizote, nós saímos lá pra dentro. Isso não tinha...quer dizer, a gente até fugia às vezes. Dali por diante os padeiros sempre eram acusados pela polícia, porque aqui tinha uma escolta presidencial, como se chama né? e eles, que(...) era gente preparada, então os movimentos qualquer ela tava em ação. E foi o caso mais sério que eu posso te dizer, foi ... olhe, eu não quero lhe mentir, não, foi quando sindicato (susurrado) matou um sujeito eles avançaram ali na esquina da rua Senhor dos Passos com a Vigário José Inácio, ali tinha uma padaria, Padaria do seu Piccini, era uma das padarias mais fortes de Porto Alegre, seu Alexandre Piccini, e ali o sindicato mandou comunicar

,né? Ele era homem rebelde, ele era um homem com poder, ele era um homem rico né, porque ele era dono daquela quadra toda e então o sindicato mandou comunicar-lhe que não fizesse e mandou dizer ao pessoal que, aquele o que fosse trabalhar estava sujeito a morrer, e eles não ligaram, não ligaram e dali a dois dias, três dias, dois, três homens do sindicato, eu não sei quem eram eles, (a gente sabe porque a gente convivia né, é que nem nós três aqui, se acontece alguma coisa o senhor sabe, eu sei,) e eles matavam né, morreu um padeiro, teimaram em fazer pão e ali por volta da madrugada eles assaltaram a padaria, assaltaram, a donde, né, foi um foi um padeiro preso, e a policia naquele tempo eu me lembro, eu era gurizote, prenderam aquele mais, mais revoltoso, e largaram ele ali prá fora, né, parece que largaram ele para Santana do Livramento. E foi adonde ai onde se deu uma greve geral aqui, porque ai sindicatos se uniram né, prá buscá, porque o chefe da policia mandou deportar porque eram anarquistas, porque eles tacharam a gente como anarquistas, eles às vezes diziam assim pra mim, eu tava numa padaria eles diziam assim: negrinho também é anarquista, e eu dizia - o que que eu sei disto?... eu não conhecia nada... eu dizia então: o anarquista é aquele que pede dinheiro, aquele que acha que ganha pouco? Eles mandaram o empregado embora para fora, então surgiu dois ou três...

P.- O senhor tinha quantos anos?

R.- Olha, por essa época eu já tinha, eu já era por exemplo eu tinha uns quinze anos ou dezesseis anos. Nessa época eu já tinha isso, mais ou menos, eu tinha pouco mais ou pouco menos tinha até menos do que isso e não mais, e adonde então tinha o sindicato dos canteiros, tinha o sindicato nosso...

P.- Mas o que é canteiro?

R.-Canteiro, eu não sei pronunciar a palavra, é esses homens que calçavam a rua. Agora eu não sei qual o nome deles.

P.- Não é porque muda mesmo, isto eu queria saber e lhe perguntar, quais as profissões que existiam entre os padeiros, tinha o forneiro, o que é que o forneiro fazia?

R.- O forneiro é aquele que mete o pão pra dentro do forno, pro pão cozinhar, aquele homem tem uma pá dele e tem o ajudante dele, ajudante de forneiro. Ele coloca o pão na pá e o forneiro coloca o pão pra dentro, quando o pão já está cozido o forneiro tira e o ajudante(...) põe no balaio.

P.- E ele tem que ser mais especializado?

R.- O forneiro não, ele tem que ter um conhecimento da caloria do forno, sabe essa coisa toda, porque sempre tem um mestre, um responsável por todo o serviço da padaria aquele é um homem especializado, tinha naquele tempo né. Aquele controlava tudo, mandava o forneiro, mandava o ajudante, mandava o senhor...

P.- E esse mestre participava do sindicato também ou não era de confiança do patrão?

R.- As vezes tinha padaria que aquele homem era um gerente..

P.- Um homem de confiança do patrão?

R.- Exato, esse homem era sempre vigiado pelos patrões, talvez nunca...nunca...

P.- Mas tinha alguns que tavam do lado..

R.- Tinham algumas padarias que esse mestre era nosso, dos padeiros, eu também cheguei a ser encarregado de serviço, agora por último né...

P.- E o que era um quadrista ?

R.- Um quadrista era aquele que ajudava, ficava na mesa, quando tava a massa em cima da mesa ele pegava, tinha um senhor que tinha uma balança, ele pesava, com a continuação do trabalho a gente aprende a pesar. Se o pão é 200 gramas, o senhor pega assim uma pelada, já sai 200 gramas, às vezes sai um pouquinho escasso mas sai assim, né? Então quer dizer que este chamasse um quadrista, um pesador de pão, tinha um salário especializado. Tinha o quadrista, tinha o pesador de pão, tinha o masseiro.

P.- O que é um fermenteiro?

R.- O fermenteiro é aquele que inicia o serviço que hoje não é mais adotado, no sistema moderno perdeu-se, eu chegava e o mestre mandava eu fazer, tinha uma masseira ali, o senhor chegava e dizia: põe 5 quilos de farinha aí.. Botava 5 quilos de farinha e mais ou menos 2 quilos de massa cozida, eu botava um pouco d'água, desmanchava bem desmanchadinho e dava umas pelada. Pelada é uma....(gesto com a mão)..... que se dava assim, depois deixava aquilo bem molzinho depois eu tomava, deixava aquilo, embrulhava assim aquilo com ....(farinha)....deixava bem durinho, depois demorava mais ou menos 4 horas naquele sistema monótono. Depois de 4 horas aquilo era fermento então dali o mestre mandava pegar o que ele precisava para fazer a quantidade de pão que ele precisava para fazer a quantidade de pão que ele queria ... Isso foi há muito tempo, isso de 30 para cá já apareceu

fermento fleischman ai, que naquele tempo não tinha, era fabricado com a própria farinha.

P.- E o repartidor?

R.- Repartidor é aquele que distribuía o pão na rua, quer dizer que nós fabricava dentro da padaria, o pão sovado, pão d'água, massa doce e o repartidor, eles tinham uma camionete né, então ele vinha levar aquele pão 100, 200, 300 e ganhava 20 ou 30%, ele ganhava uma porcentagem, conforme ele até...

P.- Por que já teve, por exemplo, um sindicato próprio dos repartidores?

R.- Sim, quer dizer não., os repartidores não tinham sindicato eles trabalhavam junto com o sindicato, até foi um fracasso no sindicato porque os estatutos do sindicato antes não aceitava. Quando eles fundaram o sindicato, o sindicato não aceitava lá os anexo a ele, não fosse padeiro não podia se associar, pra não haver isso e foi donde enfraqueceu o sindicato foi isso, porque os repartidores entravam de sócio e então o sindicato tinha que defender eles (depois que os estatutos deixaram eles entrar no sindicato) então eles as vezes ficavam devendo para os donos de padaria e os donos de padaria se uniam, se uniram muito e ali na Venâncio Aires, onde é o cinema Avenida, ali tinha uma padaria, Padaria Delgado e tinha um repartidor ali (em 1924, por aí, é um monte de anos) (é o que eu lhe disse, eu não quero dizer coisa no ar... porque isso é uma coisa séria, nós estamos aqui, isso é um diálogo, amanhã depois o senhor vai esclarecer isso e há de ter alguém que também compreenda isso). Agora aqui em Porto Alegre daquela padeirada sobrou muito pouco, tem muito pouco, a maior parte já morreu, então nós era por categoria, era o mestre, era o contra-mestre, era o gerente, era o supervisor, era o quadrista então cada um ganhava um ordenado especial, o mestre ganha 300 mil réis, o forneiro 200, o masseiro de pão ganhava 160, aquele que pesava o pão ganhava 180 de acordo com a capacidade dele era o salário que ganhava.

P.- Pra várias especializações?

R.- Cada um na categoria dele, todo mundo tinha a sua categoria, se o senhor era forneiro era forneiro, não é como hoje não, hoje não tem isso, hoje, depois que apareceu o salário-mínimo, hoje não tem categoria, hoje o senhor entra na padaria, o senhor sabe ler e escrever agarra um livro que diz a massa leva tantos..... de masseira....o senhor faz o pão.

P.- Agora diz uma coisa, o senhor tinha um aprendizado, o senhor começava como ajudante, não é? Pequeno

ainda, menino, depois de um tempo já podia ser considerado um padeiro, aprendia o próprio trabalho?

R.- Eu comecei como ajudante do Machadinho depois eu me influía, porque naquele tempo nós repartia aqui no Partenon, nós chegava seis horas da tarde na padaria e eu me encostava ali na mesa vendo os padeiros fazendo o pão eu gostava e daí eu fui aprendendo, né, porque eu queria ganhar mais um pouquinho (eu fui crescendo e já queria fazer uma farra né) fui indo né, daí a minha profissão era padeiro, mas chegou uma época em que eu não tinha mais padaria para trabalhar.

P.- Por causa da perseguição?

R.- Por causa da perseguição, porque o senhor pode ver a minha matrícula do sindicato, porque não era só eu padeiro em Porto Alegre, era milhares, o sindicato tinha padeiro, a minha matrícula ainda não é das mais baixas é 300 e pouco, e que dê estes outros padeiros? Então se sumiram, eles tinham medo, não queriam porque se o senhor soubesse que eu era padeiro e que eu freqüentava o sindicato e o senhor tinha uma filha para casar o senhor não dava para mim. Eu chegava em padaria, aqui ainda existe essa padaria na Félix da Cunha que é a padaria Weidmann ali (o alemão é morto) eu tava trabalhando ali e ele andava para a Europa, naquele tempo e quando ele chegou, o filho dele disse: "-papai não gosta de preto aqui, mas você é bom padeiro vai trabalhar". Quando ele chegou ele perguntou se eu não era o tal do Machadinho e disse: "-Esse homem não me entra, não passa nem na frente da minha casa" (...) As vezes o presidente do sindicato, o Vanini, ele me dava um servicinho pra mim levar uma coisinha pra casa...

P.- Me diga uma coisa. O sindicato tinha, na época que eu andei vendo as atas uma bolsa de trabalho, era grande o numero de padarias que contratavam o pessoal através da bolsa de trabalho do sindicato?

R.- Tinha 35 padarias na cidade de Porto Alegre e a bolsa era para assentar esses padeiros que vinham do interior do estado. O indivíduo vinha, vinha sindicalizado dos outros lugares né, em cada uma cidadezinha dessas tinha sindicato, então ele vinha credenciado, com aquela credencial ele vinha diretamente ao sindicato, como ele não conhecia Porto Alegre, ele ficava na bolsa, na bolsa tinha um telefone se precisava de um padeiro ligava pra bolsa, se o senhor era um forneiro, ligavam: "-nós precisamos de um forneiro".

P.- Mas assim não eram todas as padarias que pegavam padeiros através da bolsa?

R.- Não, quando eles precisavam eles pegavam. Mas eles escolhiam o padeiro, aquele que eles achassem, uma

comparação, eles podiam me chamar, às vezes tinha padaria que chamava e eu não tinha pescador na lista, às vezes eu tinha só eu e diziam "- Olha, aqui só tem o Machadinho..."

P.-O que é um pescador ?

R.-O pescador é um homem avulso, um homem que não é empregado de ninguém, ele é autônomo, né, quer dizer o senhor precisa de mim para varrer este quintal eu vou, se o senhor precisar de mim para lavar esta casa eu vou,...

P.-E por que se chama pescador?

R.-Pescador é porque é o meio mais fácil de se arrumar um serviço, né, "-O que é que você vai fazer? -Vou fazer uma pescaria, fulano tá doente e eu vou trabalhar no lugar dele". Então se tratava assim.

P.-Deixa eu lhe perguntar mais um negócio, então assim o senhor começou lá com 12 anos como padeiro e quando é que o senhor começou a se envolver mais com o sindicato, a participar das reuniões, a participar das ...

R.-No sindicato eu desde guri sempre participei, porque eu conversava muito pouco e eles gostavam de elementos que conversassem pouco e eu sempre tive uma idéia diferente dos outros. Eu achava que quando o patrão tava fazendo muita vantagem ele não era bom, que ele tava me explorando, ele tava me comprando e eu não dava muita confiança para ele, eu era revoltado, até hoje alguns padeiros me conhecem. Sabe, né que nem agora o fulano que agora saiu de presidente, sabe, eu trabalhei com ele, sabe que eu não era, não é dizer que eu fosse melhor que os outros, mas eu trabalhava, eu podia sair de Porto Alegre, me apresentar e dizer "- Eu sou padeiro" e o que me mandasse fazer eu fazia,...

P.-Agora deixa eu lhe perguntar um negócio, o senhor chegou a participar de alguma diretoria ou das juntas?

R.-Não, nunca, porque o senhor vê, ali precisa de gente que saiba ler, eu não sabia, mas nós tivemos um homem no sindicato que quase não sabia ler, ele aprendeu a ler dentro do sindicato, o Vanini, o Vanini era um homem analfabeto.

P.-Mas ele foi presidente em que época, este Vanini?

R.-Ele foi de 30 em para cá\* , não era que fosse pela assembléia, era nomeado.

---

\* Na verdade do Estado-Novo em diante.

P.-Sei, uma comissão.

R.-É, então quer dizer que a gente, vamos dizer tinha uma assembléia e botasse o seu Pinto\*\* de presidente, aí entrou uma lei aí, um decreto, a lei que o indivíduo para ser presidente do sindicato precisava de um ano de serviço numa padaria, então aquele lugar dele ficava um responsável, quando ele deixaria de ser, tirar aquele mandato dele o patrão era obrigado a aceitar lá.

P.-E esse Vanini era ligado a alguma tendência política?

R.-Ah, esse era, esse a mãe dele era irmã da senhora do dono de padaria mais rico de Porto Alegre, que mandava mais contra o sindicato em Porto Alegre, mandava com as duas mãos. Ele era um elemento, ele era um homem, eu por exemplo, eu cuidava dele, pra que eu vou dizer que não, mas ele era muito bom também. Mas ele não acreditava nos trabalhadores.

P.-O Pinto está perguntando se o Vanini este mandou queimar documentos, coisas que eram da história do sindicato?

R.-Não, não, ele não mandou queimar, quer dizer que teve uma época que a própria polícia mandou invadir o sindicato, numa reunião nossa lá, numa assembléia geral, foi muito agitada e a polícia entrou e extraviaram tudo, extraviaram todos os documentos que tinham, um quarto cheio de coisa tiraram e colocaram na rua e fizeram, queimaram e o que eles achavam até prendiam, paralisavam e a sessão não continuava.

P.-Por isso que muita coisa já não tem no sindicato?

R.-Não, pois é, que isso são coisas de muita responsabilidade, o sindicato tinha que ter alguma coisa que esclarecesse, e naquele tempo, sendo anarquista eles pegavam qualquer um, qualquer um papelzinho se me pegasse no bolso um, um papel do sindicato na polícia eles me pegavam, né?

P.-O senhor...

P.-(Pinto) O Vanini era um reacionário, quem ele gostava tudo bem, quem ele não gostava, ele ralava... também eu entendo, posso estar enganado, que ele preparou o substituto dele, que seguisse a mesma linha.

R.-É, ele seguiu, né, o Heitor quando ele morreu o Heitor seguiu a mesma rotina dele.

---

\*\* Dirigente atual do Sindicato presente à entrevista

P.-Que Heitor?

R.-Heitor Cardenal, foi o próximo depois dele. Ele era tesoureiro, depois que ele morreu (ele morreu de repente), o Heitor seguiu. Porque o Vanini era muito bom, (a gente cuidava dele), ele chegava em dono de padaria às vezes que eu tava trabalhando e ele nem sabia que eu tava trabalhando naquela casa, ele às vezes ia lá conversar ou fazer alguma cobrança e ele entrava lá dentro e me via "-Oh, Machadinho, você por aqui?", e ele comunicava o dono da padaria "-Vocês tem esse homem aí dentro, Amanhã vocês tão lá no sindicato, esse homem é um elemento, mau elemento, ele vai aí dentro, ele vai orientar todo mundo e Amanhã" e ele era o presidente do sindicato ...

P.-E entregava o jogo...

R.-Entregava o jogo, tinha até...

P.-E ele era getulista, alguma coisa assim ?

R.-Ah, ele era ... ele era... Agora é possível que ele era getulista né, ele quer dizer que ele era um ... gurizote, sabe, ele não era um homem, não tinha partido, ele ia pro lado da caçamba, né...

P.-Oportunista, assim?

R.-É, oportunista queria ver se arrumava a boquinha dele, né?

P.-(Pinto) Qual deles? O Vanini ou o Heitor que foi candidato a vereador uma vez?

R.-O Vanini. Ele foi suplente até.

P.-Mas em que época, o senhor lembra?

R.-Aí é que tá, não lembro mas ele foi suplente.

P.-Deixa eu perguntar um negócio, em termos assim de condições de trabalho (por que tinha esse problema do trabalho à noite), como é que era? E o salário, era um salário que dava para sobreviver? Ou era um salário muito difícil de ...?

R.-Olha, o salário...

P.-Comparando assim com outras categorias...

R.-Olha, o salário quando o sindicato era bem (inaudível) era de acordo com o sindicato, de acordo com sua categoria, o senhor era forneiro, ganhava como forneiro, era quadrista tinha que ganhar como quadrista, o senhor não

ganhava nem mais nem menos e aí bom, quando de repente veio vindo esse negócio, os patrões fizeram uma forcinha, então a gente fazia aquela ação direta que ainda tinha algum padeiro velho que orientava a gente, né? Que era mais novo, né? Eles faziam que quando a padaria não queria pagar o salário que compensava para a gente a gente fazia fazia uma massa, "faz a massa aí" seguia o serviço, deixava ela dentro da masseira, e deixava crescer, quando ele crescia a gente baixava, o mestre reunia 5 ou 6 como fosse e ia lá no seu fulano "- Seu fulano, nós viemos aqui lhe comunicar que nós queremos tanto de aumento" e o seu fulano dizia "- Nós não podemos dar aumento", o mestre então orientava a turma toda para ir com ele e dizia "-Uma vez que o senhor não pode dar, ninguém trabalha mais, a massa tá dentro da masseira, e o senhor chama padeiro ou chama quem o senhor quiser...". O homem via às vezes naquele tempo 500.\$ 000 ou 600.\$ 000 (500 ou 600 mil Réis) ali, 600.\$ 000 se comprava um bonde, né, comprava um automóvel, um Fordinho tava 2.500.\$000 (2 Contos e 500 mil Réis ), é uma carteira de cigarro hoje, e o dono da padaria era obrigado a dá o aumento, se ele não desse o aumento perdia tudo. Então já a maior parte dos (inaudível) era a turma às vezes precisava era naquela padaria ter ainda padeiros unidos.

P.-O senhor me fala um negócio, mexendo lá nas atas... o seu nome é João Flores?

R.-É.

P.-Eu tava vendo o período da greve de 1933, aí chega a um ponto que diz lá "... foi despachado da padaria Brasil o companheiro João Flores" era o senhor?:

R.-Era.

P.-Logo no começo da greve naquela época o senhor foi..

R.-É eu trabalhava lá, né e esse homem era um homem muito bom, mas ele me tachava eu como um anarquista, e eu trabalhava na casa dele porque (O senhor não entende de padaria, tá certo que o senhor não vai conhecer) mas eu era um bom padeiro, né? Tanto prova que, às vezes, passava muitos anos num serviço porque eu era um padeiro que não defendia patrão, eu defendia o que era meu, mas também não deixava estragar o pão, eu tava às vezes com uma turma de 10 ou 12 homens comigo e eles queriam estragar ou queriam roubar, eu dizia "-Não senhor, isso aqui não, se o ordenado é pouco vamos reunir que eu vou lá pedir com vocês, mas não se mexe no pão".

P.-Quer dizer que o senhor valorizava o seu trabalho?

R.-Sim, comigo não tinha, e eles às vezes (inaudível). Pois tinha dono de padaria que dizia assim "Vocês tem o Machado aí? isso é um homem, é um anarquista, mas é um homem que cuida da casa". E eu cuidava mesmo, comigo não tinha malandragem, tinha que andar dentro da lei, nós queremos lei, então temos que seguir a lei, se o ordenado é pouco, vamos ao homem, certo. E eu às vezes ainda agora há pouco tempo não faz muito tempo (trinta anos atrás) ainda havia aquela padaria, era a Padaria Brandini, do outro lado dali onde é o Parobé, ali havia uma padaria e a senhora mandou me chamar, umas máquina que veio aí da América do Norte de manipular, e um forno que fazia, ... e eles me chamaram lá e disseram "-Olha, nós vamos lhe dar 50.\$000 (50.000 Réis) por mês, nós vamos botá uma máquina lá, e nós vamos botar um homem lá para lhe ensinar e para você aprender para depois tocar o serviço, e o homem ia lá, e eu nunca tinha tempo de ver a máquina, porque nós éramos seis, e eu sabia que adonde eu aprendesse a máquina o homem botava três homem na rua, ele botava três homem na rua, não precisava, e eu durante os homens que eu trabalhei lá eu nunca aprendi. Por causa disso eles me chamam de burro, "-Mas que elemento burro, ensinam ele a fazer e ele não sabe. "Quando eu saí de lá, dali a uns dois ou três meses só tinha dois padeiros, de seis tinha dois. Aí eu dizia "-Isso eu também sabia fazer" eu disse pra ele "-Eu tinha pena de vocês, eu não quero que vocês tenham pena de mim, porque eu sou padeiro, vocês são ajudantes de padeiro, é a mesma coisa que um servente de obra, o senhor é o pedreiro e eu sou o servente, pro senhor sempre tem serviço, pra mim tem que andar rodando, e isso acontecia. na Padaria Brandini era o seu Mesquita, ele era bom, mas ele me cuidava muito, cuidava a gente, porque padeiro fazia muita sabotagem, o senhor sabe o que é sabotagem?

P.-Sim.

R.-Fazia muita sabotagem, às vezes acontecia qualquer uma coisa, às vezes tinha padeiro, nós tínhamos falta de gente lá, uma vez entrou um cara que veio de fora (ele era até um mau elemento) pra pegar lugar de um outro. E eu não tava trabalhando, vieram me chamar em casa, os padeiros que trabalhavam comigo, vieram me chamar "-Machado, entrou um cara lá, que mandaram chamar, e ele vai tomar conta do serviço, e nós vamos deixar ele pegar?" eu disse "-Então vocês fiquem quietos, porque eu vou trabalhar de noite, vocês não falem comigo, eu chego lá, vocês me acompanhem, se eu continuar trabalhando direto, vocês continuem, se eu paralisar vocês parem, porque esse homem não pode trabalhar com nós, ele não é sindicalizado, ele não é sócio do sindicato, e isso é um mau elemento, né..." e era assim, porque eles tinham medo que eu sempre disse, o que faz mal pra nós, às vezes, é aquele que tá em roda de nós.

P.-Esse negócio do trabalho, do repouso no Domingo, repouso dominical, do trabalho diurno, que eram as duas reivindicações que aparecem sempre, isso parece que teve uma lei do município, em torno de 1925 e depois parece que esta lei não funcionava mais, aí foi necessário fazer greve de novo para conseguir. O senhor lembra desta história? Porque quando chega em 1933 eles falam assim, olha, já teve uma lei, depois a lei foi descumprida e agora tão lutando de novo, parece que era conquistada, era perdida e depois...O senhor lembra disso?

R.-Eu desse ponto não me lembro , não tenho recordação. Porque nós tínhamos repouso remunerado, eu trabalhava, nós távamos assim, eu, às vezes, parava Quarta-feira, às vezes Quinta-feira.

P.-Todo mundo tinha um repouso, só que o pessoal queria que fosse no domingo?

R.-É, por exemplo, eu folgo na Segunda, o senhor folga na Terça, no Sábado, quer dizer e o pessoal queria que fosse Domingo. E eles não queriam. Eles sempre escravizaram ,muito os padeiros, depois que o sindicato se fortaleceu ...

P.-E os patrões perdiam alguma coisa se parasse tudo no Domingo ou era só para não...

R.-Olha, tinha isso, poque tinha padaria que às vezes o balcão vendia mais pão no Domingo que mesmo em dia de semana, muitas não abriam, porque era 30 e poucas padarias em Porto Alegre e nem todas abriam, a maior parte fechava, iam pra praia, iam para ... quem tinha mais dinheiro não se interessava mais e eles até pagavam mais. Um dia de trabalho, às vezes eles pagavam um e meio, dois, eles queriam que trabalhasse, mas o sindicato não adotava esse sistema, porque estava se furando o repouso dominical, então a gente tachava os elementos que trabalhavam assim como carneiros, que não é pra trabalhar Domingo e eles trabalham. Mas teve uma época aí que a vida foi muito ruim, os patrões se uniram que nem eles tão agora, eles são os donos do campinho agora, eu até tava falando pro (...) "-Vocês são dono, porque agora vocês vê, no meu tempo a gente trabalhava né,... pão todo dia, porque vocês não dão pão todo dia? Vocês não pagam nada pro padeiro, não pagam nada, o que vocês dão prum padeiro?" É eu passo lá e ele me dá um pãozinho e eu pego mesmo, eu me dou bem, ele sabe que eu era meio revoltado, mas eu trabalhava. O seu Mesquita, esse eu incomodava muito, esse era um homem muito bom.

P.-Essa greve de 1933 durou dois meses praticamente, quer dizer durou um tempão, como é que ficava a cidade tanto tempo sem pão?

R.-Olhe, eu não quero lhe mentir, nós fizemos uma greve assim de, quer dizer que eu não sou como agora que eu vou no sindicato e visito, naquele tempo a gente ia numa sessão de assembléia, é que naquele tempo os padeiros que fizeram a greve pedindo 60% de noite e 50% de dia e os patrão disseram que não podiam dar, naquele tempo tinha intervenção, era o Ernesto Dornelles aqui, que era o interventor e os patrão diziam que não podiam dar então foi uma comissão do sindicato no palácio, por que eu não pertencia mas a gente sabia, que esclareciam na assembléia, a gente ficava circulando, né? Os caras foram lá falar com o interventor, isso e aquilo, eles esclareciam, foi então que o interventor disse que a única coisa que podia fazer era uma intervenção nas padarias, para ver se de fato dava para dar os 50% e 60% ou se de fato a padaria o que fazia não dava para dar aumento. Então, não olha, nesse tempo não era o Leopoldo Machado o presidente, era antes, era antes, parece que era um argentino o presidente do sindicato. Bom, e eles aceitaram né, então em cada padaria ele botou um sargento ou um cabo e dois brigadiano e nós pegamos a trabalhar como se fosse a padaria do homem, e a padaria levou, levou quase um mês, no fim do mês chamaram lá os peritos, lá fizeram as contas e viram que a padaria dava pra dar os 60% de noite e os 50% de dia e foi essa época que se parou mais tempo, foi essa época.

P.-E quando tinha uma greve longa assim, como é que ficava a população, ficava sem pão?

R.-Olha, sempre aparecia um carneiro, sempre aparecia uma casa que a gente cuidava mas eles faziam pão.

P.-Mas ficava difícil de atender a todo mundo?

R.-Ah, não entendia, que esperança, não atendia.

P.-E como é que a população reagia, entendia as reivindicações ou ficava contra o sindicato? Assim, o pessoal que precisava comprar pão e chegava lá e não tinha?

R.-Não, teve uma época que o povo ficava assim meio sentido com os padeiros, mas era por pouco tempo, né? Porque os padeiros sempre eram, eles movimentavam muito a organização do operariado, tanto prova que quando veio essas 8 horas foi o único sindicato que levantou, né, e aí eles davam 10, 11 horas de serviço pros caras, 9 horas e meia, e o sindicato paralisou aí, aquele que trabalhasse era carneiro, e depois, não é, apanhava, né, porque eu não vou dizer, naquele tempo era...

P.-Então era um dos sindicatos mais fortes?

R.-Foi o mais forte, se tem alguma coisa beneficiando os trabalhadores aqui no estado e no município que não foi a

lei que criou (conquistado) antes da lei, foi o sindicato dos padeiros.

P.-Quer dizer que quando conquistava alguma coisa ia abrindo campo pros outros?

R.-Abria espaço pros outros.

P.-Isso era uma coisa que eu tinha a impressão

R.-Quando, por exemplo, a lei de 8 horas, quando veio a lei de 8 horas, aquela classe que não queria trabalhar mais que isso o sindicato ajudava ela, ajudava. Porque tinha patrão que não queria dar 8 horas, o sindicato lutou muito...

P.-E antes de 8 horas era 9 horas, 9 horas e meia?

R.-Ah, fora de padaria era agora padaria era por tarefa. Era tantos sacos para tantos homens, a hora tinha hora pra pegar, e não tinha hora pra largar.

P.-E essas greves aí antes de 30 que o senhor falou que tinha tiroteio, assalto de padaria, tem uma história também das carroças de pão que jogava...

R.-Ah, o ovo com clorofórmio, químico, quer dizer que o sindicato mandava um cara, por exemplo, a padaria x tá fazendo pão Segunda-feira e o sindicato não quer que faça e ele, sempre aparecia aqueles elementos na contra, porque sempre tem dentro de uma entidade destas os elementos que não vai com a organização, ele sempre tende pro lado dos patrão e isso que descontrola, às vezes, porque se todos nós pensasse, mudando um pouco, eu sou o tipo do cara que às vezes eu venho no ônibus e vinha dizendo pois é, agora vai ser controlado isso aqui, o senhor sabe o que é, o povo estuda muito, quando eu me criei, se visse um homem lendo era algo extraordinário, hoje não, você não vai educar um filho para aprender a plantar feijão, para aprender a plantar arroz, você vai educar um filho para ele ser um homem intelectual, e ele estudando ele tá visando o interesse de si próprio, ele não tá visando o interesse da coletividade, e o que ele tem com isso, que eu tenho 88 anos, quem mandou eu nascer primeiro do que ele, ...

P.-(Pinto) É, um tipo de coisa que a gente contesta muito, é o tipo de universidade que nós temos, o que vem ao encontro do que ele tá dizendo né, claro que tem as exceções, né?

P.-Eu ia lhe perguntar um negócio, o senhor é chamado de anarquista, diziam que o senhor era anarquista.

R.-E eu não sabia o que era.

P.-Mas o senhor não se considerava anarquista?

R.-Eu não, porque eu não sabia o que era um anarquista.

P.-Agora, na direção do sindicato tinha pessoas que se consideravam propriamente anarquistas?

R.-Tinha, porque aqui em 1917 apareceu o ... não me lembro assim se ele era...

P.-Alemão?

R.-Não ele era daqui, o Sacco Vanzetti, não sei se o senhor ouviu falar, um grande anarquista, esse era anarquista, era castelhano, ou alguma coisa assim, e ele na greve de 1923 ele deu um discurso ali na Praça que reunia, se convocava tudo que era sindicato e ele na praça pública disse que...num discurso ele disse tudo, tudo que ia vir, que ia haver uma revolução, (que foi em 30) que os operários iam passar por isso, e que ia chegar uma época, ele esclareceu, que a classe média ia sentir tudo, que todo mundo (eu não sei como é que ele pronunciava), mas que todo mundo ia sentir a miséria e que aquela classe que não ia sofrer muito era aquela classe que já tá acostumada a sentir, mas a média, a rica, isso tudo ia sentir a rebordosa. Ele orientava os elementos do sindicato...

P.-Isso em que época o senhor acha que é mais ou menos?

R.-Olha, isso eu não era velho, eu era gurizote, isso eu andava aí levantando pandorga, aí, isso deve ser em 17, mais ou menos.

P.-Era um..., o senhor acha que era castelhano? Ou italiano?

R.-É , eu não me ...ele era... o senhor deve ter sabido que o americano pegou ele e pôs na cadeira elétrica, por causa que ele era anarquista ...até o mundo todo protestou, o operariado protestou...

P.-Então assim o sindicato foi assim fundado em

R.-Em 3 de agosto de 1913.

(A transcrição do restante foi impossibilitada devido a problemas de gravação)

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	5
O Novo Sindicalismo em balanço rupturas e continuidades	6
Cultura política dos trabalhadores e estrutura sindical	10
Características da "questão sindical" em Porto Alegre e das categorias estudadas	14
De objeto a sujeito	17
Movimento e Instituição	33
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>Como era Gostoso o meu pão francês: a greve dos padeiros de 1933/1934</b>	
AÇÃO	45
ILUSÃO E REVOLTA	54
PELA GRANDEZA DA NOSSA ORGANIZAÇÃO	75
COM O PÉ ATRÁS	84
O POMO DA DISCÓRDIA	106
VITÓRIA OU DERROTA ?	114
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>Os metalúrgicos de Porto Alegre entre 1934 e 1937</b>	
<b>1) O MODELO DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL</b>	<b>124</b>
1.1) Sindicato e organização no local de trabalho	128
1.2) Cotidiano organizacional	134
Dinâmica e regularidade de funcionamento	139
Finanças	144
O funcionário	154
1.3) O lugar da assistência	156
Da solidariedade ao serviço prestado	162
Regras de funcionamento e caráter da Caixa de Beneficência	173

<b>2) REIVINDICAÇÕES , NEGOCIAÇÃO E CONFLITO</b>	<b>183</b>
2.1) Legislação trabalhista, relacionamento com a Inspetoria Regional do Trabalho e os patrões	183
2.2) A greve de 1935	191
3) Disputa política interna	205
3.1) A hegemonia do PCB	205
3.2) Federação Operária e União Sindical A disputa entre duas entidades gerais	218
<b>4) REPRESSÃO E Esvaziamento do Sindicato das Intervenções ao Estado-Novo</b>	<b>226</b>
4.1) A construção dos mecanismos de controle sobre o funcionamento do sindicato	226
4.2) A dinâmica do sindicato no Estado-Novo e a rearticulação de 1945	229
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>235</b>
<b>FONTES UTILIZADAS</b>	<b>241</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>242</b>